

Rubens M. Lucena
organizador

ESTUDOS EM CONTATO LINGUÍSTICO

Língua materna em perspectiva



Blucher Open Access



PROLING

ESTUDOS EM CONTATO
LINGUÍSTICO:
Língua materna em perspectiva

Conselho editorial

André Costa e Silva

Cecilia Consolo

Dijon de Moraes

Jarbas Vargas Nascimento

Luis Barbosa Cortez

Marco Aurélio Cremasco

Rogério Lerner

Blucher Open Access

RUBENS M. LUCENA
(organizador)

ESTUDOS EM CONTATO
LINGUÍSTICO:
Língua materna em perspectiva

2022

Estudos em contato linguístico: Língua materna em perspectiva

© 2022 Rubens M. Lucena

Editora Edgard Blücher Ltda.

Publisher Edgard Blücher

Editor Eduardo Blücher

Coordenação editorial Jonatas Eliakim

Produção editorial Catarina Tolentino

Revisão Anna Paula B. B. Boé

Diagramação Taís do Lago

Capa Laércio Flenic

Imagem da capa iStock

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar

04531-934 – São Paulo – SP – Brasil

Tel 55 11 3078-5366

contato@blucher.com.br

www.blucher.com.br

Segundo Novo Acordo Ortográfico, conforme 5. ed.
do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*,
Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer
meios, sem autorização escrita da Editora.

Todos os direitos reservados pela Editora
Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Estudos em contato linguístico : língua materna em
perspectiva / organizado por Rubens M. Lucena. - São
Paulo : Blucher, 2022.

130 p. : il.

Bibliografia

ISBN 978-65-5550-263-3 (impresso)

ISBN 978-65-5550-264-0 (eletrônico)

Open Access

1. Linguística 2. Língua portuguesa - Variação
linguística 3. Língua materna I. Lucena, Rubens M.

22-1676

CDD 410

Índices para catálogo sistemático:

1. Linguística

CONTEÚDO

APRESENTAÇÃO7

RUBENS M. LUCENA

CAPÍTULO 1 – A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE QUALITATIVA EM ESTUDO SOBRE ACOMODAÇÃO DIALETAL11

LUCAS POSSATTI

CAPÍTULO 2 – MÁSCARAS LINGÜÍSTICAS: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA OS ESTUDOS DE ATITUDES LINGÜÍSTICAS.....35

MIKAYLSON ROCHA DA SILVA

CAPÍTULO 3 – UM ESTUDO VARIACIONISTA DE /λ/ NO PORTUGUÊS FALADO DO VALE DO MAMANGUAPE PARAIBANO.....53

JOSENILDO BARBOSA FREIRE

CAPÍTULO 4 – GUINEENSES E CABO-VERDIANOS NO BRASIL: UM CASO DE ACOMODAÇÃO DIALETAL 75

PALOMA FREIRE DE QUEIROZ E SILVA

OHANA SOARA ANDRADE SANTOS

CAPÍTULO 5 – O PERFIL SOCIAL E IDENTITÁRIO DA COMUNIDADE DE FALA DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS (PB) SOB O VIÉS DA TEORIA DA ANÁLISE DAS REDES SOCIAIS 95

DAIANE APARECIDA CAVALCANTE

WILLIAN FERREIRA FURTADO DE LACERDA

CAPÍTULO 6 – O PROCESSO DE PADRONIZAÇÃO DE UMA LÍNGUA, ATITUDES LINGÜÍSTICAS E PRECONCEITO LINGÜÍSTICO: QUE RELAÇÃO É ESSA? 113

PRISCILA EVANGELISTA MORAIS E LIMA

APRESENTAÇÃO

Rubens M. Lucena

Esta obra é o resultado de oito anos de pesquisa dedicados ao estudo de fenômenos de contato linguístico e dialetal junto ao Grupo de Pesquisa em Contato Linguístico da Universidade Federal da Paraíba, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da mesma universidade. Desde 2014, coordeno esse grupo que vem reunindo docentes de iniciação científica, mestrandos e doutorandos em torno da mesma temática, porém a partir de diferentes fenômenos e perspectivas. A maior parte das pesquisas resultou em artigos de periódicos, capítulos de livros, dissertações de Mestrado e teses de Doutorado; no entanto, essas publicações nunca haviam sido reunidas em uma coletânea.

Para preencher essa lacuna, convidei alguns autores, em meados de 2020, para um empreendimento em conjunto. Durante um ano (e com o desafio de estarmos em plena pandemia), tivemos reuniões quinzenais para elaboração e discussão dos capítulos, contando com o feedback dos pares. Assim, surgiu esta obra, que terminou sendo dividida em dois volumes: um dedicado aos estudos em contato linguístico na perspectiva de uma língua estrangeira (contato entre L1 e L2) e outro voltado para os contatos entre dialetos distintos do português.

Neste volume que o leitor está para ler, o foco é o contato linguístico a partir de dialetos distintos do português, com seis capítulos dedicados ao tema. No

primeiro deles, Lucas Possatti discorre sobre a importância da análise qualitativa nos estudos sobre acomodação dialetal, focando a análise em falantes cariocas que migraram para a Paraíba. O autor observou e analisou a acomodação dialetal de cariocas residentes na cidade de João Pessoa a partir da investigação do fenômeno da palatalização ou não palatalização da fricativa coronal /s/ em posição de coda final. Os resultados da pesquisa revelaram a clara influência de fatores como identidade e atitudes linguísticas para o processo de acomodação.

No Capítulo 2, Mikaylson Rocha da Silva apresenta o conceito teórico de “máscara linguística” e faz um repasse da utilização desse conceito em inúmeros trabalhos sobre atitudes linguísticas realizados no Brasil nos últimos anos. Segundo o autor, as máscaras linguísticas podem mediar o processo de julgamento, avaliação e categorização linguísticos, assim como podem associar estereótipos linguísticos a outros tipos de estereótipos.

Em seguida, Josenildo Barbosa Freire traz uma análise variacionista da lateral palatal no português falado no Vale do Mamanguape paraibano, resultado de longa pesquisa de Mestrado e Doutorado. Pelos dados coletados, as reações subjetivas indicam que o uso da lateral palatal /ʎ/, na referida comunidade de fala, dá-se independentemente do gênero do falante e é predominantemente uma forma linguística vinculada aos aspectos sociais de quem fala ou está associado com falantes que exercem profissão de prestígio social.

Paloma Freire de Queiroz e Silva e Ohana Soara Andrade Santos trazem um estudo em conjunto a partir de suas pesquisas de Mestrado realizadas com falantes guineenses e cabo-verdianos em contato com o português brasileiro. Trata-se de um capítulo com muitos dados relevantes e com temática ainda pouco estudada no contexto do nosso país. Em suas pesquisas, as autoras utilizam a lateral pós-vocálica como marcador fonológico que permite a observação de processos de transferências linguísticas. Os seus dados indicam haver um processo sutil de transferência linguística por parte dos guineenses residentes no Brasil, mesmo quando expostos à língua de contato por períodos mais longos. Quando comparados aos cabo-verdianos, os guineenses parecem menos suscetíveis ao processo de acomodação.

No penúltimo capítulo do livro, Daiane Aparecida Cavalcante e Willian Ferreira Furtado de Lacerda mapeiam o perfil social e identitário da comunidade de fala de São José de Piranhas (PB), a partir do viés da Teoria da Análise das Redes Sociais. Por meio do uso de mapas egocêntricos, os autores constataram que o fator escolaridade exerce influência na densidade, na tessitura e na plexidade das redes.

Por fim, Priscila Evangelista Morais e Lima apresenta uma análise do processo de padronização linguística, problematizando sua relação com atitudes e preconceitos. A partir de uma pesquisa com coleta de dados em diversas cidades espalhadas pela Paraíba, a autora discute as atitudes dos falantes a respeito de termos como “correto”, “errado”, “sotaque”, “preconceito linguístico”, “falar nordestino” e “padronização”.

Como é possível ver, esta obra publicada pela Blucher (e complementada pelo volume dedicado aos contatos entre língua materna e língua estrangeira) traz um panorama alargado de fenômenos distintos a respeito dos estudos em contato linguístico no contexto brasileiro. Faço votos de que essas duas coletâneas de trabalhos contribuam para uma melhor compreensão dos fenômenos de contato linguístico entre diferentes dialetos e entre línguas distintas em contato com o português brasileiro. Nesse mesmo sentido, acredito que a obra também pode ter um caráter didático, servindo como fonte de informação para aqueles que desejam enveredar pelos estudos linguísticos.

Gostaria de agradecer à CAPES (Projeto CAPES/PROEX n. 0745/2018) e ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba pelo apoio financeiro, e sobretudo ao Prof. Dr. José Ferrari Neto, coordenador do Programa, que viabilizou todas as questões burocráticas para que este projeto fosse concretizado.

Finalizo esta breve apresentação parabenizando os autores e desejando uma boa leitura a todos.

A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE QUALITATIVA EM ESTUDO SOBRE ACOMODAÇÃO DIALETAL¹

Lucas Possatti

Este capítulo tem o intuito de versar sobre a contribuição da análise de cunho qualitativo nas pesquisas de sociolinguística, ou mais especificamente na pesquisa de acomodação dialetal de cariocas em João Pessoa que realizei como dissertação de mestrado. Veremos os resultados e a metodologia da pesquisa e daremos atenção especial aos fatores “identidade” e “atitude”. Tais fatores requerem uma análise qualitativa atenta para serem interpretados, pois carregam muita informação em suas entrelinhas. Esses aspectos de cunho mais qualitativo serão o foco de observação deste capítulo.

Esse trabalho envolvendo acomodação dialetal se encaixa nos pressupostos teóricos da Teoria da Acomodação da Comunicação (Giles; Coupland; Coupland, 1991) e nos aportes teórico-metodológicos da Teoria da Variação Linguística (Labov, 1966, 2008 [1972]). Tem como objetivo geral observar e analisar a acomodação dialetal de cariocas residentes na cidade de João Pessoa a partir da investigação do fenômeno da palatalização ou não palatalização da fricativa coronal /s/ em

¹ Este capítulo apresenta alguns resultados da minha dissertação de mestrado *Acomodação dialetal de cariocas residentes em João Pessoa: uma análise sociolinguística* (Possatti, 2020). A pesquisa foi orientada pelo Prof. Dr. Rubens Marques de Lucena, no Programa de Pós-Graduação em Linguística, na UFPB.

posição de coda final. No dialeto pessoense, essa fricativa em coda final tem uma pronúncia alveolar ([s], [z]), enquanto no dialeto carioca ela tem uma pronúncia palatal ([ʃ], [ʒ]).

Procuramos verificar se ocorre o processo de convergência (não-palatalização do /s/) na fala dos informantes, assim como detectar as variáveis linguísticas e extralinguísticas que exerceram, de alguma forma, pressão no processo de acomodação. Além disso, buscamos observar e descrever as diferentes atitudes linguísticas dos falantes.

O corpus da pesquisa foi composto por 16 informantes naturais da cidade de Rio de Janeiro que moram na cidade de João Pessoa há pelo menos um ano e têm, no mínimo, 18 anos de idade. Estes foram estratificados de acordo com sexo, faixa etária e tempo de exposição. Os dados foram coletados em forma de entrevistas, por meio da utilização de um gravador digital, e, para a análise quantitativa, foram codificados e posteriormente analisados com o auxílio do programa estatístico Goldvarb X (Sankoff; Tagliamonte; Smith, 2005). A partir disso, foi realizada uma análise qualitativa que buscou observar os informantes de forma individual e comparativa.

Os resultados da pesquisa revelam a clara influência de fatores como identidade e atitudes linguísticas para o processo de acomodação linguística, sobre o qual falaremos a seguir. Em seguida discutiremos questões metodológicas e os resultados obtidos pela pesquisa de mestrado, assim como serão discutidos os fatores previamente mencionados. Por fim, versaremos sobre a importância do olhar do pesquisador na pesquisa.

1. A ACOMODAÇÃO LINGUÍSTICA

Ao compararmos os dialetos pessoense e carioca, é fácil notar as principais diferenças entre eles por meio dos traços mais salientes que os marcam. Nesse sentido, esta pesquisa observa o dialeto carioca (da região metropolitana do Rio de Janeiro) em contato com o dialeto pessoense (da cidade de João Pessoa).

Devido a fatores sócio-históricos e culturais, o dialeto pessoense é tido como sendo de menor prestígio quando comparado ao dialeto carioca, o qual, por sua vez, também tem pouco prestígio se comparado a outras variedades do português brasileiro (PB). Dessa forma, no processo de migração de um carioca para João Pessoa, deve haver uma resistência para que o indivíduo se aproprie do dialeto local.

A acomodação linguística ou acomodação dialetal ocorre quando um indivíduo converge ou aproxima o seu modo de falar ao de um outro indivíduo. Isso ocorre

tanto de maneira consciente quanto inconsciente e em diferentes níveis, a fim de alcançar diferentes objetivos.

Na área da Sociolinguística variacionista, há diversos estudos envolvendo acomodação linguística, embora no Brasil estas sejam mais recentes. Inclusive, pesquisas como as de Marques (2006), Martins (2008), Chacon (2012) e Lima (2013) serviram de base e inspiração para este trabalho. Todas essas pesquisas foram realizadas à luz dos pressupostos teóricos da Teoria da Acomodação da Comunicação (Giles *et al.*, 1991) e dos aportes teórico-metodológicos da Teoria da Variação Linguística (Labov, 1966, 2008 [1972]). Essa última cria uma relação entre as variações da língua e os fatores extralinguísticos, tendo como objeto de estudo a comunidade de fala. A língua, então, é observada como um sistema heterogêneo e dinâmico que está em constante mudança.

A variação linguística depende de todo o contexto social, político e cultural das comunidades de fala. Portanto, procuramos compreender quais são os fatores linguísticos e extralinguísticos que favorecem ou inibem o processo de convergência linguística, no caso dos informantes cariocas. Isso inclui os fatores de identidade e atitudes linguísticas, sendo estes observados com base nas considerações de Giles *et al.* (1991).

Ao interagirmos socialmente, em geral há uma vontade ou necessidade de demonstrar solidariedade, de ganhar aceitação, de ser compreendido, e tais desejos e necessidades são alguns dos fatores que motivam a acomodação linguística. Em 1973, Giles propõe a Teoria da Acomodação da Fala, que é o primeiro passo para a origem da Teoria da Acomodação da Comunicação. Tal teoria afirma que, para atingirmos diferentes objetivos da comunicação, realizamos ajustes na fala, conscientes ou não, adaptando-a às nossas necessidades. Diferentes indivíduos são motivados a realizar tais ajustes e acomodá-los como meio de expressar valores, atitudes e intenções para com os outros (Giles; Ryan; Sebastian, 1982).

A acomodação pode ser resultante de nossas atitudes para com nossos interlocutores e pode fazer com que estes também ajustem suas próprias atitudes e comportamentos, podendo dessa mesma forma, também acomodarem. Tais acomodações podem trazer benefícios para um ou mais falantes envolvidos.

Dentro do arcabouço da teoria proposta por Giles (1973), o autor utiliza dois termos-chave: a convergência e a divergência, os quais são importantes para a compreensão dos processos de acomodação presentes em uma dada interação. O termo convergência se refere à situação em que o falante ajusta sua fala, produzindo traços mais próximos ao falar do interlocutor. Pessoas podem convergir quando buscam por prestígio dentro de um grupo, por exemplo. A divergência,

por sua vez, refere-se à situação em que o falante reduz as semelhanças dialetais, acentuando traços que se distanciam do falar do interlocutor. Os traços ajustados podem ser os mais diversos, e isso inclui variantes fonológicas, taxa de elocução, pausas e movimentos corporais e gestuais.

Por fim, temos a manutenção, que ocorre quando não há ajustes desses traços, não havendo assim a convergência ou divergência. A manutenção pode ocorrer, por exemplo, em situações cujos interlocutores estejam em relações menos assimétricas ou quando o falante considera vantajoso usufruir do prestígio que carrega em sua fala.

Ao falar sobre a acomodação entre dialetos, Trudgill (1986) a divide em acomodações de curto prazo e acomodações de longo prazo. A primeira ocorre, de maneira consciente ou inconsciente, quando ajustes na fala são realizados no momento em que o falante os considera necessários, a depender da situação e dos participantes. Em uma situação de interação com um gaúcho, por exemplo, um pessoense pode sentir a necessidade (de maneira consciente ou não) de convergir, modificando, por exemplo, a produção do /s/ em palavras como “festa”. Nessa situação específica, sua produção passa de “fe[ʃ]ta” para “fe[s]ta”, mas, ao encerrar a interação, ele voltaria a produzir “fe[ʃ]ta”.

As acomodações de longo prazo, por outro lado, ocorrem quando o falante, com o tempo, modifica sua fala a ponto de que praticamente não se dependa mais da situação. Isto é, no entanto, resultado de prévias acomodações de curto prazo que, ao ocorrerem com frequência suficiente, acabam por se tornarem permanentes. O constante contato e a imersão com um dialeto ou uma comunidade da fala diferente facilitam e aceleram esse processo. O falante gradativamente aproxima seu modo de falar à fala local, mas isso está atrelado a diversos fatores, sejam esses linguísticos ou extralinguísticos, que podem facilitar ou dificultar o processo de acomodação.

Entre os fatores extralinguísticos, merecem atenção especial o tempo de exposição, as atitudes linguísticas e a identidade dos falantes. De acordo com os resultados obtidos em nossa pesquisa, esses fatores exercem grande influência no processo de acomodação linguística.

2. METODOLOGIA E RESULTADOS QUANTITATIVOS

Para podermos observar a acomodação na fala dos informantes da pesquisa, delimitamos um contexto fonológico a ser observado, sendo este o do /s/ em posição de coda final. Esse contexto foi escolhido por marcar uma distinção clara

entre os dialetos carioca e pessoense. No dialeto carioca, a fricativa possui uma pronúncia majoritariamente palatal ([ʃ], [ʒ]), enquanto no dialeto pessoense a fricativa possui uma pronúncia predominantemente alveolar ([s], [z]). Dessa forma, a não palatalização do /s/ caracteriza uma acomodação ao dialeto pessoense. Para exemplificar tais diferenças entre os dialetos, temos:

- a) Dialeto carioca: animai[ʃ]; pessoa[ʃ]; óculo[ʃ]; ônbu[ʃ]; inglê[ʃ].
- b) Dialeto pessoense: animai[s]; pessoa[s]; óculo[s]; ônbu[s]; inglê[s].

Com todos os 16 participantes da pesquisa, foram realizadas entrevistas compostas por duas etapas, que foram gravadas com a utilização de um gravador digital. A primeira etapa consistiu em perguntas gerais envolvendo experiências de vida e interesses pessoais dos informantes (conforme a metodologia laboviana e as indicações propostas por Tagliamonte (2006)), com o intuito de fazer com que eles prestassem menos atenção à própria fala e se policiassem menos. Já a segunda etapa consistiu em perguntas específicas relacionadas às atitudes linguísticas com relação à sua própria maneira de falar e ao dialeto pessoense.

As variáveis independentes controladas foram: a) tempo de exposição; b) idade; c) sexo; d) motivação; e) contexto fonológico anterior; e f) contexto fonológico posterior. Com base nessas variáveis, os dados quantitativos foram coletados na primeira etapa da entrevista e analisados com auxílio do software Goldvarb X (Sankoff; Tagliamonte; Smith, 2005). No Quadro 1.1, podemos visualizar como as variáveis foram estratificadas:

Quadro 1.1 – Variáveis controladas

Tempo de exposição	Idade	Sexo	Motivação	Contexto fonológico anterior	Contexto fonológico posterior
De 1 a 5 anos	Entre 18 e 29 anos	Feminino	Vinda espontânea	Vogais anteriores	Pausa
Acima de 5 anos	A partir de 30 anos	Masculino	Vinda obrigatória	Vogal central	Consoante
--	--	--	--	Vogais posteriores	--

Fonte: elaborado pelo autor.

Todas as variáveis selecionadas como estatisticamente relevantes apresentam um peso relativo, cujo valor acima de 0.5 indica que a variável em questão favoreceu a acomodação; em contrapartida, toda variável com um peso relativo abaixo de 0.5 foi inibidora da acomodação. Entre as variáveis selecionadas, os resultados

mostraram que um tempo alto de exposição foi favorecedor à acomodação linguística, como podemos ver na Tabela 1.1:

Tabela 1.1 – Acomodação do /s/ (não palatalização) com base na variável tempo de exposição

Tempo de exposição	Aplicação/ Total	Percentual	Peso Relativo
Alto	193/508	38.0%	0.74
Baixo	39/387	9.2%	0.22

Fonte: elaborada pelo autor.

O tempo de exposição, de acordo com Laver *et al.* (1979) e Trudgill (1998), é um fator que contribui de modo significativo para o processo de acomodação linguística. Partindo da teoria da acomodação linguística desenvolvida por Giles (1973), Trudgill (1986) argumenta que, se um falante se acomoda com frequência a um dialeto ou modo de falar, essa acomodação pode com o tempo se tornar permanente.

A variável tempo de exposição foi controlada de maneira binária, sendo estratificada em baixo (de 1 a 5 anos) e alto (acima de 5 anos). Esses números foram escolhidos pelo fato de que, como Marques (2006) constata em seu trabalho, após cinco anos de contato com um novo dialeto, surgem sinais de acomodação, que ocorre de maneira gradativa. Isso porque cinco anos seriam tempo suficiente para que os informantes consigam alguma estabilidade no local e para que tenham tido diferentes e até frequentes interações sociais, imersos no novo dialeto, o que viria a favorecer o processo de acomodação.

Os resultados corroboram a hipótese de que um maior tempo de exposição leva a uma maior ocorrência de convergência ou acomodação, uma vez que a acomodação se deu muito mais frequente no grupo de indivíduos com maior tempo de exposição. Como a disparidade entre os dois grupos é grande, entre as variáveis quantitativas, essa foi selecionada como a variável mais estatisticamente importante.

Já para a variável sexo, o grupo feminino acomodou consideravelmente mais que o grupo masculino, como ilustrado na Tabela 1.2:

Tabela 1.2 – Acomodação do /s/ (não palatalização) com base na variável sexo

Sexo	Aplicação/ Total	Percentual	Peso Relativo
Feminino	169/517	32.7%	0.68
Masculino	63/417	15.1%	0.27

Fonte: elaborada pelo autor.

A variável sexo pode ser importante porque os papéis sociais e culturais nas diferentes sociedades, assim como as pressões sociais envolvidas, são distintos de acordo com o sexo dos indivíduos.

Dessa forma, essa variável foi selecionada como relevante e os resultados mostram que o grupo feminino acomodou consideravelmente mais do que o grupo masculino. A diferença no índice de acomodação é ampla, tendo em vista que, para os informantes de sexo feminino, o peso relativo foi de 0.68, favorecendo a acomodação, e para os informantes de sexo masculino o peso relativo foi de apenas 0.27, inibindo a acomodação.

Uma possível explicação para índices tão díspares com o favorecimento da acomodação por parte das informantes mulheres poderia ser que elas, ao tentarem se enquadrar em novos grupos sociais, passem a perceber o dialeto local como sendo valorizado e prestigiado; assim como demonstrado por Paiva (2003), a tendência é que as mulheres evitem formas desprestigiadas e utilizem mais as formas de prestígio, que nesse caso passaria a ser o dialeto pessoense. Essa explicação se torna um problema, no entanto, caso essas mulheres continuem a perceber o dialeto carioca como de maior prestígio. Com isso dito, a maioria das mulheres entrevistadas não parece expressar essa ideia.

As mulheres que mais acomodaram demonstram atitudes positivas para com o dialeto pessoense. Elas percebem em seus sotaques uma mistura entre o carioca e o pessoense e relatam gostar disso. Além disso, não demonstram vontade de voltar a morar no Rio de Janeiro, consideram as pessoas paraibanas como receptivas e acolhedoras e não demonstram muita resistência a acomodarem. Dessa forma, é possível que, no contexto no qual elas estão inseridas, o dialeto pessoense seja visto como tendo certo prestígio ou ao menos como não carregando muito estigma.

Outra possível explicação seria a de que, apesar de os grupos terem sido uniformemente estratificados de acordo com sexo, idade e tempo de exposição, as informantes mulheres que compõem o corpus desta pesquisa possuem uma média mais alta de tempo de exposição; isso explicaria por que a diferença entre os grupos feminino e masculino é tão acentuada. No entanto, um alto tempo de exposição, por si só, não implica necessariamente em acomodação.

Além dessas duas variáveis, foi selecionada como estatisticamente relevante a de contexto fonológico posterior, em que a pausa mostrou favorecer a acomodação na fala dos informantes. A Tabela 1.3 nos permite observar em que medida isso ocorreu:

Tabela 1.3 – Acomodação do /s/ (não palatalização) com base na variável contexto fonológico posterior

Contexto fonológico posterior	Aplicação/ Total	Percentual	Peso Relativo
Pausa	107/317	33.8%	0.67
Consoante	125/617	20.3%	0.40

Fonte: elaborada pelo autor.

O que provavelmente ocorre é que, em contextos com pausa, o informante é capaz de se policiar mais com relação à variante utilizada. Nesse sentido, se há uma atitude favorável para a acomodação dialetal (como sugere nossa análise qualitativa), há espaço para a convergência. Os dados mostram claramente esse movimento: um peso relativo expressivo no sentido da acomodação dialetal em contextos de pausa.

Esse resultado ressalta a importância desse contexto para a ocorrência do fenômeno objeto de estudo e ressalta a influência de fatores linguísticos como esse para com a produção da fala.

Na Tabela 1.4 temos o índice de acomodação com base na variável idade:

Tabela 1.4 – Acomodação do /s/ (não palatalização) com base na variável idade

Idade	Aplicação/ Total	Percentual	Peso Relativo
18-29	62/474	13.1%	0.44
30+	170/460	37.0%	0.56

Fonte: elaborada pelo autor.

O esperado era que os informantes mais novos, que entraram em contato com o dialeto pessoense em uma idade mais jovem, sofressem maior influência e facilidade para convergirem, sendo assim, a possibilidade que a convergência ocorresse seria maior nos mais jovens em contraste com os mais velhos. No entanto, os resultados obtidos apontam que o grupo de 30 ou mais anos de idade foi o que mais acomodou, com um peso relativo de 0.56, em comparação com o peso relativo de 0.44 do grupo de 18 a 29 anos.

Esperam-se menos pressões e menos mudanças na fala dos indivíduos mais velhos, mas se estes já possuem um alto tempo de exposição ao novo dialeto, tais pressões e suas consequentes mudanças já terão ocorrido. No corpus desta pesquisa, os informantes pertencentes ao grupo de maior faixa etária tinham, em média, maior tempo de exposição do que os informantes do grupo de menor

faixa etária. Essa diferença de tempo poderia explicar os resultados obtidos para a variável idade.

A partir dos dados quantitativos, obtivemos uma média geral de 24.8% de acomodação entre os 16 informantes analisados pela pesquisa. Esse número foi considerado alto, uma vez que o dialeto pessoense é tido como sendo de menor prestígio em relação ao dialeto carioca. Na Tabela 1.5, podemos observar o índice de acomodação de cada um dos informantes:

Tabela 1.5 – Percentual de acomodação dos informantes

Informante	Sexo	Idade	Tempo de exposição	Percentual de acomodação
1	F	21	15 anos	3.6%
2	F	22	4 anos	9.4%
3	F	23	2 anos	9.0%
4	F	24	4 anos	6.0%
5	F	38	1 ano	7.2%
6	F	49	31 anos	100.0%
7	F	54	26 anos	80.6%
8	F	55	21 anos	39.7%
9	M	18	7 anos	14.1%
10	M	19	4 anos	1.4%
11	M	22	7 anos	32.8%
12	M	22	2 anos	52.0%
13	M	30	3 anos	5.6%
14	M	36	8 anos	6.9%
15	M	44	8 anos	3.3%
16	M	44	22 anos	100.0%

Fonte: elaborada pelo autor.

As respostas fornecidas pelos informantes para uma série de questões envolvendo questões atitudinais e identitárias foram utilizadas para a análise qualitativa. Tais respostas foram analisadas de maneira intraindividual e interindividual. Estabeleceram-se comparações das crenças e das atitudes dos informantes com as variáveis controladas (como o tempo de exposição) e o percentual de acomodação dialetal.

Os resultados demonstram especial importância dos fatores identidade e atitudes linguísticas dos indivíduos para o processo de acomodação linguística. Na seção seguinte, versaremos um pouco sobre as teorias acerca de identidade e os resultados obtidos com base nelas. Em seguida, discorreremos sobre as atitudes linguísticas, para finalmente concluirmos abordando a importância do olhar do pesquisador na pesquisa em questão.

3. A IDENTIDADE NO PROCESSO DE ACOMODAÇÃO

Como evidenciado em nossa pesquisa, a identidade é um fator importante para a acomodação linguística de um falante e costuma refletir em sua maneira de falar. Suas atitudes e opiniões para com certos grupos ou dialetos podem facilmente ser fatores influenciadores para sua fala quando em contato com estes. A exemplo disso, um indivíduo pode não desejar ser considerado como amigável com um determinado grupo ou como pertencente a ele e, por isso, opta por divergir da fala desse grupo. Por outro lado, se o falante deseja ganhar o apoio ou até mesmo ser reconhecido como membro desse grupo, ele provavelmente tentará convergir para a forma de falar deste.

Dessa forma, a convergência parece algo positivo para a interação, enquanto a divergência parece algo negativo. No entanto, não é assim tão simples, havendo vários fatores envolvidos no processo de interação. Vale salientar que há outro lado para a convergência, no qual ouvintes podem sentir-se ofendidos se acharem que os traços de seu dialeto podem ser facilmente convergidos ou imitados. Sendo os traços parte de sua cultura e identidade, ele pode ver a facilidade dessa convergência ou imitação como algo ruim.

Para Giles (1980), ouvintes teriam um nível de tolerância para a convergência, sendo ela aceitável e bem-vista apenas até certo nível, porém, ao passar desse nível, seria vista como algo negativo. Além disso, há um outro lado para a divergência, uma vez que a manutenção de traços divergentes, típicos de grupos ou dialetos com mais prestígio, seria bem-vista, como normalmente ocorre no Nordeste com as variedades do Sudeste, por exemplo.

Diferentes fatores sociais podem associar prestígio a determinados grupos, influenciando então as atitudes de diferentes indivíduos para com esses grupos. Um grupo que é considerado como mais relevante para a sociedade ou que mais facilmente consegue ascensão social será considerado como um bom grupo para se fazer parte, sendo, assim, mais facilmente tido como almejavél ou aceitável.

Todo dialeto possui diferentes marcadores linguísticos, que são traços específicos a uma comunidade de fala, sendo uns mais salientes que outros. Essa saliência caracteriza-se pela mudança linguística e estigmatização, causando assim um contraste e um distanciamento fonético se comparado a outros dialetos (Timberlake, 1977; Kerswill, 1985). Assim, os traços mais facilmente distinguidos são chamados de salientes e são normalmente marcadores linguísticos de uma comunidade de fala específica. Esses traços salientes são mais percebidos por alguém que não pertence à comunidade de fala.

Espera-se que os marcadores mais salientes sofram maior influência dos fatores sociais de atitude e identidade do falante no processo de convergência. Esses fatores podem favorecer ou inibir o processo de acomodação do falante. Considerando que o dialeto pessoense foi tido como de “menor prestígio” pelos informantes de nossa pesquisa (crenças expostas pelos próprios informantes entrevistados) se comparado ao dialeto carioca, é mais provável que a convergência seja de menor intensidade e frequência do que se o processo fosse o inverso.

Além disso, quando um traço é muito saliente, ele pode se tornar desconfortável para o falante acomodar, já que ele pertence a outra comunidade de fala e constitui-se como parte da identidade dessa comunidade. Por esse motivo, quando um falante adota os traços pertencentes a outra comunidade de fala, esse indivíduo está, de certa forma, abandonando sua própria identidade. Então, sabendo da importância dos diversos fatores sociais, será feita posteriormente uma análise qualitativa de cada informante.

Há também traços que são mais facilmente acomodados que outros, e, dessa forma, podemos dizer que os traços não são assimilados todos de uma vez. Além disso, há trajetórias individuais na acomodação, assim como diferentes dificuldades e restrições. Por exemplo, um falante não pode produzir um som que não faz parte de seu inventário fonético antes de adquiri-lo.

O traço saliente do dialeto carioca, escolhido como objeto de estudo de nossa pesquisa, é o /s/ palatal em posição de coda final, como em “carioca[ʃ]”. Comparado ao dialeto pessoense, que tem uma pronúncia alveolar (“carioca[s]”), tem-se uma diferença notável.

De acordo com os resultados, a identidade de origem é um fator que muitos dos informantes conscientemente desejam preservar. Inclusive, algumas das respostas dadas pelos entrevistados revelam isso, como as apresentadas a seguir:

E (Entrevistador) – Você gostaria de falar igual aos paraibanos? Por quê?

I1 (Informante 1) – “Não... Eu acredito que traz muito da sua identidade, também, isso. [...]. Acho bonito, acho interessante o sotaque daqui, algumas coisas são bem diferentes, mas não...”

I3 – “Não. (risos) Justamente por isso, porque eu acho que o carioca tem uma identidade, entendeu? Então eu não queria perder essa identidade. Eu acho muito interessante isso. ”

I9 – “Não, eu não gostaria. Inicialmente porque eu não acho bonito. Eu não quero ofender, mas (risos) tem uma coisa que é bonita e tem outra que não é bonita, né. Eu não acho bonito... é o primeiro fator de eu não querer ter mudado meu sotaque. Depois porque são minhas raízes [...] o Rio de Janeiro é minha origem, então eu gosto de guardar isso, entende? Apesar de eu ter passado a minha adolescência aqui, o meu

desenvolvimento foi aqui, mas, eu quero sempre ter a representação carioca em mim, pra mostrar que eu sou de fora (risos).”.

A grande maioria dos informantes se identifica como carioca e há, de modo geral, um forte desejo de manter intacta essa identidade. Manter a identidade de origem é algo considerado por muitos como algo importante, e, entre esses informantes, podemos ver isso nitidamente na fala do Informante 15, em resposta à seguinte pergunta:

E – O que você acha do seu sotaque?

I15 – “Olha, opinião valorativa não. O que eu posso dizer é uma opinião sentimental. Eu faço questão de manter o sotaque e acho que as pessoas deveriam se esforçar sobre isso, porque o sotaque é meio que uma identidade sua, né? Então eu gosto de ser carioca. E gosto no sentido não barrista, mas assim, minhas lembranças tão lá... meus amigos, minha formação tá toda lá, e por uma questão de raízes eu gosto de preservar isso. Então eu faço meio que um pouco de questão de me policiar pra não incorporar muita coisa do dialeto local, que embora, nada contra. Eu acho inclusive que se os nordestinos forem morar no Rio, têm que fazer a mesma coisa que eu faço, manter o sotaque a todo custo.”.

O Informante 15 teve um índice de acomodação de apenas 3.3%, sendo este o segundo menor índice entre os informantes da pesquisa, mesmo tendo 8 anos de tempo de exposição ao dialeto pessoense. Sua resposta para essa pergunta revela um pouco sobre como ele pensa e se sente em relação ao seu sotaque de origem. Ele menciona, inclusive, que o sotaque faz parte de sua identidade, fator que parece ter exercido grande influência, atuando como inibidor da acomodação.

Tendo em mente todas as variáveis, a análise qualitativa realizada em nossa pesquisa revela como a identidade é um fator que muitas vezes parece sobrepor as demais variáveis em termos de influência no processo de acomodação.

4. AS ATITUDES LINGUÍSTICAS NO PROCESSO DE ACOMODAÇÃO

Para Ayzén (1988, p. 4), “uma atitude é uma disposição para responder favoravelmente ou desfavoravelmente a um objeto, pessoa, instituição ou evento”. A atitude irá então mediar a resposta do indivíduo, e essa resposta sofrerá influência de diferentes fatores, grupos e normas sociais. Isso é explicado por Lasagabaster (2004, p. 399), quando argumenta que as pessoas tendem a “ajustar suas atitudes para se adequarem àqueles que são as predominantes nos grupos sociais a que se vinculam”.

Em seu trabalho, Kaufmann (2011) faz menção a uma divisão das atitudes em três diferentes componentes: cognitiva, afetiva e conativa. A componente

cognitiva remete às crenças (tudo aquilo que é considerado e entendido como verdadeiro e que julgamos e acreditamos saber); a componente afetiva é referente aos sentimentos pessoais (tudo aquilo que é tido como opinião positiva ou negativa para com indivíduos, objetos, situações, pensamentos, ideais); e a componente conativa remete ao comportamental, que, por sua vez, é a junção das crenças e das emoções (tidas nas duas componentes prévias) e sua transformação em predisposição e intenções. Dessa maneira, a componente conativa vincula-se ao que se pretende fazer ou dizer, influenciando sobre nossas ações e reações.

Com isso em mente, todavia, devemos nos atentar para o fato de que um comportamento específico nem sempre é o reflexo das atitudes do indivíduo. As atitudes que interessaram ao nosso estudo são, mais especificamente, as atitudes linguísticas, as quais foram observadas a partir da visão behaviorista.

Em algumas das perguntas realizadas, foram obtidas diversas respostas que demonstraram as atitudes favoráveis que muitos dos informantes têm com o falar carioca. Por meio da identificação das atitudes linguísticas, assim como das experiências vivenciadas pelos informantes, pudemos melhor compreender em que medida esses fatores influenciaram a acomodação linguística. Qualquer atitude positiva para com o dialeto carioca pode vir a ser um fator inibidor da acomodação, assim como as atitudes negativas para com o dialeto pessoense.

A fim de identificarmos e compreendermos a influência desses fatores identitários e atitudinais, vejamos a comparação entre as Informantes 1 e 2. As duas tiveram baixos índices de acomodação, com a Informante 2 acomodando mais, apesar de ter um tempo de exposição bem menor. As duas pertencem ao grupo de sexo feminino e estão na mesma faixa etária. As diferenças imediatamente óbvias entre elas são o tempo de exposição e a motivação da vinda a João Pessoa (A Informante 1 teve a vinda obrigatória e a Informante 2 teve a vinda espontânea).

Tabela 1.6 – Informantes 1 e 2

Informante	Sexo	Idade	Tempo de exposição	Percentual de acomodação
1	F	21	15 anos	3.6%
2	F	22	4 anos	9.4%

Fonte: elaborada pelo autor.

Ambas as informantes dizem gostar de suas próprias maneiras de falar e consideram ter o sotaque carioca. Se comparada à Informante 2, no entanto, a Informante 1 mantém mais contato com pessoas de sua família (do Rio de Janeiro).

Já no que diz respeito às experiências vivenciadas pelas duas, a pergunta a seguir busca identificar algumas delas:

E – Alguém já criticou, elogiou, riu ou comentou a respeito da sua forma de falar?

I1 – “Ah, tudo isso! Então no começo, [...] logo quando eu vim pra cá, eu era pequena... e a aceitação, assim, no colégio, foi péssima. Porque ninguém queria ser meu amigo. Porque eu era de fora e aí, tipo, tinha uma rejeição grande. Até mudei de colégio por causa disso. Fui pra outro colégio, aconteceu a mesma coisa. E ninguém gostava, você tinha poucos amigos porque ‘Ah, era a menina que não é daqui’, ‘que não fala igual a gente’, ‘que fala estranho’. E passei por isso muito tempo, só que aí me acostumei. Não liguei e também não ia mudar... forçar uma coisa por causa das pessoas. Mas assim, quando cheguei na universidade foi bem melhor. [...]. Porque assim, pelo menos a minha turma, a maioria não é daqui. É de Pernambuco, é de Fortaleza. É bem diferente, então não tinha esse negócio assim.”

I2 – “Criticar não, mas as pessoas brincam... levam muito na brincadeira às vezes é... o meu sotaque assim... fazendo gírias e tal [...]”

Nota-se que a Informante 1 não recebeu muita aceitação na escola, quando se mudou para João Pessoa. Isso poderia ter feito com que ela se sentisse pressionada a adaptar sua forma de falar, mas ela afirma que não tinha intenções de mudar e “forçar uma coisa por causa das pessoas”. Apesar de não sabermos os exatos motivos, ela resistiu à pressão de mudar, considerando desnecessário fazê-lo apenas para agradar os colegas ou se encaixar. Assim, isso pode ter sido um fator inibidor da acomodação.

Para a pergunta a seguir, temos uma resposta bastante interessante dada pela Informante 2:

E – Você acha que as pessoas são julgadas pela maneira que falam?

I2 – “Sim, principalmente pelo sotaque [...]. Eu acho que tem muito preconceito sim, ainda. Principalmente contra o nordestino, porque é um sotaque bem original, bem diferente de tudo que existe [...] justamente por ser tão diferente, as pessoas acham que é estranho, que é feio, que tá fora do padrão, enfim. Não existe um padrão.”

A resposta para essa pergunta se volta especialmente para o sotaque, e ela reconhece que o sotaque nordestino não carrega muito prestígio, sofrendo preconceito em diferentes regiões. Ela não se posiciona, porém, contra ou a favor de nenhum sotaque, comentando que “não existe um padrão”. Nesse sentido, ela não demonstra atitudes negativas para com o sotaque nordestino, podendo isso ter favorecido sua acomodação linguística.

Vejamos o que elas falam sobre suas próprias falas e possíveis futuras mudanças:

E – Você gostaria de falar igual aos paraibanos? Por quê?

I1 – “Não... Eu acredito que traz muito da sua identidade, também, isso. [...]. Acho bonito, acho interessante o sotaque daqui, algumas coisas são bem diferentes, mas não...”

I2 – “Eu não veria problema nisso não. ”

E – Você acredita que com o passar dos anos estará falando como paraibanos?

I1 – “Não. ”

I2 – “Sim. As expressões, gírias. Com certeza. ”

Apesar de não acreditar que com o passar dos anos passará a falar como os paraibanos, a Informante 1 acredita que sua fala já mudou e seus pais percebem as mudanças, o que é um pouco contraditório, mas talvez isso se explique pelo fato de ela não demonstrar desejo de mudar sua fala. Isso certamente é um fator inibidor, ligado à identidade e às atitudes dela. A Informante 2, por sua vez, não demonstra resistência a acomodar ao dialeto paraibano e diz já ter se acostumado com ele, apesar de inicialmente sentir dificuldade com a velocidade de fala do paraibano.

Alguns dos resultados mais interessantes de nossa pesquisa foram obtidos a partir do contraste entre as respostas de informantes, especialmente daqueles que parecem fugir do esperado, se nos baseássemos exclusivamente nas variáveis quantitativas. Para concluir este capítulo, portanto, passemos a discutir brevemente sobre a importância do olhar do pesquisador

5. A IMPORTÂNCIA DO OLHAR DO PESQUISADOR NA PESQUISA

Inicialmente, ao observarmos os dados quantitativos a partir das variáveis controladas, podemos ter uma imagem de como esses fatores influenciam o processo de acomodação linguística. No entanto, esta é apenas uma fração da imagem completa, sendo necessária uma análise mais próxima e cuidadosa para uma compreensão mais ampla e verdadeira.

Nesse sentido, o papel da pesquisadora ou do pesquisador da sociolinguística é estar atento ao que não é imediatamente óbvio; é se atentar para as entrelinhas das falas dos informantes e ao que vai além dos dados exclusivamente numéricos. Em nossa pesquisa, muitas das conclusões partem, naturalmente, desses dados de natureza quantitativa, mas é importante ressaltar a significância que tiveram as informações de caráter mais individual de cada informante, que foram obtidas com as entrevistas.

Um excelente exemplo disso pode ser observado na comparação entre os Informantes 9 e 11, da mesma pesquisa. Tal comparação nos dá a chance de

compreender os motivos da disparidade entre os índices de acomodação deles, uma vez que eles são irmãos e têm o mesmo histórico sócio-geográfico. Ambos: a) têm o mesmo tempo de exposição de 7 anos; b) pertencem ao mesmo grupo de faixa etária, tendo 18 e 22 anos, respectivamente; c) são do mesmo sexo (masculino); d) têm o pai natural do Rio de Janeiro e a mãe natural da Paraíba; e) tiveram o mesmo motivo de transferência para João Pessoa, que foi relatado como sendo questões familiares, ou seja, foi considerado como vinda obrigatória (não espontânea).

Tabela 1.7 – Informantes 9 e 11

Informante	Sexo	Idade	Tempo de exposição	Percentual de acomodação
9	M	18	7 anos	14.1%
11	M	22	7 anos	32.8%

Fonte: elaborada pelo autor.

Apesar de se encontrarem em um mesmo contexto, os dois têm índices de acomodação bastante distintos, tendo o Informante 9 um índice de 14.1% e o Informante 11 um índice de 32.8%. Ambos relataram não ter muito contato com familiares ou amigos do Rio de Janeiro, no que trata da conversa falada, seja ela pessoalmente ou via telefone. Porém, há uma diferença entre eles em relação ao contato e à experiência individual com a Paraíba. O Informante 11 relatou ter vindo para a Paraíba previamente, por um período de dois anos, durante sua infância, com cerca de 6 anos de idade. Além disso, é possível que suas experiências pessoais no estado tenham sido diferentes e tenham exercido influência nas atitudes de cada um.

Havendo poucas diferenças entre os dois informantes acerca de seus históricos sócio-geográficos, tornou-se interessante voltar a atenção a suas atitudes linguísticas. De fato, como veremos adiante, o conjunto de atitudes e sentimentos deles para com o dialeto pessoense e o carioca foi um dos maiores diferenciais entre os dois, exercendo diferentes e fortes influências no processo de acomodação linguística. Ao acessarmos essas atitudes, torna-se possível levantar e corroborar hipóteses sobre as ocorrências da acomodação e da velocidade do processo.

Influenciadas por estereótipos e preconceitos, são essas atitudes que fazem com que pessoas julguem ou sejam julgadas pelo seu sotaque e seu modo de falar, e a partir das respostas dadas pelos informantes para as diferentes perguntas realizadas, fica clara a relação entre elas e o processo de acomodação. Temos, a seguir, trechos da entrevista em que foram feitas perguntas relacionadas às atitudes linguísticas dos entrevistados:

E – O que você acha da sua forma de falar?

I9 – “Eu tenho reparado que o meu sotaque não é mais carioca. É um carioca bem estranho. É quase forçado. No início, quando a gente tava vindo aqui, a gente tava vendo as transições, né? De uma língua pra outra. Aí eu não me permitia mudar o meu sotaque.”

I11 – “Eu vivi lá e cá, então eu conheço os dois. Me sinto de lá... muito mais de lá do que de cá. Mas como eu já passei sete anos aqui, então eu acho que eu perdi muito o que eu tenho de lá. Mas assim, quando eu falo, principalmente nos primeiros anos que eu vim morar aqui... muita gente falava que eu falava assim, ‘mas okay e tal hmm hmm’, imita né, quando imita o carioca faz ‘nhée’, nunca tive problema nenhum, claro, é meu sotaque. Mas hoje eu consigo ouvir um carioca, eu consigo perceber quando ele tá falando carioquês.”

Fica evidente que o Informante 9, ao se policiar, não apenas não procurava acomodar sua fala como de fato evitava ao máximo a acomodação ao dialeto pessoense. O Informante 11, por sua vez, apesar de evidenciar com sua resposta que se identifica mais com o dialeto carioca, não demonstrou nenhuma resistência em acomodar ao dialeto pessoense.

E – Há algo específico de que você gosta/não gosta na sua forma de falar?

I9 – “O lance do ‘tchi’ ([tʃi])... eu sou apaixonado pelo ‘tchi’ [...] é bonitinho.”

I11 – “Eu não gosto, é, do chiado... é. Eu aprendi a não gostar. Não exageradamente. [...]. Quando eu chio demais [...] eu tento amenizar isso aqui, eu tô tentando tirar, eu tento me policiar pra tirar. Agora o que eu gosto é também um pouquinho do chiado [...] não gosto do ‘[tʃi]’ do ‘sss’ ([s]). Eu não gosto nem [de] um [nem] do outro, sabe? Eu gosto de ficar no meio.”

Dessa vez, podemos notar uma diferença entre os dois no que diz respeito a suas opiniões acerca de suas próprias formas de falar. O Informante 9 demonstra gostar de um traço de sua fala quando menciona o “tchi”. Já o Informante 11 diz não gostar do “chiado” em sua fala, a ponto de se policiar para não o produzir; porém, ele logo se contradiz ao dizer que esse “chiado” também é algo de que ele gosta, levando-nos a entender que, por mais que ele evite produzi-lo, este ainda é um traço que faz parte de sua identidade e carrega certo valor para ele. Em seguida, ele diz que não gosta nem de um dialeto nem de outro, preferindo deixar seu sotaque em um ponto intermediário entre os dois.

E – Você já mudou sua forma de falar para adaptar-se ao seu entorno?

I9 – “Não pelos outros... eu acho que eu não me permiti mudar por mim mesmo, porque eu gosto do meu sotaque, me agrado com ele, então não sentia a necessidade de mudar e nem queria mudar.”

Fica claro que o Informante 9 gosta e se orgulha do dialeto carioca e de sua forma de falar, tendo uma atitude positiva para com esse dialeto. Porém, o mesmo não ocorre para com o dialeto pessoense, provavelmente por ter-se o dialeto carioca como sendo de maior prestígio. Podemos identificar exatamente isso no tratamento recebido pelo Informante 11 ao chegar ao estado:

E – Você acha que as pessoas são julgadas pela maneira que falam?

II1 – “Quando eu cheguei aqui muita gente [...] olhava pra minha família com um jeito como se a gente fosse melhor do que eles. Não sei por que. Como se exaltassem. É do mesmo jeito quando um estrangeiro chega no Brasil. [...]”

Ele relata que, ao chegar a João Pessoa, o tratamento que recebeu foi como o de admiração que comumente observamos acontecer com estrangeiros que vêm visitar o País. Isso claramente demonstra o prestígio que o dialeto carioca carrega, o que cria uma barreira para a acomodação ao dialeto pessoense. Em seguida, temos a seguinte pergunta:

E – Você acha alguns dialetos/falares mais bonitos, melhores ou mais fáceis de entender? Quais?

I9 – “Bom, eu acho que o nordestino é, visando para quem tá vindo de fora... eu acho que o nordestino é o mais fácil de se entender, porque ele não arrasta muito. Apesar de ser uma [t]ia, essas coisas, é uma linguagem bem mais falada... se a gente reparar, se encaixa muito bem. Mas, de preferência, eu gosto do meu sotaque, eu gosto do paulista, eu gosto do Rio Grande do Sul, e Pernambuco. Pernambuco é legalzinho, é um nordestino carioca (risos).”

Mais uma vez podemos notar que o Informante 9 gosta bastante de seu sotaque carioca. Ele demonstrou não se sentir confortável com algumas características do dialeto pessoense, como o [t] em “tia”, mas acredita que este seja de fácil compreensão para visitantes estrangeiros. Também são mencionados os sotaques com os quais ele mais se identifica e gosta, estando entre eles, e talvez como principal, o carioca, enquanto o dialeto pessoense não está presente em sua lista. Vejamos agora a resposta do Informante 11 para essa mesma pergunta:

II1 – “Ah tem. O paulista, mas o paulista que não tem aquele R retroflexo né... [...] Eu gosto mais do porta que treme a língua.”

O Informante 11, por sua vez, não chegou a mencionar nem o dialeto carioca nem o pessoense, mencionando apenas o paulista do qual ele gosta. Dessa maneira, podemos imaginar que para ele o dialeto carioca não possua a mesma significância tida pelo Informante 9 e, assim, podemos inferir que esse fato possa ser favorável para o processo de acomodação dele ao dialeto pessoense.

Quando indagados quanto ao interesse em retornar para a cidade natal, ambos responderam de forma semelhante:

E – Tem interesse em voltar para sua cidade natal?

I9 – “Olha, eu tinha bastante... bastante mesmo, mas hoje em dia eu já me adaptei aqui... não que eu não conseguiria viver no Rio de Janeiro... conseguiria tranquilamente, mas... Eu gosto daqui e se eu for me mudar vai ser pra outra região, não necessariamente o Rio.”

III – “Só para passeio.”

Nenhum dos dois demonstra interesse em voltar a morar no Rio de Janeiro. Os dois demonstram estar satisfeitos em morar em João Pessoa, e, caso o Informante 9 resolvesse morar em outro local, este não seria o Rio de Janeiro, de acordo com sua resposta. O Informante 11 já pensou diversas vezes em voltar a morar no Rio de Janeiro, mas descartou a ideia devido, principalmente, ao fator violência, visto que para ele a cidade estava muito perigosa e violenta. Ao ser questionado se não achava João Pessoa uma cidade violenta também, respondeu que, apesar de achar que sim, considerava a cidade muito mais calma e que o perigo se concentrava, majoritariamente, em regiões específicas da cidade. Ambos também apresentaram respostas semelhantes para a pergunta a seguir:

E – Considera as pessoas paraibanas receptivas/acolhedoras?

I9 – “Lá no Rio a gente vê pessoas mais... sociáveis. Não da forma grosseira... que eu queira dizer, mas literalmente, você pode ver que se você conversar com um carioca ele vai se abrir muito fácil com você, entendeu? Ele vai conversar com você. Mas se você fala... puxar essa conversa com um nordestino, você vai ver que ele vai se sentir ofendido e tá achando que você tá tentando se intrometer na vida dele... entendeu? Ele é mais resguardado.”

III – “Os pessoenses, eles não são receptivos como são o pessoal do sertão, né, do brejo. O pessoal do interior da Paraíba é muito mais acolhedor do que o pessoal de João Pessoa. Um dos fatores que a minha família pensou em voltar pro Rio de Janeiro é justamente isso, em João Pessoa as pessoas são muito distantes.”

Para ambos, o fator da receptividade foi visto como negativo, o que provavelmente foi um fator que os distanciou do novo dialeto.

Porém, voltemos para o que os diferencia, para que possamos, mais profundamente, entender o motivo da disparidade entre os índices de acomodação. Temos, a seguir, uma pergunta que lida com a identificação e o gosto pessoal, específico de cada indivíduo:

E – Você gostaria de falar igual aos paraibanos? Por quê?

19 – “Não, eu não gostaria. Inicialmente porque eu não acho bonito. Eu não quero ofender, mas (risos) tem uma coisa que é bonita e tem outra que não, né. Eu não acho bonito... é o primeiro fator de eu não querer ter mudado meu sotaque. Depois porque são minhas raízes [...] o Rio de Janeiro é minha origem, então eu gosto de guardar isso, entende? Apesar de eu ter passado a minha adolescência aqui, o meu desenvolvimento foi aqui, mas, eu quero sempre ter a representação carioca em mim, pra mostrar que eu sou de fora (risos).”

O Informante 9 deixa claro dois motivos pelos quais não deseja falar igual aos paraibanos. O primeiro deles o de que não considera bonito o falar paraibano, o que acaba por inibir sua acomodação. Em seguida completa dizendo que o Rio de Janeiro é sua origem e suas raízes, novamente fazendo com que ele não deseje mudanças em sua fala, uma vez que se orgulha de suas origens. Da mesma forma, a maioria dos informantes da pesquisa deseja preservar, de algum modo, suas raízes e o que consideram constituir parte de sua identidade.

111 – “Foi como eu disse. Eu não gostaria de falar nem como um paraibano nem como um carioca.”

O Informante 11, por sua vez, novamente menciona seu desejo em permanecer com uma fala neutra ou intermediária entre os dois dialetos, afirmando não desejar assemelhar demais sua fala à paraibana ou à carioca. Com todas essas diferenças de atitude e identidade que podemos perceber a partir das diferentes respostas dadas pelos Informantes 9 e 11, fica evidente o quanto esses fatores influenciam no processo de acomodação dos dois.

Essa influência dos fatores de atitudes linguísticas e identidade se estende também para os demais informantes da pesquisa. Estes não são os únicos fatores influenciadores da acomodação linguística, mas certamente tiveram seu papel em acelerar e desacelerar o processo. Observar esses fatores requer um olhar mais próximo e mais atento por parte da pesquisadora ou do pesquisador, mas traz resultados valiosos.

Portanto, ambas as análises quantitativa e qualitativa foram indispensáveis para uma compreensão mais completa dos dados, especialmente ao observarmos os fatores de identidade e atitude dos informantes. A análise quantitativa possibilitou identificar estatisticamente os fatores que contribuem para a acomodação, enquanto a análise qualitativa possibilitou a interpretação dos dados subjetivos que contribuem para a acomodação ao novo dialeto ou para a preservação do dialeto de origem.

Com a análise quantitativa, foi possível afirmar a influência de fatores como o tempo de exposição. Os resultados, para essa variável, coincidem com o que afirmam Laver e Trudgill (1979) e Trudgill (1998), que ressaltam que o tempo de exposição é um fator que contribui de modo significativo para o processo de acomodação linguística. Os resultados obtidos correspondem a essa ideia de que, quanto maior o tempo de exposição, maior o índice de acomodação linguística.

No entanto, apenas em conjunto com a análise qualitativa, pudemos ter uma real compreensão dos fatores que motivaram ou inibiram a acomodação. Com base nos resultados obtidos, foi possível concluir que há indícios consistentes da influência das atitudes linguísticas no processo de acomodação linguística. O papel das atitudes, movidas pelas crenças dos informantes, foi mais forte do que muitas das variáveis linguísticas e extralinguísticas controladas. O sentimento de identificação com um determinado falar se mostrou relevante para o processo de acomodação linguística. Nesse sentido, estamos de acordo com Giles *et al.* (1982), que afirmavam que a atitude linguística é de suma importância para identificar a extensão, a percepção e o grau de aceitação da acomodação.

Com tantos fatores influenciadores, favorecendo ou inibindo a acomodação, o processo de convergência da não palatalização do /s/ em coda final foi diferente para cada um dos informantes. Alguns deles acomodaram bastante, enquanto outros mostraram mais resistência. Porém, a média geral de acomodação de 24.8% foi considerada alta, pois superou as expectativas, uma vez que o dialeto carioca carrega maior prestígio social do que o dialeto pessoense.

Em suma, a análise qualitativa dos trechos coletados durante as entrevistas com os participantes possibilitou interpretações bastante frutíferas dos fatores sociais, atitudinais, econômicos etc., os quais aparentam exercer influência no processo de acomodação ao falar de menor prestígio social (o dialeto pessoense). Alguns trechos, inclusive, revelam crenças e visões de mundo estigmatizadas em relação à Paraíba e a seu povo. Um exemplo disso ocorre quando a Informante 3 revela que “realmente algumas pessoas daqui são bem diferente do que eu pensava”. O adjetivo “diferente”, atribuído apenas a algumas pessoas, sugere uma imagem do paraibano como um retirante da seca, visão compartilhada pela maioria dos informantes antes de terem contato com a Paraíba. A manutenção do sotaque carioca se justifica em argumentos relacionados às raízes, às origens, em um discurso identitário, sobretudo. Todas essas informações que envolvem os estereótipos, a identidade de cada indivíduo, suas atitudes e muito mais podem nos ajudar a compreender os fatores que regem a acomodação linguística.

Para concluir, gostaríamos de incentivar as leitoras pesquisadoras e os leitores pesquisadores a explorarem diferentes formas de coleta de dados, a considerarem as mais diversas possibilidades, a fim de observar uma gama de fatores potencialmente influenciadores do fenômeno que será estudado. Além disso, é de suma importância se dispor a analisá-los em profundidade, a fim de capturar detalhes que não são evidentes logo de início, mas que podem ajudar a retratar uma melhor imagem das engrenagens que trabalham para a ocorrência de quaisquer fenômenos em estudo.

6. REFERÊNCIAS

- AYZEN, I. *Attitudes, Personality and Behavior*. London: Open University Press, 1988.
- CHACON, K. A. *Contato dialetal: análise do falar paulista em João Pessoa*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.
- GILES, H. Accent mobility: a model and some data. *Anthropological Linguistics*, v. 15, p. 87-105, 1973.
- GILES, H. Accommodation theory: some new directions. In: SILVA, S. (ed.). *Aspects of Linguistic Behavior*. York, England: York University Press, 1980. p. 105-136.
- GILES, H.; COUPLAND, N.; COUPLAND, J. (ed.). *Contexts of Accommodation: Developments in applied sociolinguistics*. Cambridge: Cambridge University Press. 1991.
- GILES, H.; RYAN, E. B.; SEBASTIAN, R. J. An integrative perspective for the study of attitudes toward language variation. In: GILES, H.; RYAN, E. B. (ed.). *Attitudes towards language variation: social and applied context*. London: Edward Arnold, 1982. cap. 1. p. 1-19.
- KAUFMANN, G. Atitudes na sociolinguística. In: MELLO, H.; ALTENHOFEN, C.; RASO, T. (org.). *Os contatos lingüísticos no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2011. p. 121-137.
- KERSWILL, P. *A Sociolinguistic Study of Rural Immigrants in Bergen*. Norway: Cambridge University, 1985.
- LABOV, W. *The social stratification of English in New York City*. Washington: Center of Applied Linguistics, 1966.

LABOV, W. [1972]. *Padrões Sociolinguísticos*. Trad.: Marcos Bagno, Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

LASAGABASTER, D. Attitude. In: AMMON, U. et al. (ed.) *Sociolinguistics: An International Handbook of the Science of Language and Society*. 2. ed. Berlin/New York: De Gruyter, 2004. p. 399.

LAVER, J.; TRUDGILL, P. Phonetic and linguistic markers in speech. In: SCHERER, K.; GILES, H. (ed.). *Social markers in speech*. Cambridge: CUP, 1979. p. 1-32.

LIMA, I. de S. *Acomodação dialetal: Análise da fricativa coronal /S/ em posição de coda silábica por paraibanos residentes em Recife*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Pernambuco, João Pessoa, 2013.

MARQUES, S. M. O. *As vogais medias pretônicas em situação de contato dialetal*. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MARTINS, M. de S. A palatalização de oclusivas dentais em contato dialetal. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

PAIVA, M. C. A variável gênero/sexo. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (org.) *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 33-42.

POSSATTI, L. *Acomodação dialetal de cariocas residentes em João Pessoa: uma análise sociolinguística*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.; SMITH, E. *Goldvarb X: a variable rule application for Macintosh and Windows*. Toronto: University of Toronto, 2005.

TAGLIAMONTE, S. The sociolinguistic interview. In: TAGLIAMONTE, S. *Analysing Sociolinguistic Variation: Key Topics in Sociolinguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 37-49.

TIMBERLAKE, A. Reanalysis and actualisation in syntactic change. In: LI, C. (cd.) *Mechanisms of Syntactic Change*. Austin: University of Texas, 1977.

TRUDGILL, P. *Dialects in Contact*. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

TRUDGILL, P. Language contact and inherent variability: the absence of hypercorrection in East Anglian present-tense verb forms. In: TRUDGILL, P.; CHESHIRE, J. *The sociolinguistics reader: multilingualism and variation*. London: Published Arnold, 1998. p.103-111.

MÁSCARAS LINGUÍSTICAS: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA OS ESTUDOS DE ATITUDES LINGUÍSTICAS

Mikaylson Rocha da Silva

1. INTRODUÇÃO

A sociolinguística é a ciência que analisa o comportamento linguístico a partir de um ponto de vista sociológico e que leva em conta a inter-relação língua e sociedade. Desse modo, estudos variacionistas têm como premissa básica os fatores sociais e linguísticos, como: idade, sexo/gênero, tempo de residência, contexto fonológico e tantos outros condicionares. Os estudos sociolinguísticos se constituem como um campo de pesquisa que visa compreender a língua e sua relação com a sociedade e a cultura. Essas relações podem se configurar em três direções: a influência da sociedade na língua; a variação de fenômenos socioculturais e linguísticos; e a influência da língua na sociedade.

Levamos em consideração que as manifestações de atitudes linguísticas fazem da língua um *objeto de discurso público*, conforme explana Schlieben-Lange (1993), e que essas manifestações (negativas ou positivas) são condicionadas por *máscaras linguísticas* – conceitos criados por nós neste trabalho –, as quais conduzem o julgamento de atitudes. Diante disso, Lucchesi (2015, p. 35) afirma que “a avaliação social reforça o valor simbólico das diferenças linguísticas”, o que implica diretamente o comportamento dos falantes e, por conseguinte, a

utilização objetiva e subjetiva da língua. Dessa maneira, a avaliação linguística é, por muitas vezes, considerada uma forma simbólica de *discurso público sobre a língua*, o que muitas vezes (des)legitima o comportamento vinculado a variantes específicas de uma variedade ou de variedades em si.

As máscaras linguísticas são estratégias que levam os falantes a associarem diversos estereótipos ao campo linguístico, e essas associações são, por vezes, conscientes e, por outras, inconscientes. Conforme sugere Silva (2016), os estereótipos linguísticos são alimentados por outros estereótipos e podem ter ou não uma relação direta com a língua.

Para que haja a avaliação linguística, é também necessário que exista a consciência perceptiva sobre aspectos linguísticos variacionistas de uma língua. Ao perceber, (re)agir e avaliar determinados aspectos variáveis de uma língua, o falante não precisa necessariamente ter a consciência sobre a relevância de sua atitude com relação ao fenômeno linguístico, mas, ao perceber as diferenças linguísticas, categorizá-las e avaliá-las, torna-se responsável ao maximizar padrões de “crenças” em determinados fenômenos linguísticos. Assim, podemos dizer que a avaliação linguística é um percurso para a (des)construção de determinados estereótipos de fala que precedem às capacidades de discriminação e categorização linguísticas.

Diante disto, coadunamo-nos com a ideia de que, ao existirem formas estigmatizadas de falar, os sujeitos são impulsionados a utilizar estratégias que minimizem a desaprovação social (as quais chamamos de *máscaras linguísticas*) para julgar o seu interlocutor a partir de perfis sociais “condizentes” com o estereótipo de fala apresentado. Dessa forma, as máscaras linguísticas, por serem estratégias de categorização dos falares, são formas mais acessíveis de serem identificadas nas manifestações de atitudes linguísticas, pois trazem uma caracterização linguística que, mesmo sendo por vezes estereotipada, caricaturada e/ou preconceituosa, legitima o julgamento linguístico a partir de outros estereótipos socioculturais, profissionais, regionais etc. Isto é, os sujeitos, ao avaliarem determinados padrões linguísticos, também acabam associando as formas linguísticas às categorias sociolinguísticas, como: raça, sexo/gênero, etnia, origem, aspectos regionais e socioeconômicos, escolaridade e profissão esperada.

2. ATITUDES LINGUÍSTICAS: ALGUNS CONCEITOS

Os estudos em atitudes linguísticas se tornaram cada vez mais relevantes, pois, como bem afirmam Lambert (1967), Coupland (2007), Giles *et al.* (1982), Giles (1991) e Fernández (1998), as atitudes são consideradas como aspectos

psicossociais expressos pelo indivíduo de maneira positiva ou negativa e que podem influenciar no processo de convergência ou divergência linguística. A ciência que se ocupa desses aspectos teóricos de atitudes é a *sociopsicologia*. No entanto, na sociolinguística, as atitudes são tomadas como parâmetros explicativos de análise do comportamento linguístico vinculado a variantes específicas de uma variedade.

Considerando as atitudes dialetais como expressão da substância social em resposta às variações de uma língua, Lambert (1967) acredita que determinados padrões de uma língua estão imbuídos de estereótipos de fala. Nesse caso, os falantes percebem, avaliam e julgam determinado comportamento linguístico tendo como base os valores estigmatizados social e culturalmente.

Para Kaufmann (2011, p. 122), a atitude linguística “é um estado mental de prontidão organizado a partir de experiências e exercendo uma influência diretiva ou dinâmica sobre a resposta de um indivíduo a todas as situações ali envolvidas”. Assim, compreendemos que as atitudes são uma espécie de disposição para reagir favorável ou desfavoravelmente a uma situação dialógica que pode influenciar comportamentos positivos ou negativos quanto à língua.

Posto isso, é necessário afirmar que os estudos de atitudes não podem ser tomados como explicações generalizadas sobre determinado comportamento linguístico. Eles podem prever uma correlação entre o objeto que se pretende estudar e padrões gerais do comportamento linguístico. Isto é, a relação entre atitude e comportamento só é compatível quando se avalia a atitude do indivíduo em relação ao comportamento, mas não a relação atitudinal quanto à meta que se pretende investigar do comportamento (Kaufmann, 2011).

Para Kaufmann (2011), a incoerência entre o objeto de atitudes e um determinado comportamento pode gerar alguns *insights* para explicar a variação em determinada comunidade de fala. A autora ainda ressalta que “apesar de normalmente se assumir que as atitudes preveem o comportamento social (...) parece haver uma lacuna entre o que as pessoas dizem (suas atitudes expressas) e o que fazem (comportamento linguístico)” (Kaufmann, 2011, p. 125).

Outro parâmetro relevante a se considerar nesta pesquisa diz respeito à maneira com que a consciência linguística está intimamente ligada à consciência sociolinguística, isto é, em que as crenças acerca do prestígio social atribuído a uma variedade linguística podem ser representadas por atitudes positivas. Segundo Bourdieu (1999a), quanto mais plural for o conhecimento cultural e social e quanto mais interação houver nas distintas instituições sociais, menor será o preconceito linguístico.

Se levarmos em consideração a consciência sociolinguística como parte integrante da competência linguística, a repercussão de juízos de valor será amenizada pela consciência social coletiva; portanto, determinados comportamentos estereotipados e preconceituosos poderão ser também controlados ou amenizados. Dito isso, quanto maior for o mercado linguístico, ou seja, o trânsito desses falantes entre comunidades de fala diferentes, maior será a possibilidade de os colaboradores em uma pesquisa sociolinguística entenderem que não há falares “agramaticais”.

3. DIMENSÕES DAS ATITUDES LINGUÍSTICAS

A grande discussão teórico-metodológica em torno das atitudes no cenário da sociolinguística está quase sempre vinculada à maneira com que são obtidas e acessadas as atitudes. Segundo Lopes (2012, p. 20), a sociolinguística tem muito interesse no nível social, regional e étnico da variação e pouco interesse na forma com que a variação é percebida, processada e codificada pelo ouvinte. Por outro lado, a variabilidade da fala quase nunca é pensada nas suas duas interfaces – a partir de quem produz e de quem percebe.

Alguns questionamentos são comumente feitos nos estudos das atitudes linguísticas, como: como os ouvintes utilizam as informações de um sinal de voz para identificar a origem de um locutor? Quais os tipos de informação que ajudam a codificar que um falante é de um dialeto? Como essa informação é usada na percepção de fala e no processamento da linguagem? Como a experiência linguística com falantes de vários dialetos afeta a capacidade do ouvinte de discriminar, identificar ou descrever as variedades linguísticas diferentes? (Lopes, 2012).

Esses questionamentos são basilares para que possamos compreender o fenômeno das atitudes linguísticas como respostas de sentimentos e de avaliação em relação à maneira como os sujeitos se organizam no universo linguístico. Também observamos que estes questionamentos foram fundamentais para que se compreendessem as atitudes como um fenômeno interdependente da consciência dialetal, social e cultural, da percepção dialetológica e, portanto, da *competência dialetal* – atribuída aqui como uma capacidade linguístico-perceptiva subordinada à discriminação, manipulação e ativação de conhecimento metalinguístico, consequentemente orientando um determinado comportamento linguístico (Lopes, 2012).

De modo geral, a maior parte dos estudos em percepção de dialetos teve como objetivo a compreensão sobre a capacidade humana em categorizar dialetos a partir da identificação regional, de etnia, sexo/gênero, classe social, comunidades

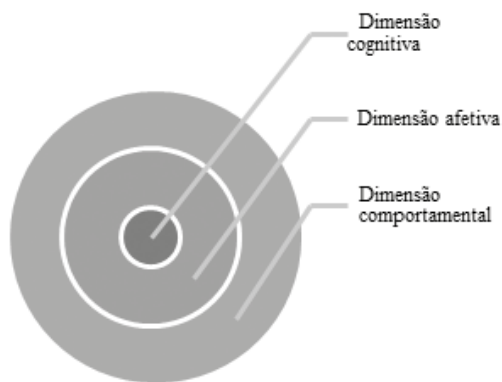
de prática e estudos em acomodação dialetal (Niedzielski, 1999; Clopper; Pisoni 2004; Garrett, 2010).

Por muitos anos, foram elaboradas metodologias experimentais para o estudo da percepção de fala, que teve início com os estudos de Preston (1989), com a técnica *Matched Guise*. Outros métodos também foram importantes no avanço dos estudos das atitudes, como a imitação dialetal proposta por Markham (1999) e as tarefas de categorização e identificação dialetal propostas por Clopper e Pisoni (2004), entre outros métodos.

Por outro lado, os estudos em abordagem direta têm acesso direto às atitudes a partir de uma metodologia comparativa entre o que se “fala e avalia” e o que se “produz”. Isto é, na assunção dos estudos diretos, o falante tem mais ou menos consciência sobre o que está sendo perguntado. Enquanto nos estudos de abordagem indireta os colaboradores não têm consciência sobre o que está sendo avaliado, há também menos estratégias de minimizar a deseabilidade e a concordância social. Os aspectos sobre crenças, estereótipos e preconceitos linguísticos são avaliados a partir de tarefa força, mas, por outro lado, quase não há espontaneidade de fala.

Com relação às dimensões das atitudes linguísticas, Lambert (1967) propõe a seguinte divisão:

Figura 2.1 – Dimensões das atitudes linguística



Fonte: Lambert (1967, p. 98).

De modo geral, segundo Lambert (1967), as atitudes possuem três níveis básicos de funcionamento, como mostra a Figura 2.1. O nível primário, também chamado de nível cognitivo, é o mais próximo do estímulo recebido pelo ouvinte, pois é nele que estão as condições neurobiológicas subjacentes à capacidade cognitiva que o indivíduo tem para memorizar, contrastar, perceber e discriminar

um dado linguístico. É nesse nível cognitivo que encontramos o psiquismo na linguagem, isto é, é nele que se constroem a consciência linguística e o ramo axiológico. Dessa forma, nele encontramos as formas mais primárias de valores e de estereótipos de fala.

O segundo nível é o campo afetivo, que, para Lambert (1967), está inter-relacionado e de certa forma amalgamado ao campo primário. Nesse segundo nível, encontram-se as atribuições de valor a partir das emoções atribuídas (in) conscientemente ao campo cognitivo. Ou seja, ao ouvir um registro linguístico que remonte a um pensamento desagradável, o sujeito está atribuindo emoções à consciência linguística que tem sobre determinada variedade. Nesse nível, o sujeito faz especulações valorativas acerca da língua, como a atribuição de um falar “correto” “agradável”, “caipira”, “favelado”, “pobre”, “rico” etc. De certa forma, podemos dizer que o nível afetivo é estimulado e retroalimentado pelo campo primário.

Segundo Lambert (1967), o terceiro nível das atitudes linguísticas diz respeito à dimensão comportamental. Dito isto, nos estudos de abordagem direta, o comportamento é a materialização da fala, isto é, a produção em si. Contudo, em estudos de abordagem indireta, o comportamento é a avaliação linguística por meio das atividades de tarefa forçada (experimento em percepção linguística) para a obtenção dos dados em atitudes. Para concluir esta seção, podemos compreender esse nível de duas formas. Dessa forma, muitas vezes o nível comportamental é a maior prova de influência das atitudes para uma escolha linguística. Por outro lado, nas pesquisas numa abordagem indireta, o julgamento de atitudes pode ser acessado a partir de um material de fala, seja ele sobre a consciência dialetal, a categorização de dialetos, a imitação de dialetos ou até mesmo a partir de registros de fala com suavização de sotaque nos estilos da comunicação social, conforme avaliamos a partir dos dados presentes nos estudos de Clopper e Pisoni (2004) e Lopes (2012).

4. MÁSCARAS LINGUÍSTICAS: UM BREVE OLHAR CONCEITUAL

Labov (1972) atenta-se para o fato de que as crenças linguísticas de um grupo são um conjunto de verdades culturais impostas a cada indivíduo integrante do grupo. O autor também compreende que as crenças formam outros tipos de grupos de crenças cognitivas maiores: “um conjunto uniforme de atitudes frente à linguagem que são partilhadas por quase todos os membros da comunidade de fala, seja no uso de uma forma estigmatizada ou prestigiada da língua em questão” (Labov, 1972, p. 176). Assim, as crenças são construções sociais e culturais que orientam

e impulsionam as atitudes linguísticas, as quais são responsáveis por um conjunto de sentimentos, reações e sensações a determinados grupos, problemas sociais, ambiente, música, enfim qualquer representação sociocultural (Lambert, 1967).

O papel da sociolinguística variacionista é compreender os fenômenos linguísticos, da variação à forma, da relação sujeito-comportamento a sua relação com a sociedade. A maior preocupação dos pesquisadores sociolinguistas é compreender um mundo rodeado de formas, mudanças e diversidades linguísticas. Acreditamos, assim como Bagno (2000, p. 73), que “uma língua ou variedade de uma língua vale o que valem seus falantes”.

Quando as crenças orientam o falante a escolher uma variante em detrimento de outra, podemos imaginar que ele reconhece as duas ou mais formas de falar, ou tem consciência sociolinguística, o que implica em uma consciência social elevada, de modo que ele opta por usar essas variantes mais prestigiosas a fim de se elevar socialmente.

Podemos também chamar de *máscaras linguísticas* a maneira pela qual o atributo valorativo linguístico que o falante faz no julgamento de atitudes direciona a mente do falante a buscar parâmetros, referências, isto é, estereótipos consolidados sobre a língua e as expectativas criadas pelo usuário da língua. Esse atributo é também variável e passível de reavaliação, pois devemos levar em conta que o sujeito está sob constante vigilância social. Ou seja, o falante utiliza estratégias linguísticas que expõem ou omitem determinados juízos de valor sobre determinados fenômenos da linguagem.

Assim, observamos que as *máscaras linguísticas* são condicionadas por uma relação entre: um tipo de fala, que pode ser uma fala estigmatizada ou considerada prestigiosa, e a sua relação com um perfil social “condizente” com o que as pessoas esperam de determinado falar. Em outras palavras, *um falar estigmatizado está quase sempre associado a alguns perfis sociais estigmatizados*, enquanto um falar de prestígio está quase sempre vinculado a condutas e a perfis sociais de maior *status*.

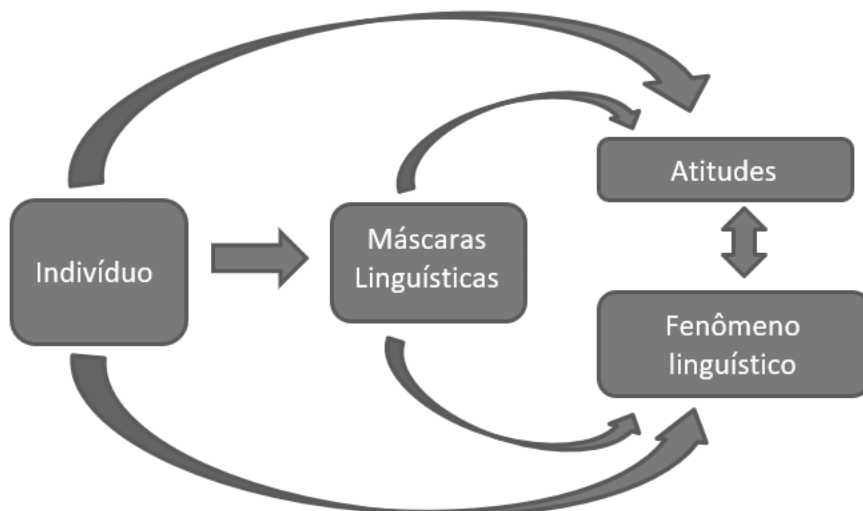
Ao categorizar e avaliar um material de fala de um grupo de pessoas nativas de um dialeto socialmente “desprovido” do prestígio linguístico, o falante pode inter-relacionar o objeto de avaliação, nesse caso aspectos dialetais, a determinados perfis sociais em que as expectativas sociais são extremamente baixas, como: atributo regional, profissional ou socioeconômico. Por exemplo:

- Colaborador Paulista: “O falar paulista é ótimo... correto! (...) Não gostaria que alguém me imitasse porque falo bem. A nossa fala é a mais desenvolvida, assim como o nosso estado (SP).” (Moralis, 2004, p. 58).

O estímulo dado por Moralis foi apenas de qualificar, ou seja, de julgar os falares dos migrantes que compõem a região do Alto do Araguaia (MT) a partir de expressões como “bacana”, “pouco bacana” e “muito bacana”. Porém, o falante não só fez uma avaliação linguística positiva do dialeto materno, como podemos observar nas expressões “correto” e “ótimo” a forma como também imprime e não aceita atitudes linguísticas negativas quanto ao próprio dialeto. Ao mencionar que o dialeto materno é o “mais evoluído”, o falante coloca a sua maneira de falar como a “universal” entre as variedades do PB (Português Brasileiro), ao mesmo tempo que coloca os demais migrantes da região e os seus falares como sendo “específicos” e, portanto, subordinados ao mais correto – o falar paulista.

Quanto à *máscara linguística* utilizada nesse depoimento, observamos que é a de identificação *socioeconômica*, pois o colaborador justifica a sua autoavaliação linguística positiva com base na crença de que, por São Paulo ser um estado economicamente rico, automaticamente faz do seu falar uma forma “nobre” e, portanto, “correta”. A *máscara linguística* é uma maneira estratégica pela qual legitimamos as nossas avaliações por meio de palavras e conseguimos associar estereótipos e preconceitos. Austin (1962) discute em sua obra *How to Do Things With Words* (Como fazer coisas com palavras) como os seres humanos utilizam-se da linguagem não apenas para nomear as coisas, mas para provocar efeitos de sentido nas interações e para afirmar verdades a partir da localização sujeito-interlocutor.

Figura 2.2 – Percurso entre forma linguística, atitudes e máscara linguística



Fonte: autor.

Na Figura 2.2, propomo-nos a observar o uso das máscaras linguísticas nos estudos de atitudes. Antes de tudo, temos o indivíduo submetido a um estímulo ou a uma entrevista sociolinguística. Em seguida este falante/ouvinte manifestará atitudes linguísticas com relação a algum fenômeno da língua, seja fonético-fonológico, lexical, morfológico, aspectos do repertório discursivo ou questões suprasegmentais, como prosódia, ritmo, *pitch* etc.

O falante, ao manifestar atitudes linguísticas, também pode usar as *máscaras linguísticas* a fim de desnudar a face do Outro² ou a própria face, ou seja, o sujeito, ao manifestar atitudes negativas quanto ao dialeto do seu interlocutor, também se compromete em proteger o próprio dialeto. Salientamos que, conforme mostra a Figura 2.1, o indivíduo pode, antes de começar a manifestar as atitudes linguísticas, utilizar as *máscaras linguísticas* e só depois julgar o objeto de avaliação.

No que diz respeito à maneira com que o sujeito sente, reage e avalia determinados aspectos linguísticos, podemos dizer que as atitudes e a consciência linguística funcionam conjuntamente em relação às expectativas que os indivíduos têm sobre o comportamento linguístico em determinadas esferas sociais. Dessa

² Nesta pesquisa, o *Outro* se refere à necessidade de se compreender o interlocutor a partir do exercício da alteridade. Bhabha (1990) argumenta que esse exercício se dá a partir da localização de microculturas, dentro do que o autor chama de *Local da Cultura* (*location of culture*).

maneira, a língua é tida como um objeto de construção de discursos cotidianos, os quais associam diferentes tipos de estereótipos socioculturais às formas linguísticas.

As *máscaras linguísticas* podem ser identificadas a partir de trabalhos que se encaixem em uma abordagem direta, ou seja, em uma abordagem que visa obter dados de atitudes linguísticas a partir da reflexão metalinguística espontânea, como é o caso das entrevistas sociolinguísticas. O meio de acesso a essas *máscaras* em trabalhos nessa abordagem se dá basicamente por meio de questionários, entrevistas, ensaios e observações etnográficas, conversas, diálogos etc. Nessa abordagem, o foco é enxergar a língua como *objeto de discurso público*, ou seja, se as técnicas utilizadas dizem respeito ao próprio objeto de investigação – a língua enquanto discurso público. Dessa forma, as atitudes linguísticas, assim como as *máscaras linguísticas* (na abordagem direta), visam compreender os mecanismos de julgamento, sentimento e comportamento da produção linguística.

5. MÁSCARAS LINGUÍSTICAS: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS A PARTIR DE ESTUDOS ATITUDINAIS

Moralis (2000) observou a construção das atitudes linguísticas acerca da língua enquanto objeto de discurso público a partir das manifestações de atitudes dos migrantes que compõem a comunidade do Alto de Araguaia (MT). Nesse estudo, os colaboradores tinham que avaliar os falares de contato que contribuíram para a formação da região, estando entre eles os dialetos: nativo (araguaense), goiano, baiano, paulistano, gaúcho e mineiro. Os respondentes tiveram como estímulo para a *produção do discurso público sobre a língua* os seguintes atributos linguísticos: “bacana”, “muito bacana”, “menos bacana”, “agradável” e “desagradável”.

Outro aspecto importante da escolha da cidade do Alto do Araguaia (MT) é o fato de que os falantes nativos dessa região não se identificam com o falar mais comum que se tem no dialeto do Mato Grosso, isto é, o sotaque presente em boa parte da capital (Cuiabá). Os araguaenses têm um sentimento de pertencimento muito particular com os goianos, sobretudo com os falantes do município de Santa Rita do Araguaia (GO). Para os araguaenses, o falar deles é “único” visto que a comunidade traz na sua própria formação histórica uma mistura linguística de vários falares.

Quando perguntados se poderiam dar exemplos que marcam o próprio falar, os informantes araguaenses reconhecem a representação do seu falar em relação à dissemelhança do falar mais próximo ao deles – o falar goiano: “é muito parecido

com o falar goiano (...) é normal como o goiano (...) o falar araguiense é ótimo (JSMN – Político)” (Moralis, 2000, p. 7).

Como percebemos na fala do comerciante araguiense, anterior ao julgamento da atitude positiva quanto ao falar da comunidade, o respondente nativo usa uma *máscara de identificação regional* como forma de se aproximar de um dialeto de outra comunidade de fala maior territorial e economicamente e mais conhecida nacionalmente. Foi uma forma de *agir positivamente* quanto ao próprio dialeto, mas, para isso, foi necessário utilizar uma *máscara de identificação regional* para se aproximar do falar de outra região – o dialeto goiano.

Ao fazer uso da expressão “normal como o goiano”, o falante usa a máscara linguística para fazer o julgamento de atitude do “o falar araguiense é ótimo”, que pode ser visto como mais uma *máscara de identificação regional*. Diante disso, a fala do informante tem a intenção de direcionar o julgamento para aproximar o interlocutor a conhecê-lo a partir do pressuposto de que sua fala é semelhante à forma com que se fala na comunidade de fala vizinha, a qual é maior, tanto fisicamente quanto em termos de população. Essa *máscara linguística* é uma estratégia que objetiva diminuir qualquer traço de estereótipo linguístico que recaia ao falar da comunidade, uma vez que o falar local é “tão normal como o falar do estado de Goiás”.

No trabalho de Alves (1979), uma das primeiras pesquisas em atitudes linguísticas no Brasil, a autora investigou as atitudes linguísticas de nordestinos em São Paulo. Em linhas gerais, ela buscou compreender as tendências nas atitudes linguísticas que nordestinos residentes em São Paulo tinham com relação às variedades linguísticas nativas e paulistas.

Assim, de modo geral, foi observado que os falantes com nível socioeconômico mais baixo tendiam a manifestar mais atitudes positivas com relação ao falar paulista do que com relação ao falar de origem. Por outro lado, os respondentes com nível socioeconômico mais alto tendiam a apresentar atitudes positivas com relação ao falar nativo e tinham pouca tendência a elogiar o falar de contato.

Antes de avaliar o falar paulista, um dos falantes menciona a sua frustração com a cidade ao dizer:

“meu primeiro contato [com São Paulo] foi desagradável. Uma loucura. Um turbilhão de muito mau gosto: o burburinho, a confusão, o barulho, o cinzento, a incomunicabilidade. Me senti oprimido, pensei em sair daqui o quanto antes” (Alves, 1979, p. 102).

Outro colaborador, dessa vez do grupo de falantes com nível socioeconômico baixo, manifesta atitudes positivas com relação ao falar paulista e, dessa

maneira, também utiliza uma *máscara linguística de identificação regional*: “falam diferente da minha terra, Eu gostaria de aprender o falar daqui (...) é um falar bastante educado, gentil em tudo”. Ele também diz que “falam mais bonito e parece que é mais certo. Eu gosto do jeito de falar daqui”. E, para finalizar o discurso público sobre os dialetos de contato, o mesmo falante acredita ser o modo como as pessoas falam em São Paulo “mais adiantado e, por isso, falam mais bonito que em Pernambuco”, que faz o dialeto de contato ter essa “beleza” linguística (Alves, 1979, p. 92).

As atitudes positivas manifestadas pelos falantes do nível socioeconômico mais baixo revelam que há uma consciência de grandiosidade nas formas linguísticas associadas às cidades maiores, mais desenvolvidas, mais modernas, com mais acesso às multiculturas. Em outras palavras, por São Paulo ser uma cidade cosmopolita e com uma população maior, são fatores que fazem com que o falante acredite haver uma relação entre falares mais “atrasados” e “adiantados”, “modernos” e “arcaicos”, “bonitos” e “feios”, “arrastados” e “suaves/limpos”.

Ainda com relação aos dados de atitudes da pesquisa de Alves (1979), observamos outro exemplo de manifestação de atitudes positivas com relação ao falar paulista a partir da *máscara de identificação regional*, como em: “o paulista fala bem (...) quem mora aqui fala muito bem”, e o falante continua: “é bonito e todo pernambucano gosta daqui” (Alves, 1979, p. 116). O falar “bem” do paulista é mais uma vez justificado pela crença de que a região é responsável pelo falar correto de seus cidadãos, que também é compreendido quando o falante diz que “quem mora aqui fala bem”, ou seja, é possível que um migrante também comece a falar “bem” morando em São Paulo, pois para ele, ao morar nessa cidade, o indivíduo começa a falar bem.

Uma situação de utilização de *máscara de identificação regional* parecida com essa que ocorreu no trabalho de Alves (1979) também se encontra presente na pesquisa de Silva (2016), que investigou as atitudes linguísticas de falantes paraibanos residentes em São Paulo. Em uma das perguntas, o pesquisador buscou compreender se o respondente já havia mudado a sua fala para ser aceito pelos paulistas e se ele gostava do falar paulista. Essas perguntas foram feitas na intenção de capturar pistas de atitudes que coadunassem com os dados de acomodação dialetal resultantes da própria pesquisa.

Nos dados de atitudes, um colaborador, apesar de dizer que nunca precisou mudar sua maneira de falar para ser aceito, manifesta atitudes negativas com relação ao dialeto nativo (paraibano). Em um dos trechos, ele diz: “(...) acho linda

a forma de falar *aqui*, acho suave e o sotaque não é tão ‘aperreado’ como o de *vocês de lá*” (Silva, 2016, p. 88).

Apesar de não mencionar explicitamente a região Nordeste nem o estado da Paraíba, a utilização do pronome dêitico social “vocês” já sinaliza o fato de que todos os paraibanos, incluindo o entrevistador, têm um dialeto “caótico”, “não suave”, “aperreado”. Observamos que a utilização do advérbio de lugar “lá” caracteriza a fala do informante a partir de uma avaliação linguística negativa em relação ao povo da Paraíba, que para ele é visto como um povo que tem o sotaque “aperreado”, ou seja, “caótico” e “errado”.

O uso da *máscara linguística de identificação regional* também é uma estratégia que o colaborador usou para se distanciar da forma com que os falantes que residem na Paraíba têm de falar. Por outro lado, como a avaliação linguística é marcada pelo contraste de identificação ou de diferença a partir do Outro, o falar paulista é visto como um sotaque “suave” e, portanto, “não caótico” e não “aperreado”, diferentemente de como as pessoas da Paraíba falam. Assim, o falante não assume ter passado por qualquer constrangimento por ser paraibano, mas não se coloca discursivamente junto daqueles que apresentam um “sotaque aperreado”.

Nas pesquisas de Moralis (2000, 2004), em um dos momentos em que foi pedido aos migrantes que avaliassem alguns dialetos de contato na região do Alto do Araguaia, um dos falantes julgou a produção do /r/ retroflexo do falar paulistano da seguinte maneira: “(...) Esse erre não é bacana (...) interior (...) um fazendeiro (...) caipira” (Moralis, 2004, p. 80). Assim, apesar de o falar paulista ter sido bem avaliado social, cultural, político e linguisticamente em quase todas as situações de avaliação linguística (quando comparado aos demais dialetos em contato), observamos que a avaliação linguística negativa se deu no aspecto fonológico mais rechaçado que compõe o falar comum a maior parte dos interiores do estado de São Paulo. Entre todas as *máscaras linguísticas* utilizadas, observamos que a vibrante /r/ retroflexa, tanto no estudo de Moralis (2000) quanto nos estudos de Leite (2004, 2015), Amaral (1982), Castro (2006) etc., esteve quase sempre relacionada ao desprestígio profissional que se espera de um falante que a realize.

Assim, observamos que o julgamento do segmento /r/ retroflexo está basicamente associado ao estereótipo da fala profissional que os ouvintes acreditam que melhor exemplifica tal sotaque. Dessa forma, percebemos que a manifestação de atitudes presente na fala do colaborador está associada à *máscara linguística de identificação profissional*, como podemos observar a partir da escolha das palavras “fazendeiro” e “caipira”.

Diante dessa discussão, salientamos que não podemos conceber as *máscaras linguísticas* de forma separada ou estandardizada, mas como formas relativamente estáveis para a composição do julgamento linguístico. Assim, como a ocupação profissional está diretamente relacionada ao nível de escolarização e de posição socioeconômica na sociedade, acreditamos que a consciência dialetal em avaliar determinado padrão linguístico é elástica o suficiente para adaptar essas condições de avaliação ao seu interlocutor.

O mesmo grupo de falantes agropecuaristas foi avaliado por outros falantes e durante a fala dos respondentes (em relação aos agropecuaristas) é possível detectar um discurso de avaliação que visa adaptar o comportamento de avaliação conforme o sujeito e a situação. Por exemplo, temos a seguinte fala: “a maneira que falo com um vaqueiro é diferente da maneira que falo com quem vai comprar gado (MM - BA)” (Moralis, 2000, p. 64). Ainda de acordo com esse informante, a avaliação é determinada por uma série de fatores que implicam o comportamento do interlocutor. Assim, a maneira como nos dirigimos ao Outro é, segundo ele, marcada pela situação, pela profissão e pela condição socioeconômica: “(...) cada pessoa você trata de acordo com a situação (...)” (Moralis, 2000, p. 65).

Ao fazerem juízo de valor sobre aspectos linguísticos, os participantes dessa pesquisa também constroem relativismos linguísticos baseados em preceitos socioculturais. Dito isto, Rocha (1984) afirma que o ego etnocêntrico funciona como um espaço formado por combinações de estereótipos culturais, e acreditamos que também é assim na língua, isto é, uma *máscara linguística* pode estar inter-relacionada com outra. Coadunamo-nos com a ideia de que a língua é um espaço de organização da vida social, e esse espaço detém combinações entre diferentes formas de estereótipos, sejam eles culturais, sociais, econômicos, educacionais, políticos, religiosos etc. Diante disso, a língua é também uma dimensão da comunicação humana que absorve todas essas formas de estereótipos e preconceitos socioculturais, profissionais e socioeconômicos.

Avaliamos que também é relevante pontuar alguns aspectos presentes na pesquisa de Oushiro (2015), na qual a autora buscou compreender aspectos da pluralidade identitária a partir da produção, da avaliação e da percepção linguísticas na cidade de São Paulo. Os exemplos a seguir ilustram a associação da variante com a região da Mooca/Tatuapé e marcam o discurso popular sobre a ausência do plural nominal com o morfema *-s*.

Em um momento da entrevista, foi perguntado a um determinado informante o que ele achava da expressão “me vê dois pastel e um chopes?”. Nesse caso, a manifestação de atitudes foi precedida pela *máscara linguística de identificação*

socioeconômica: “S1: [risos] ah sei lá... ah pessoal menos instruído, né? que fala assim ne... ‘dois pastel e um chopes’... é povo mais simples, né? (Oushiro, 2015, p. 358).

Com relação à manifestação de atitudes linguísticas vinculadas à percepção e à consciência dialetal, em um momento da entrevista foi perguntado a uma informante se ela achava que a forma de falar “me vê dois pastel e um chopes” era característica de algum bairro/região da cidade de São Paulo: “Entrevistadora: E você acha que tem bairros da cidade em que as pessoas falam mais desse jeito ‘dois pastel’ e outros que falam menos? Respondente: acho!” (Oushiro, 2015, p. 349). Ela então usa a *máscara linguística de identificação socioeconômica* como prerrogativa para categorizar o falar e, assim, avaliá-lo: “S1: horrível, D1: [risos], S1: coisa mais ridícula do mundo... e... e tão comum, né, a gente escuta não só isso, mas outros erros...” (Oushiro, 2015, p. 348). Dessa forma, após avaliar o falar como sendo “ridículo” e algo “errado”, ela demonstra uma justificativa para que ocorra esse “equivoco” linguístico, a partir da *máscara linguística de identificação socioeconômica*, como em: “S1: É, acho que sim, acho que principalmente os da periferia, né? Porque infelizmente não têm acesso à educação, a escolaridade é menor (...) tem menos condições (...) então acho que isso é uma tendência.” (Oushiro, 2015, p. 351).

A mesma informante, ao fazer o julgamento negativo de atitude linguística, também utiliza a *máscara linguística de identificação socioeconômica* presente na expressão “periferia”, cujo uso está baseado na crença de que, ao não “ter acesso à educação”, é entendível que pessoas com baixo nível socioeconômico devam apresentar essa “tendência” discursiva. A atitude linguística negativa da falante, seguida da *máscara linguística*, traz em seu bojo ideológico uma representação que desconsidera as pluralidades linguísticas. Assim, seu discurso funciona como uma forma de legitimar o falar (sem a concordância nominal de morfema –s) como sendo um falar “subalterno”, “marginal” e, portanto, sem valor e credibilidade linguísticos.

6. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Expostas tais ideias, defrontamo-nos durante toda esta pesquisa com questões sociais, culturais, históricas, identitárias e socioeconômicas no que tange às atitudes e às máscaras linguísticas. Os estudos em atitudes linguísticas funcionaram como um ambiente fértil para que pudéssemos refletir e formular algumas perspectivas teóricas acerca dos fenômenos variacionistas. Assim sendo, é nesse ambiente teórico que nasce a concepção de *máscara linguística*.

Observamos que a maior parte dos estudos em atitudes linguísticas tinha como objetivo central compreender a relação atitude-comportamento a partir de estímulos linguísticos em si, mas não como uma construção de estereótipos associados. Diante disso, a elaboração do conceito de máscaras está intimamente ligada ao *juízo coletivo*, o qual leva em conta as questões socioculturais, socioeconômicas, étnicas, raciais e de sexo/gênero enquanto categorias que co-ocorrem e influenciam o julgamento linguístico como um todo. Desse modo, dizemos que o julgamento linguístico é sempre um *discurso público sobre a língua* e, nesse discurso, observamos que essas categorias extralinguísticas compõem os estereótipos que marcam uma língua, um dialeto ou até mesmo uma variante.

Por fim, observamos que as *máscaras linguísticas* podem mediar os processos de julgamento, avaliação e categorização linguísticos, assim como também podem associar estereótipos linguísticos a outros estereótipos socioculturais, socioeconômicos e profissionais. Em outras palavras, *a atitude linguística é também uma atitude sociocultural*.

7. REFERÊNCIAS

- AGUILERA, V. A. Crenças e atitudes linguísticas: o que dizem os falantes das capitais brasileiras. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 2, n. 37, p. 105-112, maio/ago. 2008.
- ALVES, M. I. P. M. *Atitudes linguísticas de nordestinos em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1979.
- AMARAL, A. *O dialeto caipira*. 3. ed. São Paulo: Hucitec-SCET-CEC, 1982.
- AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press, 1962.
- BAGNO, M. *Preconceito Linguístico: como é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 2002.
- BAGNO, M. *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social*. São Paulo: Loyola, 2000.
- BHABHA, H. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1990.
- BOURDIEU, P. *¿Qué significa hablar?* Madrid: Akal, 1999a.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999b.

- CASTRO, V. S. *A resistência de traços do dialeto caipira: estudo com base em atlas linguísticos regionais brasileiros*. 2006. 285p. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- CHACON, K. A. *Contato dialetal: análise do falar paulista em João Pessoa*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.
- CLOPPER, C.; PISONI, D. Some acoustic cues for the perceptual categorization of American English regional dialects. *Journal of Phonetics*, v. 32, n. 1, p. 111-140, 2004.
- COUPLAND, N. *Style: language variation and identity*. London: Cambridge University Press, 2007.
- FERNÁNDEZ, F. M. *Principios sociolingüísticos y sociología del lenguaje*. Barcelona: Ariel, 1998.
- GARRETT, P. *Attitudes to language*. Cardiff: Cambridge University Press, 2010.
- GILES, H. *et al.* Dimensions of welsh identity. *European Journal of Social Psychology*, v. 7, n. 1, p. 29-39, 1982.
- GILES, H. *The Contexts of Accommodation: Developments in applied sociolinguistics*. New York: Cambridge University Press, 1991.
- KAUFMANN, G. Atitudes na sociolingüística: aspectos teóricos e metodológicos. In: MELLO, H. *et al.* *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- LABOV, W. *Padrões Sociolingüísticos*. Trad. Marcos Bagno, M^a Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 1972.
- LAMBERT, W. The social psychology of bilingualism. *Journal of Social Issues*, v. 23, n. 1, p. 91-109, 1967.
- LEITE, C. M. B. O. *Atitudes Linguísticas: A Variante Retroflexa em Foco*. 150f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- LEITTE, C. M. B. Estudo da variação linguística dos róticos no falar campineiro. *Alfa*, São Paulo, v. 59, n.1, p.129-155, 2015.
- LIMA, I. S. *Acomodação dialetal: análise da fricativa coronal /s/ em posição de coda silábica por paraibanos residentes em Recife*. Dissertação (Mestrado em Linguística) –Universidade da Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

LOPES, L. W. *Preferências e atitudes dos ouvintes em relação à variação linguística regional no telejornalismo*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

LUCCHESI, D. O contato entre línguas na história sociolinguística do Brasil. In: VALENTE, André (Org.). *Unidade e Variação na Língua Portuguesa: suas representações*. São Paulo: Parábola. p. 80-100, 2015.

MARKHAM, C. R. *Contributions towards a grammar and dictionary of Quichua*. London: Trübner & Company, 1999.

MORALIS, E. G. *Dialetos em contato: um estudo sobre atitudes linguísticas*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

MORALIS, E. G. *Dialetos em contato: um estudo sobre atitudes linguísticas*. In: RENZO, A. M.; MORALIS, E. G.; ALMEIDA, E.; Almeida, M. I. P.; SOUZA, O. M.; BARONAS, R. L.; KARIM, T. M.; MAQUÊS, V.; SILVA, V. R. M. (Org.). *Sociedade & Discurso*. Ied. Campinas: Pontes, p. 137-147. 2004.

NIEDZIELSKI, N. The effect of social information on the phonetic perception of sociolinguistic variables. *Journal of Language and Social Psychology*, v. 18, n. 1, p. 62-85, 1999.

OUSHIRO, L. *Identidade na pluralidade: Avaliação, produção e percepção linguística na cidade de São Paulo*. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PRESTON, D.R. *Perceptual dialectology: nonlinguistics views of areal linguistics*. Providence: Foris, 1989.

ROCHA, E. G. *O que é etnocentrismo*. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SCHLIEBEN-LANGE, B. *História do falar e história da linguística*. Campinas, SP: UNICAMP, 1993.

SILVA, M. R. *Contato dialetal: atitudes do falar paraibano em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

UM ESTUDO VARIACIONISTA DE /λ/ NO PORTUGUÊS FALADO DO VALE DO MAMANGUAPE PARAIBANO³

Josenildo Barbosa Freire

“Variety is the spice of life” (William Cowper)

1. INTRODUÇÃO

Os sons e os padrões das línguas variam e/ou mudam continuamente no tempo e no espaço. Assim, variar e mudar constituem fatores intrínsecos às línguas naturais. Essa realidade linguística pode ser verificada ao se estudar, por exemplo, um som denominado de segmento lateral palatal /λ/. Diversos estudos, tanto do ponto de vista diacrônico quanto da sincronia da língua, e especificamente considerando o português falado, evidenciam que ocorreram (e ocorrem) processos de variação linguística envolvendo o uso desse som. Retomemos brevemente alguns aspectos diacrônicos, fonológicos e sociolinguísticos do segmento lateral palatal /λ/.

Do ponto de vista diacrônico, de acordo com Carvalho e Nascimento (1971), o surgimento do segmento fonológico lateral palatal /λ/ é resultado de um metaplasmo por transformação denominado palatalização. Esse processo fonológico

³ Este texto apresenta alguns resultados da minha dissertação de mestrado *Varição da Lateral Palatal na Comunidade de Jacaraú (Paraíba)*. A pesquisa foi orientada pelo Prof. Dr. Rubens Marques de Lucena, no Programa de Pós-Graduação em Linguística, na UFPB.

consiste na “[...] transformação de um ou mais fonemas em uma palatal⁴” (Carvalho; Nascimento, 1971, p. 40-41). Múltiplos são os trabalhos que compartilham dessa mesma proposição teórica, como os estudos de Williams (1973), Teyssier (2007 [1980]), Ilari (2008) e Silva (2013). A configuração desse processo diacrônico pode ser ilustrada com os seguintes exemplos:

- a) l (e,i) + vogal > lh: *palea* > *palha*; *folia* > *folha*; *juliu* > *julho*.
- b) Cl, pl, gl > lh: *oculu* > *oclo* > *olho*; *apícula* > *apecta* > *abelha*; *seopulu* > *ecoplo* > *escolho*; *tegula* > *tegla* > *telha*.

Segundo Bybee (2020), a palatalização é um tema muito frequente nas famílias linguísticas europeias. Esse procedimento se deu, por exemplo, nos processos de metafonia-i, como no caso da palatalização no inglês antigo, língua em que as vogais baixas sofreram processo de alçamento. Ou, ainda, no romance primitivo em que ocorreu uma série de mudanças linguísticas a partir do iode (semivogal), gerando processos fonológicos de assimilação. A assimilação ocorre, ainda, no ponto de articulação, como nos dois casos a seguir: (i) a posição final de sílaba se assimila à posição inicial de sílaba, como do latim > italiano: *nocte* > *noite*; e (ii) a consoante nasal assimila a articulação da consoante seguinte: *immobilis* > *imóvel* (Bybee, 2020).

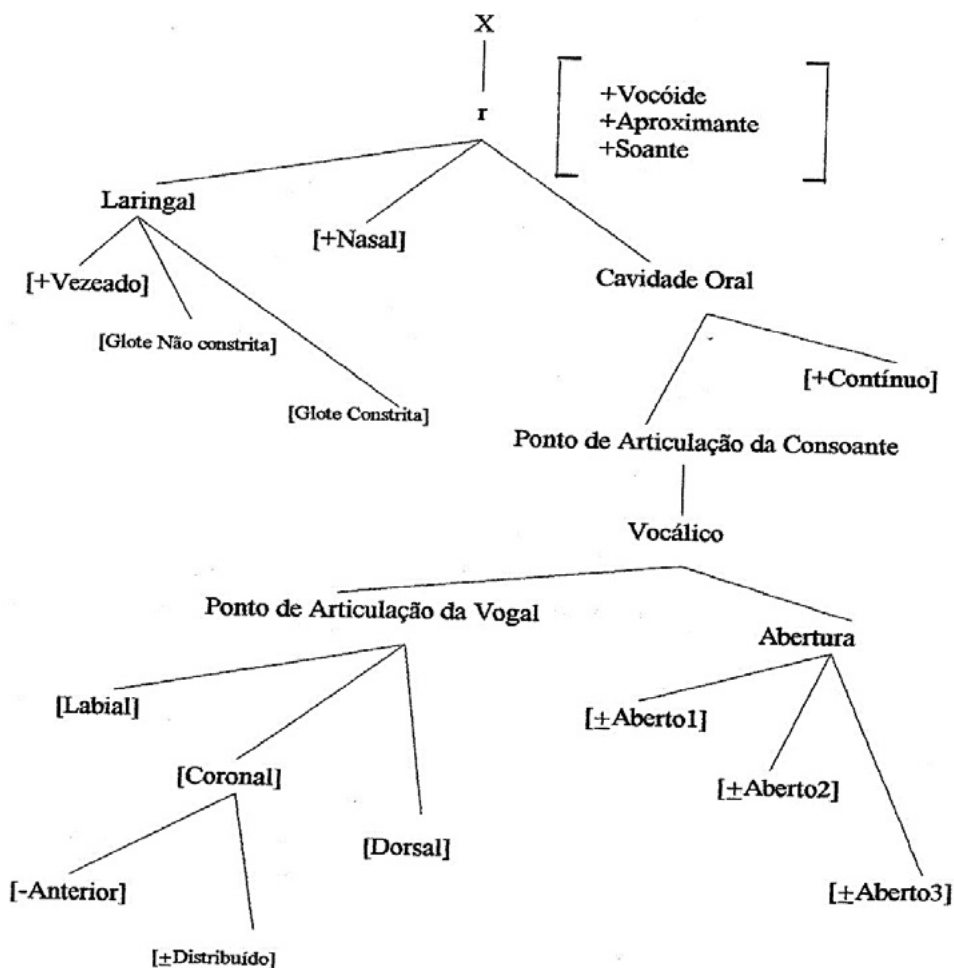
Ainda, para Carvalho e Nascimento (1971, p. 61), “Os grupos bl, gl e tl também palatalizaram em lh, quando precedidos de vogal: *tribulu* > *triblu* > *trilho*; *tegula* > *tegla* > *telha*; *coagulare* > *coaglar* > *coalhar*; *vetulu* > *vetlu* > *velho*; *rotula* > *totla* > *rólha*”. Ao analisarem o iode [y] latino no grupo ly, os referidos autores também afirmam que esse som se palatalizou em “lh”, como nas ocorrências de: *miliu* > *milyu* > *milho*; e *consiliu* > *consilyu* > *conselho* (Carvalho; Nascimento, 1971). Esse fato constitui uma inovação criada pelas línguas românicas – resultado da transformação sofrida por fonemas consonantais seguidos de vogal –, sobretudo após a reestruturação dos sistemas consonantais dessas línguas.

Amaral (2020 [1922], p. 36), ao estudar a variedade linguística chamada de “dialeto caipira”, é bastante categórico ao afirmar que “[...] a consonância palatal lh não existe no dialeto, como na maioria dos dialetos portugueses de África e Ásia, e como em vários dialetos castelhanos da América”. Essa afirmação também ilustra o contexto histórico do comportamento linguístico do segmento lateral palatal /λ/.

⁴ Segundo Cagliari (2002, p. 102-103), “Um segmento torna-se palatal ou mais semelhante a um som palatal ao adquirir uma articulação secundária palatalizada [...] ou um deslocamento articulatório em direção ao lugar de articulação palatal [...]”.

Já no que diz respeito à sua configuração fonológica, o segmento lateral palatal /ʎ/, a partir da perspectiva da fonologia autosegmental, constitui uma consoante geminada fonologicamente (Clements, 1991; Clements; Hume, 1995). Isso significa dizer que esse segmento fonológico apresenta duas unidades de tempo que se vinculam à raiz do referido segmento. Além disso, na abordagem adotada por Wetzels (1996), o segmento lateral palatal /ʎ/ apresenta um traço que expressa articulação maior [nó ponto de articulação de consoante] e articulação menor [nó vocálico]. Nesse sentido, a Figura 3.1 apresenta a representação geométrica do segmento lateral palatal /ʎ/.

Figura 3.1 – Representação arbórea de segmento consonantal



Fonte: Clements e Hume (1995, p. 37).

Essa é a configuração fonológica do segmento lateral palatal /λ/. Sem entrar em detalhes muito específicos da teoria, chamamos a atenção do leitor para a existência da camada Cavidade Oral, que se ramifica em Ponto de Articulação de Consoante e em Ponto de Articulação de Vogal. É justamente essa representação dupla de nós fonológicos que dá ao segmento lateral palatal /λ/ o status fonológico de segmento composto.

Essa representação fonológica também auxilia na compreensão do processo de variação linguística envolvendo os usos do segmento lateral palatal /λ/ no português do Brasil (doravante PB). Será pelo processo de desassociação de linhas – uma espécie de apagamento das linhas que ligam os Pontos de Articulação de Consoante e de Vogal –, que se verá que /λ/ varia com [j, l, Ø] no PB. Assim, é possível demonstrar que essa regra fonológica é natural nessa língua, pois consiste em uma única operação fonológica, como justamente prediz a sua teorização.

Em relação aos aspectos sociolinguísticos, a partir de uma abordagem sincrônica, diversos estudos têm analisado não apenas os fatores linguísticos envolvidos na variação do segmento lateral palatal /λ/, mas também as restrições sociais que condicionam o uso desse segmento no PB. Esses fatores são classicamente pertencentes ao nível de escolaridade, ao sexo, à idade e ao local de origem dos falantes, por exemplo. Inclusive, a entrada do componente social nos estudos variacionistas permitiu compreender como ocorre o condicionamento sociolinguístico dos diferentes usos linguísticos feitos pelos falantes de uma dada comunidade de fala.

A tese do condicionamento linguístico por restrições sociais vem sendo defendida nos estudos sociodialetais desde as investigações de Schuchardt (Hora, 2004; Faraco, 2005). Esse pesquisador já tinha assinalado a concepção subjetivista da língua (fala individual); ele entendia que há uma imensa gama de variedades de fala (perspectiva da heterogeneidade real da fala) e que a mudança linguística deve ser compreendida em um quadro heterogêneo do sistema linguístico.

Meillet (1906 [2020]) também afirmou que a estrutura social é um elemento desencadeador de variações linguísticas perpétuas. Contudo, como veremos na próxima seção, é justamente no quadro teórico e metodológico da sociolinguística de vertente variacionista que essas noções foram amplamente difundidas e consolidadas nos estudos linguísticos.

Castro (2006), Brandão (2007), Aragão (2008), Freire (2013), entre outros, evidenciam que os usos do segmento fonológico em discussão são condicionados por diferentes variáveis sociais, como o sexo do falante, a idade, o nível de escolaridade, o local de origem etc., como também por restrições de natureza linguística. Assim,

por exemplo, foi verificado que a predominância da manutenção da lateral palatal /λ/ se dá na fala feminina, e não na fala masculina (Aragão, 2008; Freire, 2013).

Com base na discussão anterior, neste trabalho retomaremos os resultados do processo de variação do segmento lateral palatal /λ/ falado em uma cidade do interior da Paraíba, localizada no vale do Mamanguape, litoral norte do estado. A descrição e a análise serão feitas à luz da Teoria da Variação Linguística (Labov, 1963, 1966, 1972 [2008]), que introduziu o componente social como elemento central e meio de explicação do condicionamento das línguas naturais.

Este trabalho está assim organizado: primeiramente, apresentamos uma visão introdutória sobre a Teoria da Variação Linguística (doravante TVL); em seguida voltamos aos resultados do processo de variação do segmento lateral palatal /λ/, discutindo os efeitos das variáveis linguísticas e sociais que condicionam seu uso na comunidade de fala investigada; e, por fim, apresentamos algumas reflexões finais.

2. TEORIA DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Os estudos envolvendo a TVL surgem no cenário linguístico como uma reação às abordagens linguísticas estruturalistas e gerativistas. Essas perspectivas são consideradas modelos formais da língua que analisam como correlato psicológico de língua a noção de competência linguística. O contexto de surgimento da TVL é nas décadas de 1960 e 1970, sobretudo ao incorporar na descrição e na análise linguística a dimensão social da linguagem humana. Assim, essa nova abordagem toma os usos reais da língua feitos pelos falantes em situações concretas de interação verbal como formas linguísticas condicionadas também por restrições de natureza social.

Para essa nova vertente de estudos linguísticos, a relação entre língua e sociedade é central na explicação do comportamento linguístico. Desse modo, postula-se que não há independência do conhecimento linguístico em relação ao uso. A TVL, assim, distancia-se das abordagens linguísticas pautadas pela perspectiva do formalismo linguístico (Meillet, 1906 [2020]).

Wardhaugh (2010), ao justificar a relação entre língua e sociedade, também enumera algumas razões pelas quais há condicionamento social das línguas naturais. Assim, temos por exemplo: (i) a estrutura social pode influenciar ou determinar estruturas e comportamentos linguísticos; (ii) há determinadas estruturas linguísticas e/ou comportamentos que podem influenciar ou determinar a estrutura social; e (iii) a relação entre língua e sociedade é bidirecional.

Desde os trabalhos de Schuchardt (Hora, 2004; Faraco, 2005) já se entendia que a variação linguística é um fato intrínseco à língua, pois isso se trata de uma propriedade das línguas. Porém, naquele momento, de forma ainda incipiente, já se admitia que há condicionamento linguístico e variabilidade cultural na fala.

Contudo, foi somente a partir dos trabalhos pioneiros do linguista William Labov (1963, 1966, 1972 [2008]) que ocorreu a fase de consolidação da TVL como uma área de estudos e pesquisas sociolinguísticos. Labov estudou a fala vernacular de duas comunidades de fala nos EUA: Martha's Vineyard e Nova York. A investigação sociolinguística se deu em volta da centralização dos ditongos (ay) e (aw) e do apagamento do (r), evidenciando que o foco da pesquisa linguística deve estar na abordagem da linguagem em seu contexto social de uso. Posteriormente, com Weinreich, Labov e Herzog (2006), ao estabelecerem os fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística, a TVL assinalou que em todas as línguas há variação. Esse processo consiste em um fenômeno não casual, mas estruturado, condicionado por fatores sociais, culturais, cognitivos etc. e que pode resultar em mudança em progresso ou não.

Outro ganho no aparato epistemológico da TVL foi a adoção de modelos matemáticos. Nessa esteira, Cedergren e Sankoff (1974) apresentam um modelo teórico-metodológico baseado em dados estatísticos e probabilísticos para dar suporte ao conceito de regra variável,⁵ que é uma categoria básica na investigação da variação linguística.

Nesse sentido, os modelos estatísticos⁶ visam auxiliar o pesquisador da TVL na explicação do efeito de frequência de uma determinada regra variável existente em uma língua, abordagem esta que indica os aspectos probabilísticos de uso de um fenômeno sociolinguístico. A frequência e os pesos relativos, desse modo, constituem fatores de explicação do uso linguístico. Será a esses índices que o pesquisador deverá associar princípios linguísticos e não linguísticos.

Assim, a TVL passa a captar – ou a fotografar – os processos de variação linguística. Os fenômenos de variação fonológica são também fundamentalmente determinados pelo sistema fonológico da língua e condicionados socialmente, caso contrário o sistema linguístico não permitiria essa realização (Matzenauer, 2006), como veremos a seguir, na descrição e na análise da variação do segmento lateral palatal /λ/.

⁵ A noção de regra variável opõe-se ao conceito de regra categórica, postulada pelas perspectivas estruturalista e gerativista.

⁶ Por exemplo, constituem alguns dos programas computacionais utilizados no interior das pesquisas em TVL: Goldvarb X, o Programa R, entre outros.

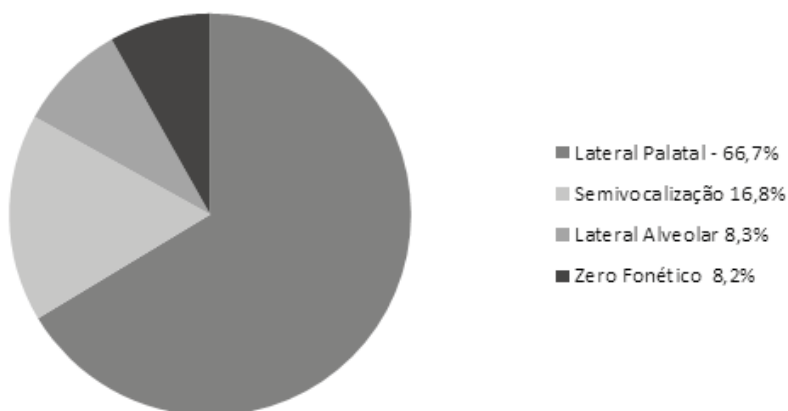
3. VARIAÇÃO FONÉTICO-FONOLÓGICA: DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA VARIAÇÃO DO SEGMENTO LATERAL PALATAL /λ/

Na seção seguinte, vamos descrever e analisar os fatores estruturais e sociais que condicionam o uso do segmento lateral palatal /λ/ na comunidade de fala investigada.

3.1. Descrição geral dos dados

Submetemos os dados coletados ao Programa Estatístico Goldvarb X (Sankoff; Tagliamonte; Smith, 2005). Foram registradas 1.463 ocorrências, sendo 976 de aplicação da variante lateral palatal [λ], o que dá um total de 66,7% de aplicações, contra as 487 não aplicações restantes, isto é, 33,3%. O Gráfico 3.1 ilustra a distribuição geral desses dados.

Gráfico 3.1 – Distribuição total das variantes linguísticas de /λ/ no dialeto jacaraúense



Fonte: Freire (2011, p. 80).

A distribuição das variantes no *corpus* coletado no município de Jacaraú, de acordo com o Gráfico 3.1, corresponde aos seguintes valores numéricos, em termos de ocorrências:

- **Lateral palatal:** 976 ocorrências – 66,7% (em palavras como: “milho”, “trabalhando”, “melhor” [mi/λ/o, traba/λ/ando, me/λ/or]);
- **Semivocalização:** 251 ocorrências – 16,8% (alguns exemplos de palavras do *corpus* são: “trabalhar”, “molho”, “velho” [traba/j/ar, mo/j/o, ve/j/o]);
- **Lateral alveolar:** 121 ocorrências – 8,3% (em palavras como: “mulher”, “olhe”, “folhinha” [mu/l/er, o/l/e, fo/l/inha]);

- **Zero fonético:** 115 ocorrências – 8,2% (alguns exemplos de palavras do *corpus* são: “filho”, “filha”, “milho” [fi/Ø/o, fi/Ø/a, mi/Ø/o]).

Esses dados já nos permitem enumerar algumas considerações gerais. Primeiro, na comunidade de fala investigada, os índices apontam que há um processo de variação linguística envolvendo os usos da variável lateral palatal / λ /; e segundo, a variante considerada não marcada e a forma linguística mais frequente nos dados é [λ], que ocupa a primeira posição, com o percentual de 66,7%, o que corresponde a 976 ocorrências no *corpus* em estudo. Em relação às variantes tidas como marcadas, obteve-se a seguinte distribuição: a primeira posição é da semivocalização, isto é, / λ ~ [j], que atinge o percentual de 16,8%, correspondente a 251 ocorrências; e a segunda e a terceira posições são / λ ~ [l] e / λ ~ [Ø], que em termos numéricos não exibem diferenças significativas, correspondendo, respectivamente, a 8,3% (115 ocorrências) e 8,2% (121 ocorrências).

Todas essas variantes são muito frequentes nas diversas variedades linguísticas do PB. Os estudos sociolinguísticos aqui resenhados assinalam essa proposição, o que também está presente em outras línguas. Segundo Bagno (2020), a passagem de / λ ~ [j] se deu na história da língua francesa padrão, como também em diversas dezenas de variedades do espanhol americano.

Esses primeiros resultados estão em sintonia com os pressupostos clássicos da TVL. Esse quadro teórico admite que se deve verificar nos dados coletados a maior ocorrência da forma linguística avaliada como portadora de mais prestígio social em detrimento das variantes consideradas não padrão. Labov (2003), ao tratar de três tipos de regras gramaticais, estabelece a seguinte distribuição de regras: categóricas (100% dos casos); semicategóricas (95 a 99% dos casos); e variáveis (5 a 4% dos casos). Essa teorização aponta um caminho para se compreender matematicamente o processo de variação existente nas línguas naturais, e nossos resultados se enquadram nesses pressupostos quantitativos.

A configuração detalhada do processo de variação da lateral palatal / λ / deve ocorrer em função das forças linguísticas e sociais. Essas restrições afetam simultaneamente o fenômeno sociolinguístico, que é o que passamos a descrever nos próximos parágrafos.

3.2. Descrição e análise sociolinguística dos dados

Os dados da presente pesquisa foram obtidos a partir de um *corpus* de fala natural (entrevista sociolinguística). A amostra é constituída por 36 (trinta e seis) informantes naturais da cidade de Jacaraú (Paraíba) selecionados após a aplicação de 100 (cem) questionários. Para a seleção dos informantes, seguimos dois

critérios: (i) ser natural de Jacaraú (Paraíba) ou morar nessa comunidade desde os cinco anos de idade; e (ii) nunca ter se ausentado de Jacaraú por mais de dois anos consecutivos.

O *corpus* está estratificado por variáveis linguísticas (contexto fonológico seguinte, contexto fonológico precedente, tonicidade, classe de palavra e número de sílabas do vocábulo) e sociais (sexo, escolarização e faixa etária dos informantes). Essas variáveis independentes constituem os diversos grupos de fatores que condicionam o uso do segmento fonológico em discussão.

3.3. Variáveis extralinguísticas

Optamos, neste trabalho, por não exibir várias tabelas como normalmente é feito nos trabalhos da TVL. A justificativa reside no fato de que se trata de uma retomada de um trabalho já anteriormente publicado e amplamente discutido. Assim, para cada grupo de variáveis, apresentaremos duas tabelas, isto é, uma para todas as variáveis sociais e outra para as variáveis linguísticas selecionadas pelo Goldvarb X (Sankoff; Tagliamonte; Smith, 2005), respectivamente. A Tabela 3.1 exibe os efeitos das variáveis sexo, nível de escolaridade e faixa etária dos informantes sobre a variação da lateral palatal /λ/.

Tabela 3.1 – Efeito das variáveis *sexo*, *nível de escolaridade* e *faixa etária* sobre a variação da lateral palatal /λ/

Fatores	Aplicação/Total = Frequência	Peso relativo
Feminino	462/574 = 80%	0,63
1 a 8 anos de escolaridade	538/634 = 84%	0,73
15 a 25 anos	279/366 = 76%	0,70
Total	976/1463 = 66%	

Fonte: autor.

Input 0.72

Significância: 0.285

Os resultados exibidos na Tabela 3.1 indicam que o uso preferencial do segmento lateral palatal /λ/, na comunidade de fala pesquisada, ocorre com falantes do sexo feminino; com falantes de nível de escolaridade de 1 a 8 anos; e entre os mais jovens, com faixa etária de 15-25 anos. Esses condicionamentos são atestáveis tanto pelos percentuais/frequências quanto pelos índices de pesos relativos demonstrados.

Essa configuração sociolinguística estratificada nos aponta algumas direções. Tal abordagem de língua permite compreender como ocorre o condicionamento social das variáveis sobre o uso da lateral palatal /λ/.

A predominância da lateral palatal /λ/, majoritariamente na fala feminina em detrimento da fala masculina, está associada, por um lado, ao fato de geralmente falantes do sexo feminino demonstrarem maior consciência sociolinguística dos usos da língua do que falantes do sexo masculino. As variantes linguísticas desprestigiadas socialmente são alvo de desconforto, sanção e preconceito social e, devido a isso, as mulheres tendem a evitar seu uso. Por outro lado, usar a forma dita “padrão” da língua é também uma maneira de ocupar espaços sociais por meio da linguagem, e essa prática é cada vez mais frequente com falantes do sexo feminino que buscam se distanciar do modo masculino de falar.

Assim, entendemos que homens e mulheres passam a se diferenciar sociolinguisticamente por meio da variante linguística que usam. Na atual configuração social, homens e mulheres buscam desempenhar papéis sociais também diferentes, de modo que esse comportamento tende a refletir nos usos sociais da língua.

O fato de o uso da lateral palatal /λ/ ocorrer quantitativamente mais entre os falantes com nível de escolaridade de 1 a 8 anos é indicador do efeito do ensino. A prática educacional tem servido de gatilho/controlador no ensino de língua portuguesa quanto ao uso de formas linguísticas. Assim, como a forma /λ/, que se configura no dígrafo “lh”, é a variante canônica, não marcada do sistema consonantal do PB, recebe tratamento didático e é objeto de ensino-aprendizagem em detrimento de suas variantes coocorrentes. Portanto, são esperados sua maior ocorrência e uso nos dados investigados.

A outra variável social que está condicionando o uso da lateral palatal /λ/, em nossos dados, é a faixa etária do falante. Nossos resultados indicam que o fator de 15-25 anos é o elemento favorecedor desse condicionamento social, ou seja, o uso da lateral palatal /λ/ foi mais contabilizado entre os falantes jovens da comunidade de fala pesquisada. Comumente, os falantes jovens são aqueles que tendem a liderar os processos de variação linguística quando se estuda o fenômeno linguístico que está em mudança em progresso (Labov, 1982). Contudo, nossos resultados tomam outra direção, e, assim, podemos imputar esse fato a pelo menos dois efeitos: (i) às exigências do mercado de trabalho, que sempre tem priorizado o uso das formas canônicas/padrão da língua em detrimento das variantes não padrão; e (ii) ao fato de que os jovens estão cada vez mais inseridos em práticas diversas de letramentos (escolar, não escolar, digital etc.), as quais reverberam sobre a forma de usar as línguas.

3.4. Variáveis linguísticas

A Tabela 3.2 exibe o efeito das variáveis *contexto fonológico seguinte*, *contexto fonológico precedente* e *número de sílabas do vocábulo* sob a variação da lateral palatal /λ/. Estas foram as variáveis selecionadas pelo Goldvarb X (Sankoff; Tagliamonte; Smith, 2005) como condicionadoras da regra variável em discussão.

Tabela 3.2 – Efeito das variáveis *contexto fonológico seguinte*, *contexto fonológico precedente* e *número de sílabas do vocábulo* sob a variação da lateral palatal /λ/

Fatores	Aplicação/Total = Frequência	Peso relativo
Vogal labial	503/674 = 74%	0,61
Vogal coronal	430/528 = 68%	0,54
Trissílabo	462/616 = 75%	0,58
Total	976/1463 = 66%	

Fonte: autor.

Input 0.72

Significância: 0.285

Os resultados descritos na tabela em questão indicam probabilisticamente os contextos estruturais da língua que favorecem o uso da lateral palatal /λ/ na comunidade de fala pesquisada. Assim, de acordo com a Tabela 3.2, o uso da lateral palatal /λ/ é favorecido quando está no contexto seguinte uma vogal labial; no contexto precedente uma vogal coronal; e predomina maiormente em itens lexicais com três sílabas. Novamente, tanto os percentuais/frequências quanto os índices de pesos relativos auxiliam nessa compreensão.

As vogais com o traço [labial] favorecem a manutenção da lateral palatal /λ/ no contexto fonológico seguinte em detrimento dos sons vocálicos compostos pelos traços [coronal] e [dorsal]. Nesse sentido, realizações como as de *milho*, *embrulho* e *conselho* favorecem a permanência do segmento lateral palatal /λ/ no contexto fonológico seguinte.

Já em relação ao contexto fonológico precedente, ocorre o contrário. Os traços [coronal] e [dorsal] expressam o favorecimento para a manutenção do segmento lateral palatal /λ/ nessa posição. Assim, itens lexicais com vogais coronal (*brilhante*, *melhor*, *filhos*, *orelha*) e dorsal (*trabalhando*, *trabalhar*, *esmigalhar*) favorecem o uso do segmento lateral palatal /λ/ em nossos dados.

Por sua vez, os resultados da variável número de sílabas do vocábulo indicam que a aplicação da regra variável em estudo é favorecida em vocábulos que portam a casa de três sílabas em detrimento de palavras monossílabas, dissílabas

e polissílabas. Esse fato demonstra que há correlação entre o número de sílabas de um vocábulo e a realização do fenômeno variável em análise. Dessa forma, a realização da lateral palatal /ɺ/ ocorreu predominantemente em vocábulos como: *espelho, malhação, quadrilha e pavilhão*.

A variável *número de sílabas do vocábulo*, ou, como outros a definem, *extensão do vocábulo*, também confirma que os usos da língua não são aleatórios. O comportamento linguístico segue matematicamente certos caminhos que permitem a identificação do contexto favorecedor de uso de uma variante linguística.

4. PARA NÃO CONCLUIR!

O estudo em volta da variação linguística é sempre uma investigação desafiadora. Essa atitude é mais instigante quando estamos tratando de um processo sociolinguístico muito marcado socialmente, como no caso da regra variável envolvendo a realização da lateral palatal /ɺ/. Nesse sentido, a imersão no universo da variação linguística permite reflexões acerca do significado social de regras sociolinguísticas.

A variação da lateral palatal /ɺ/, já amplamente verificada em diferentes comunidades de fala do PB, continua sendo um fenômeno que impõe desafios ao pesquisador e à teoria linguística. Se (i) as variantes linguísticas desprestigiadas desse fenômeno sociolinguístico são portadoras de desconforto, sanção e preconceito social – maiormente as variantes [traba/j/ar, mo/j/o, ve/j/o] e [fi/Ø/o, fi/Ø/a, mi/Ø/o] – e (ii) são realidades empíricas da língua, cabe perguntar, por exemplo: qual é o status dessas formas linguísticas no atual contexto social de sociedades urbanizadas, industrializadas, situadas em contextos de mídias digitais e que admitem a plasticidade do cérebro?

Há muitas respostas para essa pergunta. Ao assumir os pressupostos da TVL, admitimos que a existência de variantes linguísticas não é um fato de uso puramente individual, mas, sobretudo, social. Assim, grupos de falantes fazem usos diversos da língua e compartilham entre si avaliações sociolinguísticas acerca dessa língua. Essa pressuposição desemboca, por exemplo, nas noções de comunidade de fala e de vernáculo de seus produtores (Labov, 1972 [2008]). Há um estilo linguístico em que há menos monitoração por parte dos falantes, e essa prática social da língua favorece o uso de variantes de baixo prestígio sociolinguístico dentro de um determinado agrupamento social.

Nossos resultados apontaram para a existência de um processo de variação estável na comunidade de fala investigada. Esse comportamento sociolinguístico

é condicionado por fatores de natureza estrutural e social simultaneamente. Esse postulado está previsto no quadro teórico-metodológico da TVL ao enfatizar o caráter social da linguagem humana.

Contudo, há vantagens e desvantagens em adotar o arcabouço da TVL para explicar a ocorrência de processos variáveis nas línguas naturais. Ademais, há outras abordagens linguísticas que também tratam da variação linguística, considerando outros escopos. Podemos refletir um pouco sobre esse ponto aqui, o que poderá despertar questões para desdobramentos no futuro.

Em relação às vantagens, passamos a enumerar algumas contribuições da TVL, que a cada dia ganha espaço de uma teoria da variação linguística, e não apenas o status de metodologia para descrever fenômenos variáveis. Como, infelizmente, não é possível discorrer sobre todas as prerrogativas nesse espaço, apontamos: (i) a possibilidade de captar o processo de variação no exato momento em que este ocorre, realizando uma espécie de “fotografia sociolinguística” da fala; e (ii) o efeito de frequência como forma de explicar esses processos sociolinguísticos. Portanto, assumimos que “[...] a mente trabalha estatisticamente” (Furtado da Cunha; Oliveira; Martelotta, 2015, p. 113).

Sabemos que a ideia de a variação linguística ser um fato intrínseco às línguas não foi mérito revelador da TVL, visto que outras abordagens linguísticas já haviam assinalado essa propriedade dos sistemas linguísticos – conforme apresentamos anteriormente. Todavia, apreender a variação linguística no momento de sua realização na fala de uma comunidade é, sem sombra de dúvidas, uma das contribuições que a TVL oferece aos estudos sociolinguísticos. Esse espaço discursivo fica muito evidente quando se afirma que não há protodialeto. Todas as formas linguísticas são portadoras de plenitude formal (Sapir, 1969) e exibem potencial semiótico (Faraco; Zilles, 2017) para dizer o que o falante pretende dizer ao enunciar.

No que diz respeito aos efeitos de frequência, a literatura da área é bastante produtiva e generosa. Gomes (2020), por exemplo, assinala que em fenômenos de mudanças sonoras – como também em outros, como em aquisição da linguagem –, os itens lexicais com maior frequência em detrimento dos que exibem menor ocorrência tendem a ser atingidos primeiro. Assim, “[...] as gramáticas codificam melhor o que os falantes fazem mais” (Furtado da Cunha; Oliveira; Martelotta, 2015, p. 113).

No entanto, também entendemos que, mesmo tendo atualmente um amplo alcance na agenda linguística nacional e internacional, a TVL apresenta algumas limitações. Portanto, após enumerarmos algumas vantagens, elencaremos alguns

entraves: (i) há dificuldade em trabalhar com a variável classe social; e (ii) parece não dar conta de fenômenos de polissemia (Martelotta, 2011; Bagno, 2020).

Figueroa (1994) já havia assinalado, por diversas razões, algumas dificuldades que a TVL apresenta em lidar com a variável classe social. Especificamente no contexto de pesquisa brasileiro, o emprego da variável classe social continua sendo um desafio posto, tanto que, nos envelopes de variação linguística, geralmente essa categoria não aparece como uma variável a ser controlada pelo pesquisador. Então, para sanar essa dificuldade, apoia-se em outros fatores sociais para medir o efeito de categorias sociais sobre os usos da língua, isto é, por meio da variável nível de escolaridade do falante. Assim, por consequência, deixam-se de ser captados plenamente alguns dos efeitos do significado social que emergiriam do uso de uma variante linguística feito por um grupo social específico.

A TVL tem investigado a correlação entre variantes linguísticas em competição sem se preocupar em como as variantes linguísticas surgiram, ou mesmo como ocorre o processo de polissemia. Então, essa preocupação tem sido realizada pela abordagem da mudança linguística na perspectiva construcional, ou na perspectiva de mudança linguística por gramaticalização, lexicalização, discursivização (Martelotta, 2011; Bybee, 2020). Por exemplo, segundo Martelotta (2011), realizações linguísticas como (i) ele vai para casa falar com Paulo, (ii) ele vai falar com Paulo e (iii) vai chover, em que a forma verbal *vai* desempenha uma nova função gramatical conforme as necessidades expressivas e comunicativas dos falantes e passa por processos de metaforização/metonimização e de polissemia, não são captadas plenamente pela TVL.

Bagno (2020) também, vai à mesma direção da discussão feita por Martelotta (2011). Para isso, cita o exemplo do uso e do surgimento de novas perífrases verbais, variação esta cuja origem a TVL não conseguiria explicar satisfatoriamente. Assim, as construções linguísticas (i) o rei tem conquistadas muitas terras e (ii) o rei tenha conquistado muitas terras, em que ocorreu a mudança de concordância de gênero e número, constituem formas que a TVL por si só não dá conta. Desse modo, essas alternâncias polissêmicas são desafios impostos à TVL.

Além disso, entendemos que está posto nos dias atuais um panorama de desafio para a TVL. Esse cenário passa necessariamente (i) pela reorganização metodológica de desenho de investigação sociolinguística que a TVL utiliza classicamente; e (ii) pela aferição do significado social da variação linguística.

Em relação aos novos formatos de pesquisa sociolinguística, reconhecemos que eles demandam uma articulação de métodos quantitativos com as técnicas qualitativas de investigação. Urge que as áreas de pesquisas linguísticas – e não só

nesse campo –assumam tendências inter, multi e transdisciplinares no processo de investigação linguística, visto que nossas sociedades já não são mais as mesmas e, portanto, requerem uma nova configuração social para que sejam pesquisados os usos sociais das línguas.

Em Freire (2016), tentamos realizar uma pesquisa nessa direção. Além do modelo clássico de quantificação usado no interior das pesquisas da TVL, conjugamos resultados de entrevistas sociolinguísticas com outros procedimentos de investigação. Das entrevistas sociolinguísticas foram descritas e analisadas qualitativa e especificamente o Módulo Linguagem, responsável por evidenciar aspectos da avaliação linguística, da metalinguagem, da gramática etc. Nos estudos, verificamos como os falantes que participaram da pesquisa avaliavam sua própria fala e a de outrem por meio do uso do Módulo Linguagem e, assim, empreendemos uma análise qualitativa desses dados e, posteriormente, na mesma comunidade, aplicamos um instrumento de avaliação, atitude e percepção linguísticas para captar parte dos efeitos dessas categorias sociais que o uso das variáveis clássicas da TVL não nos forneceria.

Procuramos em Freire (2016) estudar o fenômeno aqui já descrito, considerando duas dimensões: (i) a objetiva, ao se tomar o fato linguístico propriamente dito – /ʎ/ e suas variantes linguísticas –; e (ii) a subjetiva, ao considerar o falante – suas características socioculturais e correlatos subjetivos. Nessa interação de dimensões, chegamos a resultados bastante satisfatórios do processo de variação da lateral palatal /ʎ/ e dos aspectos de avaliação, atitude e percepção em torno desse segmento.

Nesse trabalho, com o auxílio de um instrumento de avaliação sociolinguística e por meio da proposição de uma Escala Gradacional de Aceitação (EGA), foi possível chegar a outras conclusões que apenas a perspectiva quantitativa da TVL não nos forneceria. Para exemplificar, nos parágrafos seguintes, retomamos o que apresentamos em Freire (2016).

Os resultados qualitativos obtidos permitem afirmar que as reações subjetivas coletadas indicam que o uso da lateral palatal /ʎ/ se dá independentemente do sexo do falante; é predominantemente uma forma linguística vinculada aos aspectos amigável, confiável e familiar de quem fala ou está associado a falantes que exercem profissão de prestígio social, como professores e engenheiros. Outrossim, concluímos que o falante desse segmento fonológico pode até ser do Nordeste, mas deve ser do Nordeste localizado em áreas urbanas. Posteriormente, ao compararmos os resultados da variante [ʎ] com as variantes [l, j, Ø], pudemos chegar a dois distintos padrões de variação sociodialetal.

Os correlatos subjetivos das variantes [l, j, Ø] indicaram também que essas formas linguísticas são associadas aos falantes paraibanos, independentemente do sexo. Todavia, o uso dessas variantes é relacionado diretamente ao falante paraibano de baixa escolaridade, além de serem específicas para estilo exclusivo em contextos comunicativos menos monitorados (informais). Além disso, verificamos que o uso de [l, j, Ø] é associado/caracterizado ao falar típico de falante “amigável, confiável e familiar”, porém foi substancialmente vinculado ao informante que exerce profissão de baixo status social, como garis, trabalhador braçal, camponês/rural. Dessa forma, essas variantes linguísticas podem até ser do Nordeste brasileiro – assim como foi reconhecida a forma [ʎ] –, mas são categoricamente avaliadas e reconhecidas como formas linguísticas de falantes de origem rural. O instrumento de avaliação, percepção e atitude demonstrou que [l, j, Ø] exibem altos índices de rejeição por parte dos juízes-avaliadores, o que demonstra que essas variantes se tratam de formas linguísticas desprestigiadas socialmente.

Trabalhos que tradicionalmente estão sob os postulados da TVL, de cunho laboviano, podem ser ampliados com pesquisas de estudos linguísticos voltados para as dimensões avaliativas, atitudinais e perceptuais. A partir dos correlatos subjetivos de fatos da língua, é possível chegar a padrões sociodialetais de uso. De acordo com nossos resultados, foi possível postular padrões sociolinguísticos diferentes demonstrados por meio das avaliações atribuídas a [ʎ] e a [l, j, Ø]. Assim, concluímos que os usos dessas variantes, respectivamente, podem ser agrupados em não marcado socialmente *versus* marcado socialmente.

Esse rearranjo teórico-metodológico ocasionou, de um lado, um melhor entendimento dos aspectos envolvidos nos processos de variação linguística; no outro, ajudou a compreender o significado social da variação linguística existente na comunidade de fala. Já sabemos que a variação linguística é uma realidade da língua e é justamente por isso que precisamos aprofundar os estudos sobre seu significado social.

Nosso trabalho também lança algumas luzes. A investigação sociolinguística permite desdobramentos para novas pesquisas, tanto de natureza metodológica quanto de natureza teórica, e os resultados podem alcançar novos significados se empregados novos suportes teóricos. Assim, os estudos de fonologia, na perspectiva dos modelos de exemplares (Gomes; Carnaval; Melo, 2020, por exemplo), constituem uma nova alternativa de pesquisa. Gomes, Carnaval e Melo (2020), que já haviam analisado a realização da consoante (r) em final de sílaba ou coda (r) no falar do Rio de Janeiro, a partir desse novo arcabouço teórico-metodológico empreenderam uma reconfiguração dessa regra variável por eles estudada, possibilitando uma

compreensão diferente acerca dessa variação linguística, sobretudo ao considerar o detalhe fonético envolvido na variação da consoante (r) em final de sílaba.

Em nossa pesquisa, tratamos a variação de [fi/ʎ/o ~ fi/Ø/o; fi/ʎ/a ~ fi/Ø/a; mi/ʎ/o ~ mi/Ø/o] como processos de apagamento. Contudo, a partir da análise acústica e considerando o detalhe fonético, tal como propõe a abordagem dos Modelos de Exemplos ou Modelos Baseados no Uso (Gomes, 2020), poderemos identificar se há ou não aumento de duração compensatória na sílaba de cada item, especificando os contextos de ausência da lateral palatal /ʎ/ nos dados pesquisados.

Outra hipótese de trabalho ainda envolvendo o segmento lateral palatal /ʎ/ surge dos trabalhos em tipologias linguísticas. Bossaglia (2019), por exemplo, aponta que a despalatalização de /ʎ/ é um traço fonológico compartilhado com outras variedades do português africano e/ou se remete à influência do substrato indígena. Assim, aqui há a necessidade de pesquisas documentais, diacrônicas etc. que mostrem evidências ou não desses postulados no PB.

Outras abordagens variacionistas podem contribuir para o entendimento de processos variáveis nas línguas. Os pressupostos da Sociolinguística Cognitiva (Ferrari, 2016) ou da Sociolinguística fundamentada na noção de redes sociais (Milroy, 1980) são alternativas produtivas de estudos nessa área.

É possível, ainda, aprofundar e delimitar detalhadamente os elementos tripartites (cognitivos, afetivos e comportamentais) das atitudes linguísticas (Garrett, 2010) ou aprofundar a tese proposta por Rodrigues (2010) de que a variação de [ʎ ~ j] é resultante da influência indígena sobre o PB.

Outro caminho longo e árduo que a TVL deverá percorrer diz respeito aos estudos envolvendo a linguagem inclusiva. Essa perspectiva volta-se também para o uso não sexista da linguagem (como apontam os estudos de Fischer (2020) e de Franco e Cervera (2006)). Como a língua se constitui como reflexo da sociedade, exhibe, por meio das estruturas linguísticas, os processos de socialização que emanam dela.

Sabemos que existem muitos caminhos a percorrer e, por isso, não concluímos aqui nossos estudos.

5. REFERÊNCIAS

AMARAL, A. *O dialeto caipira*. São Paulo: Parábola, 2020.

ARAGÃO, M. S. S. Convergências fonéticas no falar da Paraíba e do Ceará. In: ISQUERDO, Aparecida Negri (org.). *Estudos Geolinguísticos e Dialectais Sobre*

o Português: Brasil/Portugal. Campo Grande: Editora da UFMS, 2008. p. 181-200, 2008.

BAGNO, M. Apresentação. In: BYBEE, Joan. *Mudança linguística*. Tradução, apresentação e notas de Marcos Bagno. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

BOSSAGLIA, G. *Linguística Comparada e Tipologia*. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

BRANDÃO, S. F. Um estudo variacionista sobre a lateral palatal. *Revista Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 89-99, set. 2007.

BYBEE, J. *Mudança linguística*. Tradução, apresentação e notas de Marcos Bagno. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

CAGLIARI, L. C. *Análise fonológica: introdução à teoria e à prática, com especial destaque para o modelo fonêmico*. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2002.

CARVALHO, D. G.; NASCIMENTO, M. *Gramática Histórica: colegial e vestibulares*. - 7 ed. São Paulo: Ática, 1971.

CASTRO, V. S. A. *A resistência de traços do dialeto caipira: um estudo com base em Atlas linguísticos regionais brasileiros*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

CEDERGRÉN, H.; SANKOFF, D. Variable Rules: performance as a statistical reflection of competence. *Language*, v. 50, n. 2, 1974.

CLEMENTS, G. N. Place of articulation in consonants and vowels: a Unified Theory. *Working Papers of the Cornell Phonetic Laboratory*, Montreal, v. 5, p. 77-123, 1991.

CLEMENTS, G. N.; HUME, E. V. The internal organization of speech sounds. In: GOLDSMITH, J. (org.). *The Handbook of Phonological Theory*. London: Blackwell, 1995.

FARACO, C. A. Estudo Pré-Saussurianos. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. v. 1. p. 27-52.

FARACO, C. A.; ZILLES, A. M. S. *Para conhecer norma linguística*. São Paulo: Parábola, 2017.

FERRARI, L. Sociolinguística Cognitiva. In: MOLLICA, M. C.; FERRZREZI JUNIOR, C. (org.). *Sociolinguística, Sociolinguísticas: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2016.

FIGUEROA, Ester. *Sociolinguistic metatheory*. Language & Communication Library, Vol 14. Oxford: Pergamon, 1994.

FISCHER, A. *Manual Prático de Linguagem Inclusiva: Uma rápida reflexão, 12 técnicas básicas e outras estratégicas semânticas*. São Paulo: Tecidas, 2020. p. 1-20.

FRANCO, P. V.; CERVERA, J. P. *Manual para o uso não sexista da linguagem: O que bem se diz... bem se entende*. Sete Lagoas (MG): UNIFEMM, 2006.

FREIRE, J. B. Variação da lateral palatal em falares do RN e da PB: Um estudo geo-sociolinguístico. In: ABRALIN EM CENA, IV edição, 2013, Cuiabá. *Anais (...)*. Cuiabá: UFMT, 2013. p. 1-12.

FREIRE, J. B. *Variação da Lateral Palatal na Comunidade de Jacaraú (Paraíba)*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

FREIRE, J. B. *Variação, estilo, atitude e percepção linguística: o caso das laterais /k/ e /l/ no falar paraibano*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. Rumos da linguística funcional. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (org.). *Linguística Funcional: teoria e prática*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. p. 111-116.

GARRETT, P. *Attitudes to Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

GOMES, C. A. (org.). *Fonologia na perspectiva dos modelos de exemplares: para além do dualismo natureza/cultura na ciência linguística*. São Paulo: Contexto, 2020.

GOMES, C. A.; CARANAVAL, M.; MELO, M. Variação da coda (r) em interior de palavra na comunidade de fala do Rio de Janeiro. In: GOMES, C. A. (org.). *Fonologia na perspectiva dos modelos de exemplares: para além do dualismo natureza/cultura na ciência linguística*. São Paulo: Contexto, 2020. p. 157-176.

HORA, D. (org.) *Estudos Sociolinguísticos: perfil de uma comunidade*. Santa Maria: Pallotti, 2004.

ILARI, R. *Linguística Românica*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2008.

LABOV, W. [1972]. *Padrões Sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno e Maria Marta Pereira Scherre, Carolina Rodrigues Cardoso. São Paulo, Parábola, 2008.

- LABOV, W. Building on empirical foundations. In: LEHAMANN, W. P.; MALKIEL, Y. (ed.). *Perspective on historical linguistics*. Amsterdã: John Benjamins, 1982. p. 17-92.
- LABOV, W. Some sociolinguistic principles. In: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G. R. (ed.). *Sociolinguistics: the essential readings*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 235-250.
- LABOV, W. The social motivation of sound change. *Word*, n. 19, p. 273-307, 1963.
- LABOV, W. *The social stratification of English in New York*. Washington, D.C.: Center for Applied Linguistics, 1966.
- MARTELOTTA, M. E. *Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso*. São Paulo: Cortez, 2011.
- MATZENAUER, C. L. B. O espaço fonológico da variação. In: GORSKI, E. M.; COELHO, I. L. (org.). *Sociolinguística e Ensino: Contribuições para formação do professor de língua*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.
- MEILLET, A. O estado atual dos estudos de linguística geral. In: MEILLET, A. *A evolução das formas gramaticais*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 1906. p. 37-52.
- MILROY, L. *Language and Social Networks*. Oxford: Blackwell, 1980.
- RODRIGUES, A. D. Tupi, tupinambá, línguas gerais e português do Brasil. In: NOLL, V.; DIETRICH, W. (org.). *O português e o tupi*. São Paulo: Contexto, 2010.
- SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.; SMITH, E. *Goldvarb X. Computer Program*. Department of Linguistics, University of Toronto, Canadá, 2005. Disponível em: http://individual.ca/tagliamonte/goldvarb/GV_index.htm. Acesso em: 14 ago. 2020.
- SAPIR, E. [1924]. O gramático e a língua. In: SAPIR, E. *Linguística como ciência – Ensaios*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969. p. 29-42.
- SILVA, R. V. M. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- TEYSSIER, P. [1980]. *História da Língua Portuguesa*. Tradução de Celso Cunha. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- WARDHAUGH, R. *An Introduction to Sociolinguistics*. 6. ed. Malden (MA): Blackwell Publishing, 2010.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. [1968]. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.

WETZELS, L. *The lexical representation of nasality in Brazilian Portuguese*. *Probus* 9, volume 2. Amsterdam. p. 203-232. 1996.

WILLIAMS, E. B. *Do latim ao português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*. Tradução de Antônio Houaiss. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.

GUINEENSES E CABO-VERDIANOS NO BRASIL: UM CASO DE ACOMODAÇÃO DIALETAL

Paloma Freire de Queiroz e Silva

Ohana Soara Andrade Santos

Este capítulo baseia-se em duas pesquisas de mestrado sobre contato linguístico entre falantes de língua portuguesa de Guiné-Bissau e Cabo Verde e falantes de português do Brasil. As pesquisas observaram as mudanças linguísticas que decorreram da situação de contato e investigaram quais fatores favorecem ou desfavorecem tais mudanças. Optamos por reunir os dados das duas investigações, em razão das semelhanças que elas apresentam. Além da semelhança dos grupos estudados, ambas utilizam a lateral pós-vocálica como marcador fonológico, o que permite a observação de processos de transferências linguísticas.

Os grupos de falantes observados, embora não idênticos, compartilham aspectos comuns: a pesquisa de Silva (2013) trabalhou com guineenses e caboverdianos em João Pessoa, na Paraíba, ao passo que a pesquisa de Santos (2020) se valeu de guineenses residentes em Redenção, no Ceará. As duas cidades situam-se na região nordeste do Brasil e compartilham semelhanças dialetais.

Os participantes das pesquisas eram estudantes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB). Quanto ao aporte teórico e metodológico, ambas se fundamentaram nos métodos de pesquisa propostos por Labov (2008) e nos estudos de contato linguísticos de Fernández (1998). Foram ainda utilizados conceitos da

Teoria da Acomodação, de Giles *et al.* (1991); de atitudes linguísticas, de Fasold (1984); além dos estudos de Tabouret-Keller (1997) sobre a relação entre língua e identidade e dos estudos de Aníbal Quijano (1992) sobre colonialidade e poder.

Guiné-Bissau tem uma realidade linguística complexa, pois, em uma pequena extensão territorial, coexistem inúmeras variedades de línguas. Seu idioma oficial é a língua portuguesa, embora seja falado por apenas 13% da população (Couto; Embaló, 2010). Por ser o idioma oficial, é utilizado em contextos formais (como escolas, instituições oficiais, jornais), políticos etc. Em situações informais do cotidiano, no entanto, a língua predominante é o crioulo guineense, que se expandiu com a luta pela independência e pela formação da nação.

Além do português e do crioulo guineense, há pelo menos 32 línguas autóctones, que sobreviveram aos violentos processos de colonização (Embaló, 2020). Para se ter uma ideia da diversidade linguística encontrada em Guiné-Bissau, Intumbo (2008) revela que a cada 40 ou 50 km de estrada se encontra uma realidade étnico-linguística diferente. Nesse contexto, o crioulo guineense se consolida como possível língua de unidade nacional, permitindo a comunicação entre os diferentes grupos étnicos.

Cabo Verde, assim como Guiné-Bissau, foi colonizado pelos portugueses, e o idioma oficial é também a língua portuguesa. Embora não goze do status de língua oficial, o crioulo caboverdiano é a língua materna da maior parte da população, representando o papel de língua de identidade nacional. É falado e compreendido por quase a totalidade da população e utilizado na maioria das situações cotidianas. Nesse sentido, Dias (2002) afirma que o crioulo é a língua da oralidade, das famílias e das tradições africanas remanescentes no país, ao passo que a língua portuguesa é utilizada em contextos específicos bem delimitados, como ensino, literatura escrita, em instituições oficiais e na programação da televisão e do rádio. O crioulo caboverdiano e o crioulo guineense compõem o grupo conhecido como crioulos da Alta Guiné, agrupados em razão de terem se originado das mesmas línguas africanas e do português europeu.

A língua crioula⁷ é característica de processos de colonização, pois surge do contato entre as línguas do povo colonizador e do povo colonizado. Quando há a coexistência de duas línguas em uma mesma comunidade, a situação é chamada

⁷ A primeira forma da língua crioula chama-se *pidgin*. Trata-se de uma língua gramática e fonologicamente simplificada que possui o léxico da língua do povo dominante e a gramática e a fonologia da língua do povo dominado. Quando essa língua se estabiliza e nasce uma geração que a tem como língua materna, passa a ser chamada de *crioulo*.

de diglossia⁸. Tanto em Guiné-Bissau quanto em Cabo Verde, o português é a variedade de prestígio e o crioulo, a variedade regional. Cabe lembrar que tal situação decorre de relações de dominação e poder, resultantes de violentos processos de colonização.

Os guineenses e caboverdianos que foram entrevistados nas pesquisas são bilíngues, pois dominam a língua portuguesa e o crioulo, sendo a variedade do português que falam semelhante ao português europeu. Entre as várias diferenças observáveis entre o português europeu (PE) e o português brasileiro (PB), sejam elas fonológicas, lexicais ou sintáticas, a lateral pós-vocálica destaca-se como uma das mais marcantes, ocorrendo em palavras como “sal”, “almoço” e “Brasil”. No PB, é produzida quase que absolutamente de maneira vocalizada, realizada como a semivogal [w], de modo que palavras como “mau” e “mal” são pronunciadas da mesma forma. Já no PE, a produção da lateral em contexto de coda silábica é velarizada [ɫ].

Esse traço distintivo entre as duas variedades da língua é fecundo para pesquisas de contato linguístico, pois, além de ocorrer com alta frequência em qualquer discurso, é fácil de ser observado e registrado. Assim, escolhemos essa a marcação linguística de diferença para observar como se dão as alterações na língua dos falantes guineenses e caboverdianos quando migram para o Brasil.

1. DIALETOS EM CONTATO E ATITUDES LINGUÍSTICAS

Para a concretização das pesquisas, utilizamos o método laboviano de investigação. A sociolinguística quantitativa, inaugurada por Labov, em 1972, busca compreender o que há por trás das variações linguísticas, ou seja, quais causas, sejam elas internas à estrutura da língua ou externas (sociais), desencadeiam as transformações que observamos acontecer nas línguas vivas. Labov argumenta que essas variações não são meras obras do acaso e que é possível sistematizar os fatores que as causam. Não é fácil, no entanto, concretizar essa sistematização dentro de parâmetros científicos. Além da sociolinguística quantitativa, ele propõe um instrumento de coleta de dados padronizado e uma metodologia de pesquisa para analisar a variação.

O instrumento de coleta de dados típico da Sociolinguística Quantitativa é a entrevista sociolinguística, em que o pesquisador procura estimular no entrevistado

⁸ Segundo Fernández (1998), há uma variedade superposta “high”/“alta”, chamada H, e uma variedade regional “low”/“baixa”, conhecida por L. Em regra, H desfruta de maior prestígio e é utilizada em contextos mais formais, ao passo que L é a variedade dotada de menor prestígio, sendo utilizada coloquialmente, nas mais diversas situações do cotidiano e na cultura em geral.

narrativas de experiências pessoais, pois, ao descrevê-las, o entrevistado tende a apresentar uma carga emocional que o deixa menos monitorado em relação à fala. Os tópicos podem ser os mais variados, como sonhos, futuro, namoro, infância, medo, família, trabalho etc., e deverão ser adaptados à realidade da comunidade estudada. Labov acreditava que, dessa forma, o entrevistado seria envolvido por emoções vividas em sua própria trajetória e deixaria de se atentar para a forma como está falando.

Após a coleta de dados, Labov propõe que se verifiquem possíveis correlações entre as variantes linguísticas identificadas e as categorias sociais estratificadas, como idade, gênero, região, escolaridade etc. Dessa maneira, é possível observar os fatores que favorecem ou desfavorecem cada variante, conferindo sistematicidade ao aparente caos linguístico que constitui a variação.

Assim como Labov, Trudgil (1986), em seu livro intitulado *Dialects in Contact*, procurou estudar mudanças linguísticas que ocorrem na fala. Seu foco, no entanto, foram as mudanças que ocorrem em decorrência do contato de dialetos. O autor analisou diversas situações de contato dialetal descritas na literatura e propôs generalizações a partir delas. Ele estava interessado em saber como e por que variedades linguísticas podem se influenciar mutuamente.

Assim, essa linha de investigação busca prever, com razoável precisão, o que irá acontecer quando um dialeto falado por um povo com determinadas características demográficas, culturais e linguísticas entrar em contato com outro que apresenta características diferentes. Sabe-se que, por se tratar de variáveis humanas, uma previsão exata é impossível de ser alcançada, uma vez que o comportamento humano envolve sempre a dimensão da liberdade. No entanto, isso não significa que a busca por regularidades e sistematizações do conhecimento não possa ser tentada, mesmo sendo sempre aproximativas.

Segundo o autor, em situações de contato, itens de uma variedade são transferidos para outra língua ou dialeto, sem necessariamente haver um propósito comunicativo, ocorrendo o que ele chama de interferência. Não se sabe ao certo as razões dessa interferência, porém podemos encontrar na teoria da acomodação de Giles *et al.* (1991) algumas explicações. Essa teoria destaca a importância do interlocutor no processo de variação ao dizer que o falante faz ajustes linguísticos quando interage com um interlocutor de um dialeto diferente. Nesse sentido, ela chama a atenção para a relação com o interlocutor e para a relação entre as próprias variedades linguísticas, como relações de prestígio e estigma, questões de identificação cultural, atitudes linguísticas etc.

Em uma situação de contato dialetal, há duas direções básicas que um falante pode seguir ao ajustar sua fala: convergência ou divergência. Esses ajustes podem ser provocados por motivações de natureza diversa, como desejo de aprovação ou interesse em marcar diferenças culturais. A convergência é definida por Giles *et al.* (1991) como sendo uma estratégia em que indivíduos se adaptam ao comportamento comunicativo de outros, em termos de características não verbais, prosódicas e linguísticas, incluindo velocidade de fala, fenômeno da pausa e comprimento da frase oral, variantes fonológicas, sorriso, olhar etc. O falante aproxima sua expressão oral na direção do interlocutor, a fim de receber sua aprovação.

A divergência, por sua vez, é o termo utilizado para se referir à forma pela qual os falantes acentuam as diferenças verbais e não verbais da sua forma de falar em relação aos interlocutores. Os falantes reforçam traços de seus dialetos de origem, marcando com mais força as diferenças linguísticas com os interlocutores. Há ainda os casos de não convergência, em que o falante não muda sua forma de falar na presença de outros, mantendo sua identidade linguística sem reforçar seus traços mais característicos.

Os processos de convergência e divergência são complexos, pois tanto podem se dar na direção da variedade que goza de mais prestígio ou da variedade estigmatizada, menos valorizada socialmente, não padrão. Em um processo de convergência, o falante não irá necessariamente convergir em todas as variáveis e níveis de que dispõe. Além disso, um mesmo falante pode convergir em alguns aspectos da língua e divergir em outros.

Uma importante motivação para o processo de convergência é o desejo de integração social ou identificação com outros indivíduos, o que reflete, de um modo geral, desejo de aprovação, geralmente associado à descoberta de semelhanças entre indivíduos. No caso da divergência, a motivação também pode ser uma busca por identificação, porém, nesse caso, com um grupo de referência externo à situação interacional, a fim de demonstrar uma identidade social positiva associada àquele grupo.

Giles *et al.* (1991) afirmam ainda que a variável “poder” tem se mostrado como uma das mais relevantes influenciadoras desse processo. Por exemplo, existe uma tendência maior de convergência para colegas de trabalho que ocupam posições superiores do que inferiores; vendedores acomodam mais na direção dos clientes do que o contrário; migrantes tendem a acomodar mais na direção de etnias historicamente favorecidas; entre outras situações semelhantes que são marcadas por hierarquias. A partir desses estudos, percebeu-se que não apenas

o desejo de aprovação e a integração social motivam a acomodação dialetal, mas finalidades instrumentais também podem ser fortes catalisadoras da acomodação.

A língua, para além da dimensão comunicativa, reflete questões identitárias, visto que, por meio dela, podemos demarcar identidades com as quais desejamos nos associar ou da quais queremos nos distanciar. É por meio dela também que reconhecemos o outro como diferente e identificamos o semelhante. A relação entre língua e identidade é tão forte que a pronúncia de um mero fonema pode ser suficiente para identificar alguém como membro de um determinado grupo social (Tabouret-Keller, 1997).

A identidade de um indivíduo é um processo de construção contínuo e interminável ao longo da vida, redefinindo-se de acordo com relações sociais (que podem ser históricas, institucionais, econômicas), com a diversidade de interações sociais, de encontros e desejos subjetivos. Identificação é o processo psicológico pelo qual as várias identidades se constroem e se reconstróem continuamente. Cada pessoa explora diferentes camadas de identidades, algumas das quais são fluidas e propensas a mudanças e substituições, enquanto outras se conservam mais permanentes ao longo da vida. Nós somos identificados e nos identificamos de acordo com diferentes grupos dos quais fazemos parte, sejam de cunho institucional, profissional, de amizades etc. Até mesmo a apropriação de nossa casa, escritório, carro e vestuário se incorpora a nossas identidades.

Tabouret-Keller (1997) diz ainda que por meio da língua é possível articular as identidades individuais e sociais. A língua oficial de um país pode simbolizar a nação e afirmar-se como um dos elementos centrais de identificação de um povo, fortalecendo a unidade nacional. Os modernos estados-nações, que hoje ocupam a maior parte do território mundial, intervêm na idealizada união da língua e da identidade por meio de várias maneiras: pela definição de uma língua oficial; pelo controle da língua utilizada no ensino formal, na lei, na justiça etc. Essa unidade linguística idealizada não corresponde inteiramente à realidade cultural, havendo em muitos casos grupos populacionais bilíngues ou que falam uma língua diferente da considerada oficial de seus países. O uso de línguas não oficiais pode expressar escolhas políticas, identidades familiares e outros aspectos. Em algumas situações de contato dialetal, pode levar a sentimentos de inferioridade, discriminação ou exclusão em relação ao grupo dominante, mas também, no sentido contrário, a sentimentos de familiaridade, reconhecimento e cumplicidade entre aqueles que compartilham a língua.

Com relação à dimensão individual do falante, os atos de fala refletem as projeções sociais com as quais o indivíduo deseja se identificar ou se distinguir.

Atos de fala são atos de projeção, por meio dos quais um falante projeta seu universo interno e, implicitamente, convida os outros para compartilharem esse universo também, na medida em que eles reconhecem essa língua como uma simbolização acurada do mundo. Enfatizando a dimensão cultural, Tabouret-Keller (1997) diz que só é possível essa interação (identificação/distinção) entre A e B (indivíduos) quando uma cultura C é compartilhada por eles.

As identidades nacionais estão sempre se reconfigurando, com as constantes mudanças nas relações internas e internacionais. Em um cenário de globalização, as fronteiras se redefinem e as identidades nacionais se refazem; novos conflitos emergem e questões relativas a situações coloniais e decoloniais interferem nos desenhos identitários e nas relações de poder que se colocam. Elas interferem nos encontros entre falantes de distintas nacionalidades e são relevantes para entender variações linguísticas em situações de encontro.

Nesse contexto, a análise das atitudes linguísticas pode fornecer pistas para compreender como se dão os processos de acomodação. Atitudes linguísticas podem ser definidas como sendo as impressões valorativas que um indivíduo tem a respeito de determinada língua; por exemplo, se ele a julga bonita, feia, rica, pobre, doce, desagradável etc. Alguns estudos sobre atitudes estendem esse conceito para as impressões que um indivíduo tem acerca dos falantes de determinada língua.

Segundo Fasold (1984), os métodos para investigar atitudes linguísticas podem ser diretos ou indiretos. É direto quando o entrevistado é questionado explicitamente sobre o que pensa a respeito da língua investigada; e é indireto quando essa apreciação sobre a língua é obtida sem que o falante saiba que é este o objetivo da questão. Nas pesquisas que aqui se apresentam, utilizamos o método indireto, valendo-nos da própria entrevista sociolinguística para apreender as atitudes dos entrevistados, mas sem mencionar explicitamente o objetivo da pesquisa para eles.

Com o fim de observar o grau de acomodação dialetal entre os entrevistados, monitoramos as ocorrências da lateral pós-vocálica em suas falas, identificando se eram produzidas de forma velarizada, vocalizada ou apagada. Os resultados da pesquisa de Silva (2013) apontam que, entre todos os entrevistados, 64% das ocorrências de lateral pós-vocálica foram realizadas de maneira velarizada, 29%, vocalizadas (como no PB), e, em 7% dos casos, houve apagamento do fonema. Já na pesquisa de Santos (2020), houve 90% de manutenção do traço de origem característico, contra apenas 10% de vocalização ou apagamento. A principal diferença entre os grupos analisados é que a pesquisa de Santos (2020) trabalhou apenas com guineenses, ao passo que a pesquisa de Silva (2013) trabalhou com guineenses e caboverdianos.

Entre as variáveis analisadas na pesquisa de Silva (2013), o país de origem se revelou a mais relevante no processo de acomodação. Os caboverdianos acomodaram um peso relativo de 0,84 contra apenas 0,21 entre os guineenses, o que explica as diferenças percentuais entre os resultados gerais das duas pesquisas. A partir desses números, buscamos entender quais fatores poderiam ajudar a explicar por que os guineenses são mais inclinados a manter a lateral velarizada, enquanto os caboverdianos são mais sensíveis a adotar a vocalização, traço característico da variedade brasileira. Para tanto, consideramos os seguintes elementos: 1) as histórias dos dois países, sobretudo seus processos de colonização e de construção de identidade nacional; e 2) as apreciações que os entrevistados fizeram a respeito dos países e suas respectivas variedades linguísticas, isto é, as atitudes linguísticas.

2. PAÍS DE ORIGEM E IDENTIDADE NACIONAL

A formação nacional de Cabo Verde e Guiné Bissau se deu de modos muito diferentes. Cabo Verde é um conjunto de ilhas vulcânicas, localizadas na África Ocidental, de clima árido e solo pobre em matéria orgânica. Embora não fosse rico em recursos naturais, possuía localização geográfica privilegiada para a época, pois se situa entre os três principais continentes que participavam do comércio de pessoas escravizadas: América, África e Europa.

Acredita-se que Cabo Verde não era habitado antes da chegada dos portugueses no século XV. Então, para estabelecer um ponto estratégico de comércio de pessoas, a Coroa Portuguesa estimulou a migração de portugueses para o arquipélago, por meio de doação de terras e títulos. Cabo Verde se torna, então, centro de administração colonial no Continente Africano. Além dos portugueses, africanos de diversas etnias foram levados para trabalhar no país, sobretudo no comércio de pessoas. Isto é, havia aqueles levados para trabalhar e se estabelecer na ilha, e aqueles levados em trânsito, com destino à América ou à Europa.

Assim, houve um processo de miscigenação entre os portugueses e os africanos estabelecidos em Cabo Verde que marcou fortemente o processo de construção da identidade nacional do país, pois eles passaram a se enxergar como um povo mestiço e, por essa razão, por estarem mais próximos do grupo dominante, sentiam-se em situação de superioridade quando comparados com outros habitantes da África Continental (Mourão, 2006). Além disso, os caboverdianos passaram a assumir funções administrativas da colônia, não apenas em Cabo Verde, mas também na região continental, tornando-se substitutos dos colonizadores portugueses no continente africano, o que fortalecia tal sentimento. Alguns autores afirmam que os caboverdianos construíram uma identidade mais aproximada dos portugueses

e mais distante dos africanos continentais (Mourão, 2006). Porém, essa orientação se transforma em outros momentos, como foi o caso da luta pela independência nacional, em que caboverdianos e guineenses formaram um único partido político, sob a liderança de Amílcar Cabral, e enfrentaram conjuntamente a dominação portuguesa, fortalecendo o compartilhamento de uma identidade africana comum.

Por outro lado, o território hoje conhecido como Guiné-Bissau era habitado por diversas etnias quando houve a invasão portuguesa, em 1456. Não houve uma política de ocupação do território por parte dos portugueses, sendo a região utilizada principalmente para capturar pessoas e escravizá-las. A presença dos colonizadores foi mais forte na região litorânea, com o estabelecimento de pontos de comércio, restando um pouco mais preservados os povos que habitavam o interior do território guineense, o que contribuiu para a sobrevivência de suas culturas e línguas. Há cerca de 32 línguas autóctones no país ainda hoje, segundo Embaló (2020).

A sobrevivência das línguas originárias, sobretudo em contextos politicamente desfavoráveis, pode indicar um processo de afirmação cultural desses povos, que pode ser relacionado a processos de identificação social enquanto comunidades de fala. Vale ainda destacar que Guiné-Bissau foi o primeiro país lusófono do continente africano a conquistar a independência nacional, após 11 anos de luta armada.

3. ATITUDES LINGUÍSTICAS

Os aspectos históricos por si só são insuficientes para compreender as motivações que envolvem o processo de acomodação dialetal, o qual abrange ainda questões políticas, situacionais, subjetivas, entre outras. As apreciações que cada falante faz a respeito de sua língua originária e de migração podem trazer mais elementos para nos aproximarmos da questão e melhor compreendê-la. Por essa razão, acrescentamos nas entrevistas um módulo chamado “língua”, em que os sujeitos eram questionados especificamente sobre o que pensavam acerca das variedades com que tinham contato, sem saber que era este um dos objetivos da pesquisa. As respostas às perguntas que solicitavam comparações entre as variedades foram especialmente ricas para a pesquisa, pois nelas eles deixavam explícitas suas valorações diferenciais e os critérios a partir dos quais elaboravam hierarquias.

Nesse caso, percebemos que guineenses e caboverdianos ressaltaram aspectos diferentes relacionados à língua portuguesa. Os caboverdianos destacaram a preocupação que sentem com falar e escrever de acordo com a norma padrão; para eles, o português “padrão” é o português de Portugal, também identificado

como “o português correto”, e do qual não pretendiam se distanciar. Por sua vez, os guineenses destacaram aspectos relacionados à colonização e à dominação linguística, demonstrando estarem atentos para as relações de poder que perpassam as transferências linguísticas. Destacamos trechos de algumas entrevistas que consideramos que podem ajudar na compreensão do fenômeno. Para fins de apresentação neste capítulo, foram selecionadas as falas que apresentaram discursos mais pertinentes quanto às questões de identidade nacional.

A fala de Miguel⁹, reproduzida a seguir, revela ter havido uma postura de resistência linguística por parte dos guineenses mais velhos, sobretudo do interior do país, ao aprendizado de língua portuguesa, pois, para eles, falar português seria um meio de “se tornar escravo e dependente dos brancos”. O entrevistado é guineense, estava há oito anos no Brasil e acomodou a um percentual de 40%.

– As pessoas mais velhas lá falam português? Como é?

– Não, na verdade, as pessoas mais velhas, tem alguns grupos que falam português, tem outros que não falam português, devido ao problema de colonização e coisas do tipo, que a imagem que Portugal mostrava pra sociedade guineense que não era muito bom. Muitas pessoas, por exemplo, nos interiores eles não importavam falar português. **Porque na altura eles achavam que se você falava português, você tornava, por exemplo, escravo, assim, tornava dependente dos brancos**, porque ele ia ter que ir comunicar com os outros povos nativos. Então, eles não importavam falar português. **É seguinte: maioria das pessoas não fala português, tem algumas pessoas que tavam em Guiné, em Bissau, capital, juntamente convivendo com os portugueses, eles falam português, mas os outros de interior, assim, não importava do português, era só crioulo e dialeto.**

(Miguel, guineense)

Por outro lado, mas confirmando o relato anterior, Afonso, também guineense, disse que o avô, ao ser contratado pelos portugueses para trabalhar na fundação do Palácio da República, recebeu um nome português e teve que deixar de usar seu nome tradicional. O nome português passou a ser o nome da família, sendo também utilizado por seus descendentes.

– Seus avós falam português ou só crioulo?

– Não. O meu avô fala, fala, falam, mas só que não escrevem, né? Nesse caso, são analfabetos, mas falam a língua portuguesa por causa da época colonial. **Inclusive, o Palácio da República, o meu avô falou que trabalhou lá, fez a fundação do Palácio da República, trabalhou lá, e aí.. foi aí que recebeu esse nome de Ribeiro Mendes¹⁰, né?** Porque já era para trabalhar, né? Você chega, quando chega para trabalhar, arranja trabalho, emprego com {inint} português, qualquer {inint} português

⁹ Todos os nomes próprios são fictícios para preservar a identidade dos entrevistados.

¹⁰ O nome foi alterado para preservar a identidade do entrevistado.

da época, chega e **você já vem com nome tradicional, aí chega, aí nome tal, fulano, eles olham, tal fulano, né? Agora você vai ser chamado por assim. Agora o seu nome é esse. O outro não existe aqui. Aí você sai com seu nome.**

(Afonso, guineense)

O nome próprio se inscreve em uma lógica familiar, étnica e cultural e, nesse sentido, incorpora-se à identidade da pessoa, sendo parte de seu capital simbólico. Esse novo nome, imposto por pessoa que ocupa posição de poder e é estranha a sua família e comunidade, sugere simbolicamente a morte de um sujeito e o nascimento de outro. Morre alguém inserido em uma comunidade tradicional, com história própria, e nasce um indivíduo desenraizado, anônimo e isolado, um trabalhador português, desprovido de direitos, inclusive ao uso do próprio nome.

Os dois casos relatados sobre o uso da língua portuguesa no período colonial em Guiné-Bissau demonstram a violência praticada pelo português colonizador. Cabe lembrar que os relatos são de memória relativamente recente, cerca de duas gerações para trás, e ainda estão vivas nas falas dos entrevistados. Os relatos nos revelam que a língua pode ser instrumento de dominação e, no sentido oposto, de resistência. Nota-se, assim, que a violência mediada pelo uso da língua portuguesa era percebida pelos colonizados, que, em alguns casos, manifestavam rejeição ao aprendizado do português.

É possível que essa atitude de resistência transmitida pelos antepassados se manifeste ainda hoje em uma certa recusa ao processo de acomodação no contato com outras línguas e culturas, sendo uma forma de afirmação de identidade e cultura próprias. Essa estreita relação entre língua e identidade foi tematizada por um entrevistado guineense, que, sem ter sido questionado especificamente sobre o assunto, comentou:

– E o que que você acha do falar, da forma que o paraibano fala?

– Bem, eu acho que.. o que eu costumo dizer, como costumo dizer com meus outros conterrâneos que são angolanos, porque eles falam português totalmente diferente da gente. Então, **pra mim aquilo se transforma na identidade que eles criaram, basta ouvir uma pessoa, um angolano falar, você já percebe, nós que já o conhecemos, a gente já certifica que esse aqui é angolano, jeito de falar... mas os paraibanos também, quando eles falam, eles têm a identidade deles, quando eles falam, você percebe que esse aqui é paraibano, cria identidade, sofre várias influências, é... cultura daqui mesmo da Paraíba, então essa língua sofre essa influência, né? E convivência também, então pra mim é português normal e penso que é identidade própria e você identifica esse povo.. pra mim é tranquilo.**

(Miguel, guineense)

É interessante observar que ele utilizou a expressão “português normal” para falar da variedade paraibana, sem colocá-la em posição inferior à variedade de

Portugal, por exemplo. Destacamos esse trecho, pois, mais adiante, veremos que os entrevistados caboverdianos fizeram essa hierarquização. O mesmo entrevistado, quando questionado se falava outra língua além do português, após enumerar algumas línguas estrangeiras que já havia estudado, enfatizou que adora falar crioulo, o que demonstra uma atitude de valorização e uma relação de afeto com sua língua originária:

– Você fala alguma outra língua além do português?

– Ah, eu... sabe como é, né? Com internet, tecnologia, YouTube, você pode falar todas as línguas, sabe como é? Eu tento me esforçar falando inglês, ‘do you speak English?... but’, eu de vez em quando tento falar francês: ‘ne parle pas français très bien?’ e.. e eu.. português eu não falo bem, mas eu me esforço pra falar, como você tá escutando. **E crioulo que eu adoro falar, eu amo falar crioulo, {fala em crioulo}, o que eu acabei de dizer: ‘é por isso que eu falei crioulo’.**

(Miguel, guineense)

Bagno (2012) diz que “a língua materna é precisamente a língua da mãe, a língua que cada pessoa começa a adquirir tão logo nasce e cria o vínculo afetivo-linguístico com a mãe”, ao passo que “a língua paterna é a língua da Lei, sempre associada à figura do pai, inclusive nos postulados da psicanálise freudiana.”(p. 100). Nesse sentido, a relação de afeto de Miguel com o crioulo também se revela quando descreve o uso linguístico no seu cotidiano familiar, em que diz que o crioulo era predominantemente utilizado pela mãe, figura geralmente associada a cuidado, carinho e acolhimento, enquanto o português era utilizado pelo pai quando brigava com os filhos, sendo, portanto, retratado como a língua utilizada para definir regras, impor formas de comportamento e impor a lei.

– Na sua casa então seus pais falam português?

De vez em quando. É, de vez em quando, meu pai fala mais português... de vez em quando fala português com a gente e fala crioulo também com a gente, **mas se ele comesse a brigar ele falava mais português. Brigava mais em português que em crioulo, então, ele falava mais português.** E a minha mãe, a minha mãe fala crioulo, de vez em quando fala português, fala crioulo, e acabou.

(Miguel, guineense)

Além dos aspectos relacionados à língua, cabe observar quais relações os entrevistados têm com seus países. Afonso, quando questionado sobre como se imaginava em 20 anos, disse que seu sonho era ser Presidente da República de Guiné-Bissau. Tal declaração demonstra que ele preserva um vínculo forte com seu país, desejando contribuir com seu desenvolvimento de maneira pessoal. Essa projeção futura que ele alimenta também pode influenciar sua abertura ou

fechamento para novas formas de falar. O entrevistado estava há um ano no Brasil e apresentou grau de acomodação de apenas 4%.

– Como você se imagina daqui a 20 anos?

– Talvez daqui a 20 anos... é o meu sonho, que eu sempre falo na brincadeira, noutras coisas, né? É... **daqui a 20 anos Presidente da República.** Daqui a 20 anos Presidente da República. Sempre eu falo isso, mesmo brincando, no colégio assim, eu falo assim.. tipo, nas apresentações, ah, isso e isso, e tudo, “ah, esqueci uma coisa: **futuro Presidente da República!**” mas, é o meu sonho, que eu falo na brincadeira, as pessoas ficam brincando, mas é meu sonho. Eu acho que sou muito ligado à política, eu gosto muito da política, acho que esse é o meu caminho.

(Afonso, guineense)

Quanto ao modo como eles enxergam o grau de acomodação entre pessoas de outros países, foi interessante observar que Martim demonstrou perceber que os caboverdianos são mais inclinados a acomodarem à variedade brasileira do que os guineenses, como indica o trecho a seguir. Na ocasião, ele foi questionado sobre se os amigos africanos haviam mudado a pronúncia da lateral pós-vocálica durante a residência no Brasil¹¹. O entrevistado é guineense, estava há 6 anos no Brasil e acomodou a um percentual de 5%.

– E você acha que outros amigos seus da África perderam esse ‘l’?

– Perderam, muitos perderam. **Normalmente, guineense perde menos, mas muitos já tão perdendo.**

– Quais perderam mais?

– (...) Países francófonos, por exemplo, eles falam porque aprenderam português aqui. É mais fácil pegar do que para nós que somos...

– Então todos que são lusófonos você acha que não pega?

– Todos não. **Porque tem, por exemplo, alguns caboverdianos pegam. E gostam de usar assim, muito mais abraileirado.**

(Martim, guineense)

Com relação aos entrevistados de Cabo Verde, foi possível observar que estes manifestam preocupação em falar o que consideram a língua padrão, que associam à variedade do português europeu. Eles utilizam expressões como “correto”, “padrão”, “conhecido no mundo todo” para caracterizá-la e expressam intenção de preservar essa variedade, em detrimento da brasileira. No entanto, observou-se que os caboverdianos acomodaram em graus mais elevados do que os guineenses, distanciando-se do que consideram o português padrão.

¹¹ Esta pergunta foi feita a todos os entrevistados ao final da entrevista, quando eram informados sobre o tema específico da pesquisa.

Cabo Verde é um país mais miscigenado e com mais influência portuguesa. No período colonial, funcionou como sede administrativa de Portugal na África, ocupando posição de poder frente aos grupos africanos continentais. Essa hierarquização que marcou a história do país parece se refletir ainda hoje nas apreciações que os entrevistados fazem sobre as variedades linguísticas analisadas, sugerindo uma interiorização das hierarquias do colonizador dominante. Diogo, quando compara as variedades de crioulo de Cabo Verde, escolhe os adjetivos “bonito” e “suave” para caracterizar o crioulo que sofreu mais influência do português europeu do que das línguas africanas.

– Posso fazer assim: por ilha. Eu acho que tem uma ilha que é a Ilha de São Vicente, que é a ilha do meu amigo que não tá aqui, que mora comigo, eu acho que ele, que **a ilha dele fala um crioulo mais assim, muito mais bonito, muito mais ligado ao português** e... e pra vocês mesmo que não sabem falar crioulo, vocês entendem esse crioulo muito mais rápido que, por exemplo, se fosse um crioulo da ilha dele ou da minha ilha. Então, é... **o crioulo da ilha dele vocês entendem muito mais rápido, é mais ligado ao português e é muito mais um crioulo mais suave, assim.** Tem palavras mais ligadas ao português mais simples assim, ou seja, **sofreu influências acredito europeias mais do que influências africanas, já nas outras ilhas como a minha, sofreu influências mais, em termos de língua, que foi influência mais africana de que europeia.**

(Diogo, caboverdiano)

Diogo afirma ainda que o português do Brasil não é o correto, porque não é o padrão. O padrão é o português de Portugal, sendo a variedade que ele prefere manter.

– Mas é assim, **não é que eu to, é..., rebaixando o português de vocês**, mas é assim: eu tento não usar esses {init}, porque eu sei que **o português de Portugal é um português padrão**, um português assim **conhecido no mundo todo**, diferente do português do Brasil, que é aqui no Brasil.

– Mas você acha que não é correto por quê?

– **Com certeza que não é correto. O português é o português aquele que é o padrão. Então, nós devemos seguir o padrão** porque...

(...)

– Como eu sou de Cabo Verde, **Cabo Verde é mais ligado a Portugal, o português de Cabo Verde é mais ligado ao português do Portugal**, então, eu pretendo voltar pra lá? Então, eu tento manter esse modo de falar para chegar lá não ter tanto problema assim.

(Diogo, caboverdiano)

Ao discorrer sobre o português falado pelos idosos, os entrevistados caboverdianos destacam que eles falam uma variedade de português mais correta do

que os jovens, pois, na época em que foram escolarizados, a gramática era mais valorizada nas escolas. Observamos que, de fato, entre os caboverdianos entrevistados, parece haver uma ideia bem construída de que existe uma variedade padrão, correta.

– **As pessoas, por exemplo, em Cabo Verde, por exemplo, antigamente, nas escolas, dava-se muita importância à língua portuguesa, entendeu? Então, quem estudou antigamente fala um português bem melhor de que jovens, entendeu? Aí você a importância que eles dão à língua, à gramática. É diferente de hoje.**

(José, caboverdiano)

- **As pessoas idosas falam português assim, mais padronizado, mais corretamente, e nós já não seguimos esse padrão. Às vezes nós falamos da maneira que nós dizemos aí {inint}. Mas eu sei que isso não é não é não é correto, né?** Mas no meu ponto de vista eu acho que isso tá acontecendo, principalmente comigo, com os meus amigos, assim. Acho que não seguimos o padrão assim, mas...

(Diogo, caboverdiano)

Entre os guineenses, não houve apreciação nesse sentido. Apenas Afonso utilizou o termo “pura” para falar da variedade de Portugal, mas não fez uma valoração expressa sobre se considerava isso como algo positivo ou negativo. É curioso destacar que a história familiar do entrevistado tem marcas da colonização linguística, a exemplo do caso de seu avô que recebeu um nome português ao começar a trabalhar na construção do Palácio da República. Acredita-se que uma investigação posterior, mais aprofundada, com o intuito de compreender melhor as histórias familiares de cada entrevistado e como eles interpretam o que viveram seus antepassados, poderia trazer mais elementos para a compreensão do fenômeno da acomodação linguística.

– É.. e você acha que fala português da mesma forma que você falava antes de vir pra cá?

– Acho que não. Agora não. Não.

– Que diferenças você nota?

–Eu acho... acabo utilizando... agora eu nem sei avaliar o meu português. Se eu tô falando um português de antes que eu falava, tipo **um português que eu falava d’antes, que é um pouco puro, né? Tipo, português mais ligado ao de Portugal,** e agora um português... eu não sei diferenciar agora. Sei não.

(Afonso, guineense)

Em alguns casos apontados anteriormente, é possível falar em interiorização dos valores do colonizador, fenômeno que pode ser compreendido com auxílio da expressão *colonização do imaginário*, desenvolvida por Anibal Quijano (1992), ao

analisar o processo de colonização e seus efeitos culturais após a independência política das ex-colônias. A *colonização do imaginário* é assim caracterizada:

uma sistemática repressão não apenas de crenças específicas, ideias, imagens, símbolos ou conhecimentos que não serviram para a dominação colonial global. A repressão recaiu sobre os modos de conhecer, de produzir conhecimento, de produzir perspectivas, imagens, sistemas de imagens, símbolos, modos de significação; sobre os recursos, padrões e instrumentos de expressão formalizada e objetivada, intelectual ou visual. Foi seguida pela imposição do uso dos próprios padrões de expressão dos dominantes, assim como de suas crenças e imagens referidas ao sobrenatural, as quais serviram não somente para impedir a produção cultural dos dominantes, mas também como meios muito eficazes de controle social e cultural, quando a repressão imediata deixou de ser constante e sistemática. (Quijano, p. 12, 1992)

A função da língua parece ser pensada de modo diferente para os dois grupos: um guineense mencionou que havia recusa ao aprendizado da língua portuguesa por parte de seus antepassados, enxergando-a como meio de resistência ao processo de dominação e exploração. Nesse sentido, a língua representa uma marca identitária forte, expressando um sentimento de pertencimento a uma comunidade, a sua comunidade de origem diante da violência do colonizador. Essa atitude pode ser vista como emblemática das atitudes dos guineenses, visto que os demais entrevistados do país também manifestaram algum sentimento semelhante. Já para os caboverdianos, a função de língua seria mais associada aos processos de educação formal, gramatical e à valorização da cultura de elite, sendo tais valores, com origens coloniais, incorporados aos caboverdianos como patrimônio próprio.

Entre os caboverdianos, observamos ainda um sentido mais instrumental no uso da língua, que pode estar atualmente associado a questões situacionais, em que se modula o estilo de fala em razão das circunstâncias. Nessa perspectiva, Valter, caboverdiano, descreve que há uma variedade mais adequada para cada contexto, dizendo que no Brasil prefere a variedade brasileira, porém, quando voltar para trabalhar em Cabo Verde, vai precisar da variedade europeia, demonstrando consciência da modulação de estilo.

– Tem alguma das duas que tu ache mais bonita, assim, a variedade de Portugal, de outro país, ou a nossa?

– É... **eu adoro a língua brasileira, mas do sul (risos)**. Não é que eu não goste da daqui, eu gosto, mas eu gosto mais assim do 'txi'. **Eu acho uma malandragem, assim, muito bonita. Eu adoro!** Mas, porém, por exemplo, **eu tento também não perder o português..** sendo também já tá perto, né? Já perdi um bom bocado, né? **O português mesmo que eu aprendi. Só <inint> quando eu voltar pro meu país pra trabalhar, eu vou precisar muito desse português bem... é, digamos assim, bem falado quer dizer, assim, bem pronunciado.** Aí eu acho que se perguntar assim: 'tu

prefere um ou outro? Qual?’ Aqui eu prefiro logo o... logicamente esse aqui, mas lá eu prefiro o outro.

(Valter, caboverdiano)

No trecho anterior, observamos ainda que, quando o entrevistado compara as variedades regionais do português brasileiro entre si, reproduz hierarquias próprias do processo de dominação e poder, associando as variedades do Sul-Sudeste a conceitos mais positivos quando comparados com o Nordeste. Outros entrevistados caboverdianos fizeram hierarquizações nesse sentido, como podemos observar nos trechos a seguir.

– E o que que você pensa do falar do paraibano?

– Olha, **eu acho que fala do paraibano é um pouco mais desligada aí do português de Portugal. Acredito que o falar das pessoas do Brasil lá do Sul é mais correto do que aqui.** Aqui... apesar de ainda lá ser mais interior ainda, muito mais diferente ainda, mas aqui no João Pessoa é... eu posso dizer assim que o português dele já é muito mais ainda ruim do que... não é que é ruim, né? Ok, não é ruim. Mas assim, **é mais assim num nível mais baixo ainda do que das pessoas da zona Sul. Eu acho que é um pouquinho mais baixo. Mas tá bom, tá bom, tá num nível certo.**

(Diogo, caboverdiano)

– E você nota diferença na maneira que o paraibano fala e que os brasileiros de outros estados falam?

– Sim, assim, no sotaque assim. Tipo, um carioca falando você vê que é carioca.

– E você acha alguma das duas mais bonita ou mais..?

– **Eu gosto da forma como o carioca fala, entendeu? E também a forma como o mineiro fala.**

– **E a que o paraibano fala?**

Aí não gosto não.

– Acha feio?

– Não, tipo, depende do paraibano, entendeu? Tipo, se for universitário já fala melhor. Agora se for paraibano que não estudou, não terminou assim, aí eu não gosto não.

Fala com muita gíria, eu não gosto de muita gíria não.

– E se for um carioca que não estudou? Você já teve a oportunidade de observar isso para saber se você acha bonito ou não?

– Eu também não acho bonito não.

(José, caboverdiano)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados da pesquisa de Santos (2020) indicam haver um processo pouco expressivo de transferência linguística por parte dos guineenses residentes no Brasil, mesmo quando expostos à língua de contato por períodos mais longos. De acordo com a autora, os guineenses com mais de dois anos no Brasil mantiveram o traço característico a um percentual de 86,4%. Tais dados confirmam os encontrados por Silva (2013), que observou que os guineenses são menos suscetíveis ao processo de acomodação, quando comparados aos caboverdianos. Vale destacar que, mesmo havendo um intervalo de sete anos entre as pesquisas, os resultados levam à mesma conclusão.

A pesquisa de Silva (2013) apontou que fatores extralinguísticos tiveram forte influência no processo de acomodação estudado. Estatisticamente, a nacionalidade se mostrou especialmente relevante para o fenômeno, sugerindo a necessidade de ampliar a pesquisa nessa direção. Assim, a parte qualitativa da pesquisa, antes pensada como complementar à parte quantitativa, tornou-se central para compreender o fenômeno da variação, uma vez que aspectos históricos, culturais e identitários são determinantes na relação que os falantes estabelecem com a língua. Por meio da análise das atitudes linguísticas, observamos que os grupos de entrevistados demonstraram ter perspectivas diferentes sobre os usos das línguas e as apreciações que faziam sobre elas.

Observamos, entre os caboverdianos, mais sinais de valorização da língua portuguesa europeia e da norma padrão, o que pode se relacionar com o estilo de colonização no país, mais longo e sistemático, associado ao desempenho de funções administrativas na ilha, bem como à miscigenação ocorrida entre os grupos dominantes e dominados, que pode ter tornado mais intenso o processo de colonização do imaginário, tal como descrito por Quijano (1992).

Por outro lado, em Guiné-Bissau, o processo de colonização não se generalizou, havendo regiões que permaneceram mais preservadas no interior do país, com a permanência de distintos grupos étnicos que mantiveram controle relativo de suas fronteiras identitárias. É possível que as motivações do grupo guineense resultem em atitudes mais afirmativas, fundadas em identidades étnicas mais preservadas, que promovem maior resistência a adaptações e acomodações em situações de contato.

Alguns entrevistados guineenses manifestaram ter consciência de que a língua pode ser um instrumento de dominação cultural. Observamos também certa disposição para um discurso mais afirmativo da língua crioula, sinalizado

por meio de uma postura identitária afirmativa, amparada em afetos e vínculos comunitários e resistente a longos e cruéis processos de dominação. Entre eles, ainda hoje, a questão da identidade nacional comum é controversa (Mourão, 2006). Como expressão dessa questão, em recente entrevista, o Secretário da Cultura da Guiné-Bissau afirmou que luta para que o crioulo guineense se torne a língua oficial, o que pode indicar que os valores afirmativos de uma cultura e língua próprias circulem entre os cidadãos guineenses, em oposição à língua oficial imposta pelo processo de colonização (Embaló, 2020).

Observamos ainda que, quanto aos usos da língua, os caboverdianos parecem enxergá-la de modo mais situacional, pois demonstraram saber manipular as variedades que falam de acordo com o contexto. Isto é, para os guineenses, a língua é principalmente um marcador de identidade, ao passo que para os caboverdianos pode ser pensada como um instrumento de adequação ao contexto. Esse mecanismo de adequação parece se sobrepor ao desejo de falar de acordo com a norma padrão.

Foi curioso observar que, embora os caboverdianos, em comparação com os guineenses, tenham atribuído mais adjetivos positivos ao português europeu, foram os que mais se distanciaram de tal variedade. Com isso, percebemos que múltiplas razões podem afetar o processo de acomodação, sendo necessária uma abordagem multidisciplinar para melhor compreendê-lo.

Pensamos que este estudo trouxe novas questões a serem exploradas, as quais poderão incorporar com mais veemência as dimensões históricas, sociais, políticas e psicológicas, privilegiando, sobretudo, a relação dos falantes com suas próprias memórias, aspectos que foram abordados preliminarmente neste trabalho. Podem ser aprofundadas questões como: quais usos os falantes fazem da língua em diferentes contextos; como comparam as diferentes variedades de português e de crioulo, bem como das línguas africanas; como percebem as histórias de seus países no contexto da colonização e no contexto da globalização. Alguns desses temas foram abordados por alguns entrevistados quando fizemos perguntas sobre as variedades que conheciam, o que nos permitiu fazer a análise que aqui apresentamos. Salientamos, contudo, que essas reflexões têm caráter exploratório e exigem pesquisas posteriores para maior aprofundamento.

5. REFERÊNCIAS

BAGNO, M. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

COUTO, H. H.; EMBALÓ, F. Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau – Um país da CPLP. *PAPIA – Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares*, n. 20, 2010.

DIAS, J. B. Língua e poder: transcrevendo a questão nacional. *Mana*, v. 8, n. 1, p. 7-27, 2002.

EMBALÓ, A. S. *Secretário da Cultura da Guiné-Bissau quer crioulo guineense como língua oficial*. ONU News, 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/02/1705191>. Acesso em: 21 mar. 2021.

FASOLD, R. W. Language Attitudes. In: FASOLD, R. (ed.). *The sociolinguistics of society*. Oxford: B. Blackwell, 1984. p. 147-179.

FERNÁNDEZ, F. M. *Principios de Sociolingüística y Sociología del lenguaje*. Barcelona: Ariel Lingüística, 1998.

GILES, H.; COUPLAND, N.; COUPLAND, J. Accommodation theory: communication, context, and consequence. In: GILES, H.; COUPLAND, N.; COUPLAND, J. *Contexts of accommodation – Developments in applied sociolinguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

INTUMBO, I. *Situação Sociolingüística da Guiné-Bissau*. 2008. Disponível em: http://didinho.org/Arquivo/SIT_LING_GB_Incanha.pdf. Acesso em: 21 mar. 2021.

LABOV, W. *Padrões sociolingüísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MOURÃO, D. E. *África “na pasajen” identidades e nacionalidades guineenses e cabo-verdianas*. 2006. 163f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

QUIJANO, A. *Colonialidade e Modernidade/Racionalidade*. 1992. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/36091067/Anibal-Quijano-Colonialidade-e-Modernidade-Racionalidade>. Acesso em: 21 mar. 2021.

SANTOS, O. S. A. *A lateral pós-vocálica em coda silábica: um panorama da velarização em contato dialetal*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

SILVA, P. F. Q. *A lateral pós-vocálica em contato dialetal: um estudo com africanos lusófonos em João Pessoa*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

TABOURET-KELLER, A. Language and Identity. In: COULMAS, F. *The handbook of Sociolinguistics*. Oxford: Blackwell, 1997. p. 315-326.

TRUDGILL, P. *Dialects in contact*. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

O PERFIL SOCIAL E IDENTITÁRIO DA COMUNIDADE DE FALA DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS (PB) SOB O VIÉS DA TEORIA DA ANÁLISE DAS REDES SOCIAIS

Daiane Aparecida Cavalcante

Willian Ferreira Furtado de Lacerda

1. INTRODUÇÃO

Pedro estava sentado fora, no pátio. Aproximou-se dele uma criada, dizendo: “Também tu estavas com Jesus, o Galileu!”. Ele, porém, negou diante de todos, dizendo: “Não sei o que dizes”. Saindo para o pórtico, outra viu-o e disse aos que ali estavam: “Ele estava com Jesus, o Nazareu. De novo ele negou, jurando que não conhecia o homem. Pouco depois, os que lá estavam disseram a Pedro: “De fato, tu também és um deles; pois *o teu dialeto te denuncia*” (Bíblia, 1959, p. 69-75, grifo nosso).

O fragmento do evangelho de Mateus narra o episódio bíblico em que Pedro negou Jesus por três vezes, jurando que não o conhecia. Pedro foi identificado como um nazareu, devido ao seu dialeto que de fato o denunciara, por pertencer a uma comunidade social e linguística constituída por normas compartilhadas, atitudes linguísticas em comum entre os membros que constituem a sua topologia social.

Os traços dialetais de um indivíduo demarcam a sua identidade, pois fazem parte do seu construto social, como também denotam o sentimento de pertença a

uma determinada comunidade. Para Wenger (1998), a construção de identidade consiste em negociar os significados de nossa experiência de pertença a diferentes grupos sociais.

Partindo do pressuposto de que o homem se constitui ontologicamente como sujeito a partir da *práxis* da sua integração social, Bourdieu (1977) frisa que socializar-se é realizar a aprendizagem de interiorização de normas, valores e crenças, como um sistema de disposições estruturantes duradouras, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e representações que regulam tacitamente a ação cotidiana (*ethos*) e as posturas corporais (*hexis*). Em outras palavras, socializar-se é adquirir o *habitus*, que, segundo o autor, é concebido como

um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...] (Bourdieu, 1983, p. 65).

Nessa conjectura, para o autor, o *habitus* está relacionado à classe ou à posição social ocupada pelo indivíduo no cerne da sociedade, sendo essa classe resultante do capital econômico, social e cultural desse indivíduo. O *habitus*, portanto, é construído no processo de socialização.

Durkheim (2016, p. 75-76) postula que o ato de socializar-se enovela dois processos distintos e indicotomizáveis: o processo de integração social e o processo de regulação social. O autor salienta que:

O primeiro refere-se ao modo no qual um grupo social atrai para si o indivíduo, apropriando-se dele de alguma maneira; este processo ocorre por meio das interações frequentes entre os membros do grupo, pela existência de paixões uniformes no grupo, e, finalmente, pela busca dos fins comuns. O segundo processo designa outro aspecto da socialização, pois não se trata apenas de integrar os indivíduos, mas é necessário também regular, harmonizar os comportamentos destes indivíduos. Este processo de regulação passa pela existência de uma hierarquização social, de paixões socialmente adaptadas por cada um, segundo o lugar ocupado nessa hierarquia, e, por fim, ele supõe que essa hierarquia seja considerada justa e legítima pelos indivíduos que fazem parte do grupo (Durkheim, 2016, p. 75-76).

Podemos inferir, então, que na concepção de Durkheim, a sociedade é concebida como o conjunto de regras e procedimentos padronizados, reconhecidos, aceitos e sancionados pela sociedade, cuja importância estratégica é a manutenção da organização do grupo e a satisfação das necessidades dos indivíduos que dele participam.

Neste capítulo, focalizaremos o conceito de comunidade de fala (doravante CF), que, conforme preconiza Labov (2008 [1972], p. 188), “não pode ser concebida como um grupo de falantes que usam todos as mesmas formas; ela é mais bem definida como um grupo que compartilha as mesmas normas a respeito da língua”. O autor afirma, ainda, que “os membros de uma comunidade de fala compartilham, sim, um conjunto comum de padrões normativos, mesmo quando encontramos variação altamente estratificada na fala real” (Labov, 2008 [1972], p. 225).

A noção de CF, demarcada anteriormente, é fundamental para o entendimento da Teoria da Análise das Redes Sociais, cujos estudos durante o século XX provaram ser de grande valia para a análise de sociedades que estavam atravessando céleres mudanças, decorrentes de imigração, conflitos étnicos, industrialização, incremento da escolaridade etc. Tais estudos foram extremamente úteis em sociedades muito heterogêneas, nas quais a estratificação por classe social e renda não era simples de ser verificada. Também contribuíram eficazmente para a definição de CF, conceito que, com o progresso da Etnografia, da Sociolinguística e de outras correntes do estudo da linguagem humana, passou a ser problematizado e avaliado em sua heterogeneidade.

Alguns sociolinguistas utilizaram e utilizam em suas pesquisas o paradigma das redes sociais, como as pesquisas de Gumperz (1976), Gal (1979) e Milroy (1980), que se interessaram pela pressão normativa que os indivíduos exercem uns sobre os outros quando mantêm estreito relacionamento no âmbito de um grupo social. Essas redes vão sendo tecidas, ou vão entrecruzando-se, de forma uniplex ou multiplex, conceitos caros à Teoria da Análise das Redes Sociais (doravante TARS), que se baliza em autores como Moreno (1934), Williamson (1975), Aldrich (1979), Wassermann e Faust (1994), Freemann (1996), Scott (2000), Lin (2001), entre outros.

Feitos esses esclarecimentos teóricos iniciais, apresentamos a seguir a estrutura deste capítulo: primeiramente, introduziremos uma seção sobre questões identitárias e dialetais, abordando conceitos como identidade e CF. Na seção relativa ao referencial teórico, trataremos de conceitos para a compreensão da TARS, como redes sociais, densidade, plexidade, tessitura larga e tessitura miúda, redes de laços fortes e redes de laços fracos. Na seção relativa ao desenho metodológico, delinearemos o procedimento utilizado na pesquisa. Para a configuração dos mapas egocêntricos das redes sociais de cada informante, utilizaremos o programa Egonet (McCarthy, 2010), apresentando as redes sociais de cada informante por meio da configuração dos mapas. Por fim, na seção das considerações finais, retomaremos questões já discutidas, com reflexões a partir dos relatos dos informantes.

2. REDES SOCIAIS: ALINHAMENTO TEÓRICO

Um galo sozinho não tece uma manhã: ele precisará sempre de outros galos. De um que apanhe esse grito que ele e o lance a outro; [...] e de outros galos que com muitos outros galos se cruzem os fios de sol de seus gritos de galo, para que a manhã, desde uma teia tênue, se vá tecendo, entre todos os galos (Melo Neto, 1968, p. 345).

O fragmento do poema de João Cabral de Melo Neto faz alusão à metáfora das ressonâncias orquestrais e fiadoras do grito dos galos, evidenciando-os como verdadeiros tecedores e anunciadores da manhã. No poema, é denotado que um galo sozinho não tece uma manhã, isto é, ele sempre precisará de outros galos que apanhem o grito e o lancem a outros, sendo por meio do entrecruzamento desses gritos coletivos que a teia de uma manhã vai tecendo-se. De certa forma, esse trecho representa emblematicamente a natureza da TARS, a ideia de tessitura e densidade de redes.

Goffman (1974, p. 147-148) sublinha algo muito relevante que coaduna os vínculos que unem os indivíduos a entidades sociais:

[...] a participação do indivíduo na entidade – uma ideologia, uma nação, um ofício, uma pessoa ou mesmo uma conversa, terá alguns aspectos gerais. Sentirá obrigações: algumas serão duras, pois incluem alternativas obrigatórias, trabalho a ser realizado, serviço a ser cumprido, tempo ou dinheiro gastos; outras serão mais suaves, pois exigem que sinta participação, identificação e ligação emocional. Portanto, a participação numa entidade social impõe compromisso e adesão (Goffman, 1974, p. 147-148).

Sob esse prisma, Goffman afirma que, para que o indivíduo se emancipe, participe e identifique-se com a vida em sociedade, há a exigência de alguns compromissos. O indivíduo tem que assumir e desempenhar papéis sociais, trabalhar para suprir seus gastos, integrar-se e aprender a viver no coletivo mediante regras e acordos tácitos. Dessa maneira, tornar-se membro de uma comunidade implica solidariedade social, para que, assim, as redes sociais e os vínculos teçam-se.

Os primórdios da TARS nas Ciências Sociais remontam à década de 1920, em estudos da Psicologia Social, como atesta Freeman (1996). As pesquisas preambulares orbitavam em torno do questionamento sobre se o contexto social e o padrão de relacionamento influenciavam o comportamento individual de crianças na fase pré-escolar nos Estados Unidos.

A comunidade científica, em contrapartida, legitima a origem da abordagem da TARS com a publicação do livro *Who Shall Survive*, do sociólogo Jacob Moreno, em 1934. Destaca-se ainda a criação da Revista *Sociometry*, em 1937.

Evans (2004) frisa que as redes sociais podem ser vistas tanto como um sistema de relações pessoais com efeitos sobre os indivíduos quanto relações usadas pelas pessoas para atingir seus objetivos. O autor as caracteriza da seguinte maneira: a) densidade (estrutura da rede), que se refere aos contatos dos indivíduos, ou seja, quanto maior o número de pessoas em rede que se conhecem, maior a sua densidade; e b) plexidade (conteúdo da rede), que se refere à multiplicidade de conexões dos membros – por exemplo, membros que sejam vizinhos (rede uniplexa), ou também colegas de escola (rede multiplexa) –, ocorrendo, assim, o entrecruzamento das redes.

Bortoni-Ricardo (2005) relata que, quando o indivíduo ascende socialmente, sua rede de interação torna-se mais heterogênea e, conseqüentemente, de tessitura mais frouxa. O processo de difusão dialetal se intensifica, e o falante vai se aproximando da norma culta, adquirindo uma gama mais ampla de registros.

Após esses esclarecimentos teóricos sobre as redes sociais, delinearemos na seção seguinte o desenho metodológico que balizará nossa pesquisa.

3. METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS

Esta pesquisa é de cunho descritivo-qualitativo e de natureza experimental, exploratória e etnográfica. Utilizamos a técnica do observador participante, imerso na comunidade de fala durante 30 dias, período necessário para selecionar os informantes, solicitar o preenchimento das fichas sociais e marcar a realização das entrevistas gravadas. O *corpus* é constituído por 12 informantes da zona urbana do município de São José de Piranhas-PB (doravante SJP), cujos perfis estão delineados na Tabela 5.1, com estratificação do *corpus* pelas variáveis: sexo, idade, tempo de exposição e escolaridade.

Tabela 5.1 – Dados dos informantes

Informante	Sexo	Idade	Tempo de exposição	Escolaridade
01	F	43	44 anos	1º ano (Ens. Fund.)
02	F	43	32 anos	1º ano (Ens. Fund.)
03	F	43	30 anos	1º ano (Ens. Fund.)
04	M	55	47 anos	1º ano (Ens. Fund.)
05	M	55	49 anos	1º ano (Ens. Fund.)
06	M	55	55 anos	1º ano (Ens. Fund.)
07	F	33	33 anos	Superior completo
08	F	33	28 anos	Superior completo
09	F	33	33 anos	Superior completo
10	M	35	35 anos	Superior completo
11	M	35	35 anos	Superior completo
12	M	35	35 anos	Superior completo

Fonte: elaborada pelos autores.

Na fase da coleta de dados, pedimos aos informantes que nomeassem as pessoas com as quais eles interagiam com mais frequência. Fizemos uso de fichas sociais, as quais os informantes preencheram com seus dados pessoais, indicando pessoas que também poderiam conceder-nos as entrevistas.

Para a configuração e a quantificação das redes, fizemos uso do programa Egonet (McCarthy, 2010), que quantifica os contatos da pessoa determinada por meio da identificação de conexões e pontos dentro de sua rede pessoal, estabelecendo os padrões estruturais de sua interação. Cada informante foi convidado a responder o grau de afinidade, aproximação ou distanciamento estabelecido com cada membro de sua rede social, conforme veremos na análise dos dados.

Na fase da análise e da discussão dos dados, selecionamos as seguintes categorias: a densidade e a coesão social, conforme modelo proposto por Wasserman e Faust (1994). A categoria da densidade investiga se a rede é de natureza uniplex ou multiplex, de tessitura miúda ou de tessitura frouxa, enquanto a categoria da coesão social diz respeito aos vínculos sociais estabelecidos entre os integrantes das redes dos informantes, além de se referir à qualidade dos laços existentes entre os membros das redes. Há mais coesão entre os indivíduos quando os laços são fortes, ou seja, a conexão entre eles é mais intensa e frequente. Por outro lado, há menos coesão social quando a interação, conexão entre esses membros é esporádica e fraca.

A categoria da coesão social dialoga com a categoria da centralidade de grau, proposta por Freemann (1974). A centralidade de grau mensura a quantidade de laços que os membros das redes possuem entre si, dentro e fora da rede.

É de suma relevância que contextualizemos a comunidade de fala piranhense. São José de Piranhas (SJP) é uma cidade paraibana situada a 530 km da capital João Pessoa. Possui, conforme aponta o Censo/IBGE (IBGE,2012), mais de 20.250 habitantes e avizinha-se às cidades de Monte Horebe, Bonito de Santa Fé, Itaporanga, Igaracy, Aguiar, Serra Grande, São José de Caiana, Conceição, Cachoeira dos Índios, Carrapateira, Nazarezinho e São José da Lagoa Tapada. Localiza-se 27 km a Sul-Leste de Cajazeiras, a maior nos arredores.

Como a cidade não possui fábricas ou indústrias, grande parte da população é estratificada socialmente em servidores públicos e comerciantes. Os habitantes que não pertencem a tais categorias ocupam-se de atividades domésticas e/ou artesanais, enquanto outros migram para São Paulo para trabalhar no corte de cana-de-açúcar, ou para regiões do Pará, Tocantins e Maranhão, para trabalhar em equipes de vendas.

Aqui apresentaremos os mapas egocêntricos de cada informante, elaborados a partir do programa Egonet (McCarthy, 2010) e analisaremos a configuração de cada mapa da rede social. Selecionamos os quatro mapas egocêntricos mais significativos, que configuram a rede de interação de cada informante. Bipartimos os grupos de informantes da seguinte maneira: o primeiro grupo é constituído por um informante do sexo feminino, cujo grau de escolaridade é ensino fundamental incompleto, com idade de 43 anos, e um informante do sexo masculino, com 55 anos. O segundo grupo é composto por um informante do sexo feminino e um do sexo masculino, ambos com curso superior completo e com 35 anos.

Apresentamos as redes sociais dos informantes em forma de mapas configuracionais egocêntricos, cujas legendas são apresentadas no Quadro 5.1:

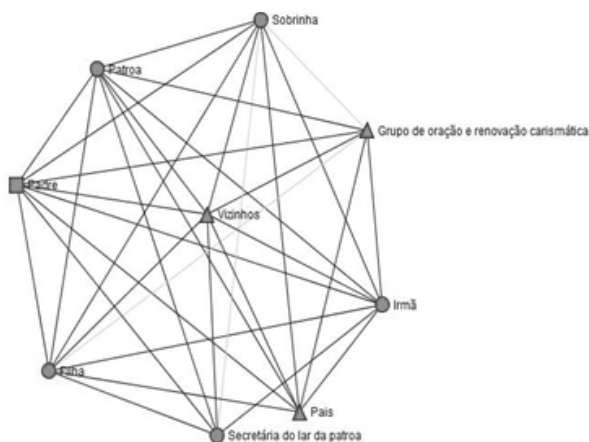
Quadro 5.1 – Ícones, ligações e escolaridade dos membros das redes

Formato do ícone		Ligação entre os membros
■	Membro do sexo masculino	—— Contato entre os membros é muito provável (laços fortes)
●	Membro do sexo feminino	— Contato entre os membros é provável (laços fracos)
▲	Grupo de pessoas de ambos os sexos	∅ (sem ligação) Contato entre os membros é improvável
Escolaridade		
EFI	Ensino fundamental incompleto	
EFC	Ensino fundamental completo	
EMC	Até ensino médio completo	
ESC	Até ensino superior completo	

Fonte: autores.

Vejamos as configurações das redes sociais da informante do sexo feminino, com grau de escolaridade fundamental incompleto:

Figura 5.1 – Mapa configuracional egocêntrico da rede de interação da Informante 1



Escolaridade dos membros da rede	
Sobrinha	EFI
Patroa	EMC
Grupo de oração e renovação carismática	EFI a ESC
Padre	ESC
Vizinhos	EFI a EMC
Irmã	EFI
Filha	EFI
Pais	EFI
Secretária do lar da patroa	EFI

Fonte: autores.

A Figura 5.1 evidencia uma rede multiplex, com um viés uniplex, tratando-se, assim, de um caso fronteiro. Há laços que não se cruzam: as relações são improváveis entre a secretária do lar da patroa e os pais da informante, bem como entre a referida secretária e o grupo de oração e renovação carismática. Ou seja, nem todos os membros da rede interagem entre si.

A rede é considerada multiplex, por haver mais pontos interligados, devido à gama de papéis sociais desempenhados pela informante na sua comunidade de fala, como filha, mãe, funcionária de uma minifábrica, costureira, membro de um

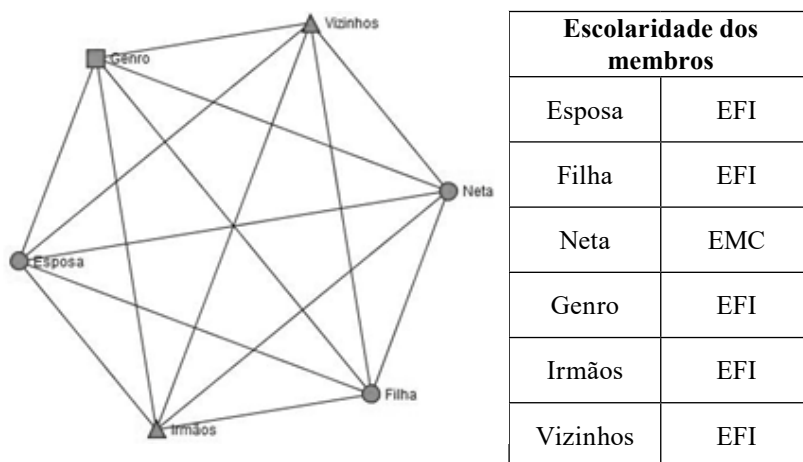
grupo católico, irmã, tia e amiga da secretária do lar, estabelecendo laços fortes, de primeira ordem. Com os vizinhos mantém uma relação saudável, de densidade mais frouxa, com laços de segunda ordem, mais fracos.

Quanto à plexidade, a rede de tessitura miúda orbita em torno da família, do trabalho e da igreja. Apresenta alta densidade, pois possui mais pontos interconexos do que pontos difusos, sem ligas extremadas, isto é, com grandes espaçamentos e sem coesão entre eles.

Quanto à escolaridade, é perceptível que a rede de interação da informante apresenta alto grau de homogeneidade, visto que ela se conecta mais frequentemente com sete indivíduos da sua rede de interação, os quais possuem o nível de escolaridade fundamental incompleto. No entanto, a rede também apresenta fronteiras heterogêneas, pois a informante possui vínculo com alguns membros que possuem o ensino médio completo e curso superior.

Em seguida, observaremos o mapa da rede social de interação do Informante 2, do sexo masculino, que possui ensino fundamental incompleto:

Figura 5.2 – Mapa das redes sociais de interação do Informante 2



Fonte: elaborada pelos autores.

Pela análise da Figura 5.2, entendemos que a rede do Informante 2 é uma rede fechada, sem a influência de interferências externas. Ela é de natureza multiplex, isto é, o informante realiza vários papéis sociais entre os membros que a integram; ademais, ela não tem pontos difusos. Todos os pontos estão conectados entre si, não coexistem fronteiras desconexas, denotando que o informante estabelece laços fortes, de primeira ordem.

A Figura 5.2 também nos permite entender que a rede é de tessitura miúda, de alta densidade, visto que todos os membros da rede se conhecem e interagem entre si. No tocante à plexidade, ele orbita preponderantemente na família. Também é insulada, pois há a manutenção da focalização dialetal rural.

Bortoni-Ricardo (2005, p. 97) apregoa que, no processo de ajustamento à vida urbana, o migrante tende a sair gradualmente da sua rede insulada e a contrair novas relações. O Informante 2 apresenta em sua fala traços linguísticos rurbanos vernaculares, como revelou ao iniciarmos nossas interações. Quando questionamos se ele sempre morou em SJP e em que lugar nasceu, ele respondeu:

Bom dia, tudo bom. Nasci no sítio Riacho da Corda, que é município daqui de São José de Piranhas, nasci em casa, naquele tempo não tinha essa história de maternidade, a gente morava longe da cidade, aí quando mãe começava a sentir as **dor**, tinha uma vizinha nossa do sítio que sempre ajudava nos parto. A vida no sítio era difícil a gente tinha que ir pra roça, **prant[á]** legume, depois no tempo da **colheta**, a gente se juntava pra **disbuiá** o feijão. mas depois tive que **vaij[á]** uns anos para São Paulo, porque a nossa família era grande, o que tinha era **poca** coisa em busca de sobrevivência para a minha família, me casei cedo, tive uma filha e tinha que sustent[á] a **familha**. Não tenho estudo, porque sempre tive que **trabaiá** na roça pra ajud[á] meu pai, a moer **mio**, a **prant[á]** no roçado, depois fiz uma **viage** com minha esposa e filha pra São Paulo, passar uns anos, como sou um home direito, tinha que dá de conta da família. Mas acabamo vindo embora pra cá, quando juntei um **dinherinho**.

O fragmento do relato do Informante 2 evidencia peculiaridades vernaculares prototípicas da sua rurbanidade. Podemos verificar que há, na fala espontânea do informante, diferentes fenômenos fonológicos, conforme destacamos: “*começava a sentir as dor*” (Ø marca zero de plural dor/dores); apagamento dos alomorfes /e/s/ indicadores de plural (na palavra dores); e “*a gente tinha que ir pra roça, prant[á]*” (fenômeno do rotacismo, o apagamento do morfema /l/ pela substituição do morfema rótico /r/). Nos excertos “[...] *depois no tempo da colheta [...]*”, “*quando juntei um dinherinho*” e em “*o que tinha era poca coisa em busca de sobrevivência*”, é notório que ocorre o fenômeno da monotongação, ou seja, o apagamento da glide palatal /j/ em *dinherinho~dinheirinho* e em *colheta~colheita* e do fonema semivocálico /w/ em *poco~pouco*.

A limitação à conexão apenas com vizinhos e família pode ser justificada devido à homogeneidade dos membros da rede, que possuem, em sua grande maioria, grau de escolaridade fundamental incompleto, o que não favorece as interferências externas de outras atividades sociais e de outros domínios linguísticos.

O Quadro 5.2 apresenta resumidamente o perfil social das redes sociais de interação dos informantes de ambos os sexos com grau de escolaridade fundamental incompleto:

Quadro 5.2 – Análise qualitativa das redes sociais de interação dos informantes do grupo 01 (com grau de escolaridade EFI)

Inf.	Sexo	Rede	Tessitura	Densidade	Plexidade	Qualidade de laços	Conexão entre os membros das redes sociais/ Escolaridade
1	F	Multiplex	Miúda	Alta	Família/ Trabalho/ Igreja	Fortes	Homogênea/ EFI
2	M	Multiplex	Miúda	Alta	Família/ Trabalho	Fortes	Homogênea/ EFI

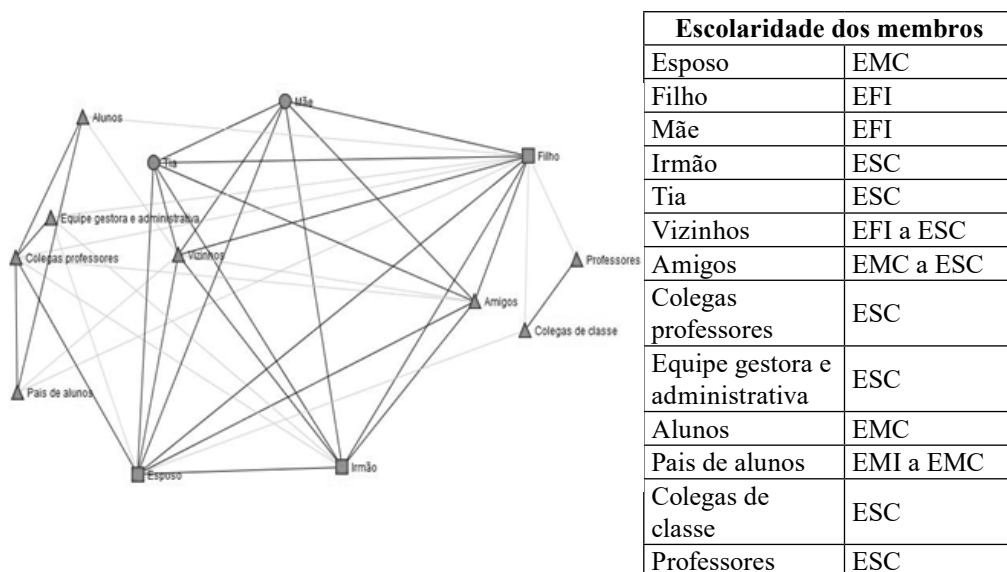
Fonte: elaborado pelos autores.

O Quadro 5.2 denota que, em ambos os sexos, a rede é multiplex. De forma mais saliente, a tessitura da rede é miúda, de densidade alta. No tocante à plexidade, orbitam em torno da família, do trabalho e da igreja. Quanto à qualidade de laços, são de primeira ordem, laços mais fortes. E, por fim, no que se refere à conexão estabelecida entre os membros das redes sociais dos informantes com seus respectivos integrantes, há presença de conexões mais homogeneizadas, com indivíduos que possuem ensino fundamental incompleto. Portanto, são redes fechadas, pois não sofrem tantas interferências externas; são mais insuladas; e há, sobretudo, a ênfase no dialeto rural (rurbanidade), o que denota o acesso limitado ao código de prestígio, ou seja, à variável socialmente mais prestigiada.

O segundo grupo é composto por um informante do sexo feminino (Informante 3) e um do sexo masculino (Informante 4), ambos com curso superior completo e com 35 anos.

Vejamos a rede da Informante 3, representada pela Figura 5.3:

Figura 5.3 – Redes sociais de interação da Informante 3



Fonte: elaborada pelos autores.

A rede da Informante 3 é multiplex; ela desempenha papéis sociais multiplexos, embora a rede apresente também alguns pontos difusos, desconexos, grafos que não estão interligados, o que denota falta de conexão por parte de alguns de seus membros. A rede mostra que a integração entre alguns membros é pouco provável.

Dessa forma, ao perguntarmos se os alunos da escola onde trabalha interagem com seu filho de 5 anos, a informante respondeu: “*não, meus alunos não têm contato com o meu filho não*”, e obtivemos a mesma resposta sobre um possível contato do filho com a equipe gestora da escola. Lançamos a pergunta se os colegas professores da Escola Técnica Integral tinham vínculos com os amigos da informante, ao que ela respondeu: “*não, são relações diferentes que eu tenho com os amigos e os colegas de trabalho, nem imagino como ia ser se juntasse todo mundo*”.

Investigamos se o irmão da informante conhecia ou mantinha contato com a equipe administrativa da escola onde a irmã trabalha, e ela respondeu: “*eles todos se conhecem, com alguns o meu irmão tem pouco contato, no geral eles se veem muito pouco*”. Indagamos se os vizinhos da informante interagem com os amigos dela, ao que respondeu:

Sim, são contatos frequentes, porque minha família gosta de *juntá* muita gente, gosta de casa cheia, sempre quando a gente faz doces, pão caseiro, mugunzá, fava, feijoada, bolos, sempre gostamos de dar aos vizinhos mais próximos, em datas comemorativas,

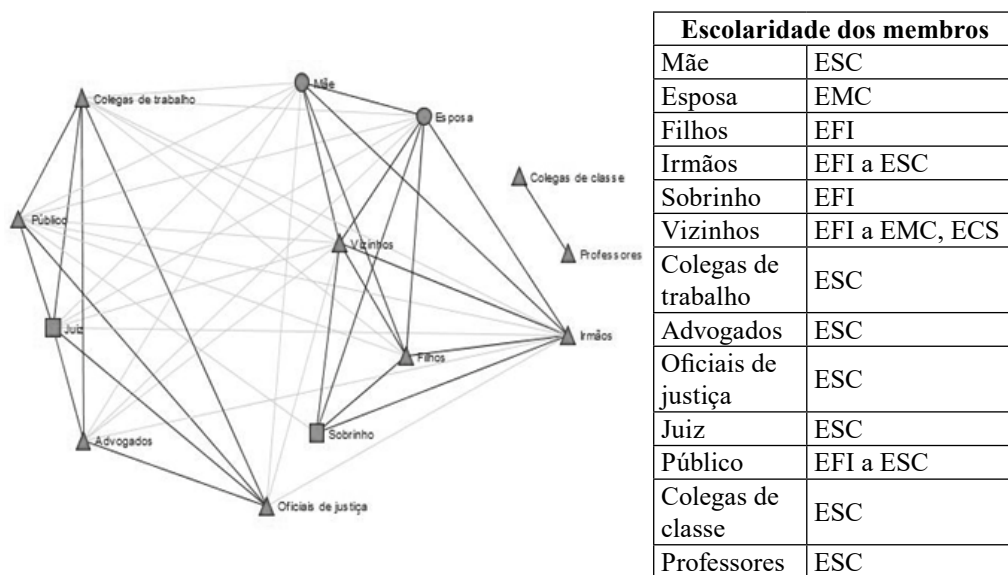
como o aniversário do meu filho, a gente sempre reúne todo mundo, daí todo mundo se encontra. Também nos aniversários de mainha e de titia, a gente sempre faz uma coisinha, um bolinho, os amigos mais chegados e os vizinhos sempre vêm pra cá.

No tocante à qualidade dos laços, estes são fortes com a família e alguns vizinhos mais próximos. A informante mantém laços fortes com os colegas de trabalho e laços fracos com os pais dos alunos, porque são contatos indiretos e esporádicos, tendo em vista que ela trabalha na parte administrativa da escola.

A rede é multiplex, pois é integrada e há uma maior exposição a influências externas. Sua densidade é frouxa, aberta, pois enovela mais papéis sociais e implica a interação com pessoas de *background* social e geográfico mais variado em diversos contextos sociais. Quanto à plexidade, é observável que ela gravita em torno da família, do trabalho (escola) e da universidade, havendo conexões heterogêneas e difusão dialetal. Há uma maior flexibilização com relação ao controle da língua e aos modos de falar de maior prestígio.

Por fim, a rede social do Informante 4 é exposta na Figura 5.4:

Figura 5.4 – Redes sociais de interação do Informante 4



Fonte: elaborada pelos autores.

A rede do Informante 4 é também multiplex, de tessitura frouxa, integrada, e apresenta uma densidade alta no que tange a papéis sociais e à interação com pessoas de *background* social mais variado em diversos contextos sociais, constituindo-se, assim, uma rede com matizes acentuadas de heterogeneidade. O

informante conecta-se com pessoas que possuem graus de escolaridades diferentes, mas a conexão maior é com indivíduos com curso superior completo.

No tocante à qualidade de laços, o informante mantém laços fortes com a mãe, a esposa, os filhos, os irmãos, os colegas de trabalho e do curso de especialização e o juiz da comarca (laços profissionais), enquanto mantém laços fracos com o público que busca ter acesso aos processos. Ao perguntarmos se os advogados que vão ao fórum mantêm laços com os filhos do informante, este respondeu que *“os encontros são pouco prováveis”*.

Notamos na rede alguns pontos desconexos, o que demarca distanciamentos entre os integrantes, extremidades fronteiriças. Embora todos se conheçam, estes são laços mais frouxos e não estão interligados entre si. No tocante à plexidade, a rede gravita em torno de família, do trabalho (fórum) e da faculdade.

Pesquisamos se os colegas de trabalho estabelecem vínculos com a esposa do informante, e este informou que *“às vezes pode acontecer de todo mundo se encontrar em festas, em confraternizações, em passeios, mas são encontros muito ocasionais”*.

O Quadro 5.3 delinea um resumo das peculiaridades das redes sociais de interação do grupo de informantes com curso superior completo:

Quadro 5.3 – Análise qualitativa das redes sociais de interação dos informantes do Grupo 02, com curso superior completo

Inf.	Sexo	Rede	Tessitura	Densidade	Plexidade	Qualidade de laços	Conexão entre os membros das redes sociais/ Escolaridade
3	F	Multiplex	Frouxa	Alta	Família/ Trabalho/ Escola	Fortes	Heterogênea: EMC/ESC
4	M	Multiplex	Frouxa	Alta	Família/ Trabalho/ Faculdade	Fortes	Heterogênea: EFI/EMC/ESC

Fonte: elaborado pelos autores.

Destacamos dois pontos divergentes entre os informantes dos Quadros 5.2 e 5.3: o Quadro 5.3 difere-se do Quadro 5.2 na tessitura da rede, pois os informantes do Quadro 5.3 estão agregados a uma rede de tessitura frouxa, esparsa, larga, o que indica adesão ao prestígio/status e permite a interferência de influências externas. As redes do Grupo 3 são mais integradas em relação às redes do Grupo 2, que são mais insuladas, havendo foco no dialeto local e acesso limitado ao código de prestígio. O Grupo 2 orbita mais em torno da família, do trabalho e

da igreja, enquanto o Grupo 3 gravita nos meandros da família, do trabalho, dos amigos e da universidade.

Por fim, outra categoria divergente é a conexão entre os membros das redes sociais: no que concerne ao fator escolaridade, é perceptível que os informantes do Grupo 2 interagem com mais frequência com indivíduos com curso fundamental incompleto, ensino médio e algumas vezes com curso superior completo; trata-se de redes mais homogeneizadas. Por outro lado, no Grupo 3, as redes são mais heterogêneas: os informantes interagem com informantes com curso superior completo, e, por isso, as redes possuem uma abertura extensiva às interferências externas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi mapear o perfil social e identitário da comunidade de fala da cidade de SJP, bipartido conforme a escolaridade do informante, com base na TARS. Podemos dizer que os objetivos foram devidamente alcançados, pois conseguimos mapear o perfil identitário da comunidade de fala piranhense por meio de mapas egocêntricos, configurados a partir do programa Egonet (McCarthy, 2010).

Constatamos que o fator escolaridade/letramento exerce influência na densidade, na tessitura da rede, na plexidade e na qualidade dos laços. Portanto, denotamos que as redes dos informantes do Grupo 2 são fechadas e insuladas, pois não sofrem tantas interferências externas e há, sobretudo, a ênfase dialetal e o acesso limitado ao código de prestígio. Por outro lado, mostramos que as redes do Grupo 3 são mais integradas e possuem densidade mais alta, visto que os informantes desempenham papéis sociais bem ecléticos e a interação evidencia-se com mais frequência com pessoas de *background* social e geográfico mais variado e em diversos contextos sociais, havendo identificação com o grupo de prestígio.

5. REFERÊNCIAS

- ALDRICH, H. *Organizational and Environments*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1979.
- BÍBLIA. Português. Bíblia Sagrada Ave-Maria, 9. ed. São Paulo: Ave Maria, 1959. (Impressão 2001).
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Nós chegemu na escola, e agora? Sociolinguística e educação*. São Paulo: Parábola, 2005.

BOURDIEU, P. *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

BOURDIEU, P. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

DURKHEIM, E. *A Sociologia de Durkheim/ Philippe Steiner*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

EVANS, B. The role of social network in the acquisition of local dialect norms by Appalachian migrants in Ypsilanti, Michigan. *Language Variation and Change*, Cambridge, v. 16, p. 153-167, 2004. FREEMAN, L. C. *La teoría económica de la innovación industrial*. Madri: Alianza, Universidade, 1974.

FREEMAN, L. C. Some antecedents of social network analysis. *Connections*, v. 19, n. 1, 1996.

GAL, S. *Language Shift: social determinants of linguistic change in bilingual Austria*. Nova York: Academic Press, 1979.

GOFFMAN, E. *Frame analysis*. New York: Harper Colophon Books, 1974.

GUMPERZ, J. *Social network and language shift*. Berkeley: Language Behavior Laboratory, 1976.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LABOV, W. [1972]. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2008.

LIN, N. *Social capital – A theory of social structure and action*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MCCARTHY, C. *Egonet (Personal Network Software)*. USA; University of Flórida, 2010.

MELO NETO, J. C. *A educação pela pedra*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968.

MILROY, L. *Language and social networks*. Oxford: Brasil Blackwell, 1980.

MORENO, J. L. *Who shall survive? Foundations of sociometry, group psychotherapy and sociodrama*. New York: Beacon Press, 1934.

SCOTT, J. *Social Network analysis*. Califórnia: Sage Publications, 2000.

WASSERMAN, S.; FAUST, K. *Social network analysis: methods and applications*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. (Structural analysis in social the social sciences series).

WENGER, E. *Communities of practice: Learning, meaning and identity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

WILLIAMSON, O. E. *Markets and hierarchies: analysis and antitrust implications*. New York: The Free Press, 1975.

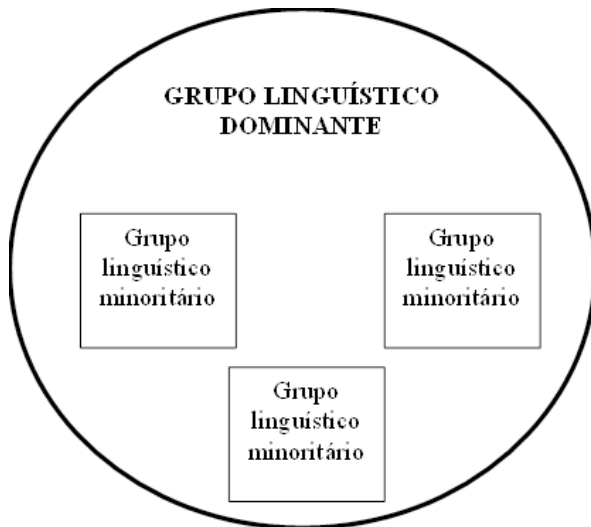
O PROCESSO DE PADRONIZAÇÃO DE UMA LÍNGUA, ATITUDES LINGUÍSTICAS E PRECONCEITO LINGUÍSTICO: QUE RELAÇÃO É ESSA?

Priscila Evangelista Morais e Lima

1. O PROCESSO DE PADRONIZAÇÃO DE UMA LÍNGUA: VISÃO GERAL

Diversas nações no mundo são classificadas como países essencialmente monolíngues, ou seja, uma única língua é utilizada pelos membros da comunidade, como é o caso dos Estados Unidos, da Alemanha e do Brasil. No entanto, é fato que existem subgrupos linguísticos dentro de tais nações, nas quais há a presença de um grupo linguístico dominante e de grupo(s) linguístico(s) minoritário(s), conforme ilustração a seguir:

Figura 6.1 – Grupos linguísticos dentro de um país



Fonte: elaborada pela autora.

Conforme podemos ver na figura anterior, infere-se que existe uma política linguística dominante que busca governar os demais grupos. Em geral, os grupos linguísticos minoritários são caracterizados por variedades não-padrão, sendo por vezes estigmatizadas dentro de sua própria comunidade. Daí temos o que Milroy (2007, p. 133) chamou de *ideologia da língua padrão*. De acordo com o autor, as posições ideológicas de poder de uma forma tida como padrão governam as atitudes linguísticas de um falante. O objetivo dessa padronização é a uniformidade ou a invariância (Milroy, 2007 p. 133). Ainda segundo o autor, a eleição da variante padrão de uma determinada forma linguística é influenciada por fatores fora do próprio processo de padronização, e a união desses fatores é que constituirá a ideologia padrão (Milroy, 2007). A difusão dessa ideologia, segundo ele, tem como características a noção de uma forma “correta”, a importância da autoridade, a relevância do prestígio e a ideia de legitimidade.

Milroy (2007) trata exatamente dos aspectos levados em conta no processo de padronização de uma língua. Como mencionamos anteriormente, ele afirma que a escolha de uma forma linguística em detrimento de outra se dá por fatores externos à própria padronização. Assim, um questionamento nos vem à tona: quais seriam esses fatores externos à padronização que exercem uma influência tão forte a ponto de refletir na escolha da forma linguística padrão? A resposta para essa pergunta nos dá indícios das prováveis causas geradoras dessa padronização.

Nossa proposta é, portanto, dissertar sobre essas causas. Para tanto, partiremos das conceituações propostas pelo referido autor.

A primeira delas, a noção de uma forma “correta”, diz respeito à ideia de correção, ou seja, existem formas linguísticas certas e outras erradas. Segundo Milroy (2007, p. 135), esse conceito ainda é mais rígido quando se trata de pronúncia. Assim, como os falantes nem sempre consentem na variação da pronúncia, temos a manifestação da cultura da língua padrão. Em nossa pesquisa, informantes de diferentes mesorregiões do estado da Paraíba apresentaram o falar característico do interior como “errado”. Vejamos alguns depoimentos:

Informante 17: “É... muitas vezes eu erro e (sic) como é típico aqui do interior, eu num digo as palavras corretamente, sabe? Maneira mesmo de falar. Quando eu falo muito rápido, aí, tipo, ‘mesmo’, ‘mermu, né? Engulo muito assim.”

Informante 21: “Sim. A maneira de se pronunciar. Porque o português eu acho que num é correto (risos)”

Como consequência, quem usa formas linguísticas não padrão é facilmente discriminado. Quando questionados se alguém já havia criticado, elogiado ou comentado a respeito da sua forma de falar, os informantes responderam afirmativamente:

Informante 23: “Sim, a resposta anterior cabe bem nessa também, quando as pessoas elas não tão muito acostumadas com o nosso sotaque e ou conhecem alguém ou vem à nossa região eles sempre riem, elas sempre comenta comentam do nosso sotaque.”

Informante 24: “Das formas (sic) das poucas vezes que viajei, sim, eles estranham bastante a forma que a gente fala.”

Conforme o próprio autor aponta, no geral as pessoas que utilizam formas não padrão pertencem a grupos sociais menos favorecidos, e, desse modo, a consequência do julgamento linguístico é a discriminação destas. Corroborando essa assertiva, vejamos o relato de um dos participantes da pesquisa:

Informante 25: “[...] Por exemplo, se... Em São Paulo eu nunca fui, mas... pronto, eu fui à Foz do Iguaçu e eu percebi que as pessoas lhe olha meio estranho. Quando você vai falar e nota que você é da Paraíba, nordestino, no caso, e fica lhe julgando, lhe olhando estranho, entendeu?”

Ao narrar sua ida ao Sul do país, ele observou que, ao falar, as pessoas o julgaram negativamente, olhando estranho, pelo único fato de ser nordestino/paraibano. Aqui vemos um claro caso de julgamento linguístico encobrindo um julgamento social, tema sobre o qual falaremos mais adiante.

2. A INFLUÊNCIA DE FATORES EXTERNOS NO PROCESSO DE PADRONIZAÇÃO DE UMA LÍNGUA: CAUSAS GERADORAS

Com efeito, podemos dizer, que uma das prováveis causas geradoras da padronização são as **pressões sociais**. Sob essa perspectiva, a língua é vista apenas como um produto coletivo e puramente cultural, não levando em conta o seu aspecto individual e cognitivo. Nessa ótica, a coletividade exige a uniformidade, ou seja, as estruturas linguísticas têm de estar de comum acordo entre seus usuários. Todavia, nessa concepção, a língua termina por refletir a escolha de apenas algumas pessoas com autoridade suficiente para impor as normas de linguagem para os demais pares.

Aqui, retomamos a Figura 6.1, na qual o grupo linguístico dominante detém o poder de “ditar as regras”. Sabemos também que, quase que categoricamente, essa classe dominante é formada por um pequeno número de pessoas, sendo elas pertencentes a alguma das seguintes categorias da sociedade: ricos, intelectuais, políticos, entre outros. Assim, podemos dizer que a normatização linguística reflete os anseios (que estão muito longe de serem puramente linguísticos) desse “seleto” grupo.

Conforme Milroy (2007) apresenta, é inadmissível discriminar as pessoas por causa de etnia, classe social, religião etc.; no entanto, segundo ele, vemos abertamente a discriminação por motivações linguísticas. Para esse linguista, o efeito da discriminação linguística é discriminar as minorias étnicas e os grupos sociais menos favorecidos.

Concordamos com Milroy (2007) quanto à interrelação dessas motivações, todavia acreditamos que o preconceito linguístico não apenas resulta no preconceito social, mas o encobre. Em outras palavras, é como se os sujeitos fizessem uso da “permissão” do julgamento linguístico para avaliar socialmente seu interlocutor, pois, no geral, os falantes da forma não-padrão pertencem às classes sociais mais baixas ou a localidades estigmatizadas. O próprio autor argumenta que é socialmente aceito discriminar, em uma situação de emprego, por exemplo, pessoas que usam formas não padronizadas. Contudo, se formos analisar o perfil desse falante, não será surpresa vermos que ele pertence a algum tipo de grupo minoritário. E, mais uma vez, o exemplo dado pelo autor corrobora nossa proposição.

Vejam alguns depoimentos de nossos informantes justificando o porquê de acreditarem que as pessoas são julgadas pela sua forma de falar:

Informante 4: “Porque é... assim, muitas vezes a colocação das palavras, é a maneira que você, que você fala, né, muitas vezes a pessoa lhe julga se você é inteligente, né, assim (sic) até a sua classe social, muitas vezes é julgada pela forma que você fala.”

Informante 6: “Porque às vezes é, pela forma da região falar, é às vezes leva a crer às vezes que é um pouco pobre ou que é rico e nem sempre isso quer dizer nada.”

A partir desses pensamentos, observamos dois posicionamentos no que diz respeito ao julgamento linguístico: 1) avaliação da classe social do falante; e 2) discriminação regional.

Conforme os Informantes 4 e 6, as pessoas tendem a enquadrar seu interlocutor em determinada classe social, mediante sua forma de falar, conforme assevera o Informante 4: “*até a sua classe social, muitas vezes é julgada pela forma que você fala*”. Dessa forma, as assertivas “*a colocação das palavras*” e “*ou quando você fala errado*”, nas palavras dos participantes, indicam se a pessoa pertence a uma classe alta ou baixa, por exemplo. Também se estabelece o elo entre atributos de personalidade e a forma de falar (INF. 4: “*a maneira que você fala, né, muitas vezes a pessoa lhe julga se você é inteligente*”).

Uma questão que nos chamou a atenção foi o comentário do Informante 6, que afirmou que as pessoas também tendem a relacionar a forma de falar da região às condições financeiras do interlocutor. Aqui, temos um dado que corrobora nossa proposição, pois vemos claramente o julgamento linguístico encobrindo o julgamento social. Infelizmente, a relação região norte/nordeste = pessoas pobres *versus* região sul/sudeste = pessoas ricas parece ser senso comum no imaginário de muitos brasileiros. Todavia, conforme esse informante complementa, “*nem sempre isso quer dizer nada*”.

Outro fator considerado no processo de seleção, segundo Milroy (2007), é a autoridade. Na visão do autor, esse elemento diz respeito à preservação do idioma “puro”, isto é, sem influências de outras línguas. Para tanto, a língua padrão precisa ser codificada (nas palavras do referido linguista), e isso se dá na forma de dicionários, livros de gramática, entre outros, que detêm a “autoridade” no assunto. No entanto, ressalta Milroy (2007, p. 136), muitos dos autores de tais obras não são linguistas. Observamos aqui mais um agente externo motivador da padronização, a saber, a *diferenciação social*.

Entendemos a diferenciação social como a busca pela preservação da distinção de classes sociais, ou seja, a forma padrão deverá sempre pertencer ao grupo social mais alto e a difusão dessa variante se dá por meios que não alcançarão todos, pois, como bem sabemos, muitas pessoas ainda não têm acesso a livros e ao estudo de qualidade.

No tocante ao preconceito linguístico motivado pela questão da diferenciação social, temos os seguintes depoimentos:

Informante 11: “São. Às vezes são criticadas, né? Às vezes as pessoas tentam, é, fazer um padrão da fala, principalmente, assim, com o pessoal do Sul. Tentam se igualar.”

Informante 31: “Sim, principalmente, né, os nordestinos. Eu acho que esse sotaque nordestino, assim, que é mais diferenciado dos demais, eu acho que eles sofrem. As pessoas sofrem mais (sic).”

E por que você acha que isso acontece?

“Porque, justamente por ser diferente, mais diferente do que uma pessoa que fala carioca, fala paulista. Acho que isso.”

Na fala do Informante 11, vemos a tentativa de padronização de sua fala com base no modo de falar das pessoas do Sul. Já o Informante 31 apresenta o preconceito contra o falar nordestino, realçando a questão de o nosso sotaque ser “*mais diferente do que uma pessoa que fala carioca, fala paulista*” (*ibidem*). Segundo ele, esse seria o motivo para tal julgamento. Aqui temos um claro caso de discriminação regional.

É interessante notarmos o fato de que, mesmo com políticas públicas que visam à educação básica para todos, ainda há populações sem infraestrutura, meios de transporte, materiais e manuais escolares adequados, o que resulta em baixo rendimento escolar. Como exemplo, basta citar a realidade da zona rural nordestina e das crianças ribeirinhas da Amazônia.

Filgueiras (2016), ao realizar um estudo antropológico sobre a realidade de crianças ribeirinhas e quilombolas, constatou que, apesar da redução do analfabetismo nos últimos anos, por meio de programas de educação instituídos pelo Governo, muitos ainda só sabem assinar o próprio nome (IBGE, 2010). Segundo a autora, o motivo se dá devido às dificuldades de manutenção das escolas e dos professores, pois os prédios encontram-se em situações precárias, não há apoio pedagógico, entre outros. Ainda há a questão da diminuição do número de professores em virtude da baixa procura pela profissão ou do abandono da carreira. Observamos, assim, que a variante padrão dificilmente fará parte da realidade desses grupos e muito menos abarcará características peculiares a essas comunidades.

Ainda segundo Milroy (2007), outro fator levado em conta no processo de eleição da variante padrão é o prestígio. Para ele, o prestígio é uma propriedade dos falantes, e não da forma linguística em si. Assim, os usuários da língua geralmente o conferem prestígio às formas linguísticas utilizadas pelas classes sociais mais altas. Vemos a comprovação dessa assertiva nos depoimentos de alguns informantes quando questionados sobre se têm algum sotaque.

Informante 11: “Considero. A gente tem um sotaque assim, mais caipira que as outras pessoas.”

Informante 17: “Tenho. Acho que mais carregado, mais do interior mais, forte.”

Informante 26: “Sim, muito. Não sei. Amatutado, sei lá.”

Informante 35: “Eu acho que a minha forma de falar é uma forma normal pra região metropolitana aqui de João Pessoa. Num tenho tanto sotaque do interior não.”

Aqui temos uma clara associação da fala interiorana/caipira com um falar sem prestígio. Outro dado interessante é o fato de esses informantes assumirem ter um sotaque diferente do da capital, ou seja, “*mais carregado*” ou “*mais do interior, mais forte*” (Informante 17), estabelecendo novamente esse tipo de distinção. O Informante 26 assume possuir um sotaque “amatutado”, isto é, caipira, próprio do interior. Já o Informante 35 estabelece uma distinção entre a fala da região metropolitana de João Pessoa e a do interior, utilizando o termo “sotaque” para afirmar que não tem o “*sotaque do interior não*”. Esse dado mais uma vez vem corroborar a percepção, por parte do falante paraibano, de que os moradores do interior falam de maneira diferente dos moradores da capital, conforme vimos nos comentários dos participantes do Sertão e da Borborema.

Todavia, a partir desse informante, notamos uma diferenciação mais abrangente, a saber, o modo de falar da região metropolitana da capital paraibana. O que justifica tal posicionamento é o fato de ele ser morador da cidade de Santa Rita, um dos municípios que compõem tal região.

No entanto, Milroy (2007) argumenta que o prestígio é um conceito escorregadio, pois os falantes podem diferir na atribuição de prestígio a grupos particulares e, portanto, a usos particulares da linguagem. Desse modo, as variedades utilizadas por membros de grupos menos favorecidos sofrerão estigma.

Vemos, mais uma vez, o fator externo “diferenciação social” agindo no processo de padronização e causando o que chamaremos de relação *reverse*, isto é, o prestígio será conferido àqueles que fazem uso da variante padrão, ao passo que os falantes que utilizam formas não padrão serão estigmatizados. Esse termo retrata o convívio relacional de oposição entre os pares, no qual ressalta-se, de maneira negativa (consciente ou inconscientemente), a distinção de classes. Conforme a própria palavra sugere, é como se os membros de uma mesma comunidade, em vez de unirem forças para seguirem em direção da harmonia linguística, movessem-se para trás, ou seja, optassem pelo distanciamento da coexistência linguística. Esse fenômeno foi constatado em algumas falas dos informantes da pesquisa:

Informante 14: “Já riu. A maneira assim, de chamar as pessoas, o jeito, assim, bem mais da região [...]”

Informante 19: “Já (risos). Eu falo muito, é, tipo o português às vezes da gente, acaba com a gente, né? Assim... algumas maneiras da gente falar. Pronto, uma vez eu tava com uns meninos num restaurante, aí quando terminou, a gente, aí sem querer eu falei num sei que ‘de bucho inboicado’, aí os meninos ‘o que é bucho inboicado?’ (risos). Aí eu disse ‘ah!’, porque sai, né, assim?”

Informante 33: “Sim, porque é... numa das entrevistas que tinha (sic) perguntas a questão das pessoas que vêm do interior e as pessoas que são daqui, da capital, vamos dizer, né, que são daqui. Você é... tem um... um... principalmente do interior mesmo, que não é da parte urbana, tem um certo preconceito de ser, tipo, uma pessoa menos esclarecida. Aí você percebe que tem um certo preconceito com relação a isso.”

O que nos chama a atenção nessas ocorrências é o fato de os ouvintes que expressaram esse tipo de atitude fazerem parte da mesma comunidade de fala e, ainda assim, “fazerem graça” pelo uso de termos locais que, vez ou outra, eles próprios podem utilizar em determinadas situações conversacionais. Então o que se estabelece nesse cenário? O padrão de língua que vem de cima, isto é, das classes sociais dominantes, leva os falantes a pensarem na noção de “língua correta”. Assim, a utilização de certas formas linguísticas deve sempre ser evitada, mesmo em situação informal.

É isso que faz com que até mesmo pessoas pertencentes a um mesmo grupo social ou local estigmatizem expressões próprias de sua comunidade. Aqui temos um claro caso de relação *reverse*, ou seja, vemos os conterrâneos, nesse caso os amigos da informante, optando pelo distanciamento da coexistência linguística em vez da harmonia linguística. As consequências dessa relação são a geração de um sentimento de desprestígio social e um consequente complexo de inferioridade linguística. É o que observamos a partir da fala “*o português às vezes da gente, acaba com a gente, né?*” (INF. 19).

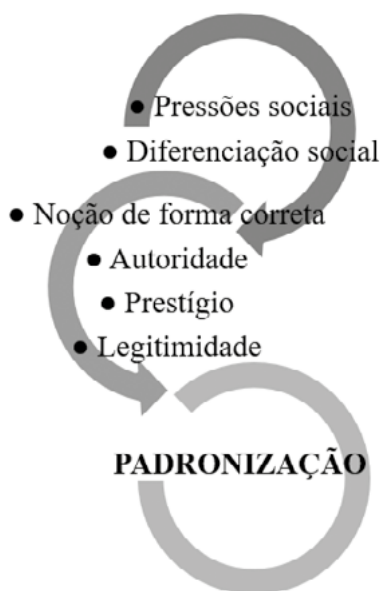
O comentário do Informante 33, pertencente à Zona da Mata Paraibana, vem somar-se à questão retratada no decorrer das análises, a saber a diferenciação entre o falar da capital e o do interior. O que chama a atenção é que são os próprios falantes que têm realçado esse aspecto, o que nos mostra que há uma percepção quanto a essa distinção. Diante disso, vemos que eles fazem questão de destacar essa dicotomia, isto é, observamos que, em vez de os membros pertencentes à mesma comunidade virem as diferenças linguísticas como complementares, optam por realçar essa oposição, aplicando o fenômeno *reverse*.

Por fim, Milroy (2007) afirma que o estabelecimento e a promoção da noção de língua padrão implicam a ideia de legitimidade, ou seja, a forma padrão se torna a legítima e as demais, na mente popular, ilegítimas. Para garantir essa legitimidade, há uma ampla valorização e difusão em livros, ambientes escolares

e acadêmicos, bem como na mídia. Como consequência, emergem-se as atitudes em relação a uma língua. Em uma associação óbvia, a forma padrão será avaliada positivamente pelo falante, ao passo que a não padrão, ou *substandard*, receberá atitudes negativas. A ideia de legitimidade, portanto, recai no que anteriormente propomos ser o fator externo “pressão social”, pois vemos uma ação promovida pelo desejo coletivo de um grupo isolado que tem como intenção instituir a forma padrão como a legítima.

A partir do que foi até aqui apresentado, propomos a Figura 6.2, visando unir nossa concepção com os conceitos apresentados por Milroy (2007), com a finalidade de ilustrar o processo de padronização de uma língua.

Figura 6.2 – Processo de padronização de uma língua



Fonte: elaborada pela autora.

Nesse sentido, a Figura 6.2 aponta para o processo de padronização de uma língua. Analisando cada um dos fatores que atuam nesse percurso, fica mais fácil entendermos o porquê de a língua ser comumente vista como parte da identidade de uma nação. E aqui também vemos a importância da Sociolinguística, que vem corroborar a correlação que há entre língua e sociedade.

Sendo assim, antes de uma forma linguística se tornar a padrão, ela será submetida a pressões sociais, visando à invariância e à homogeneidade da língua, com vistas a refletir os interesses de um grupo dominante. Essa ação será imbuída

pela noção de diferenciação social, na qual a classe alta promoverá sua forma linguística.

O estabelecimento desses elementos promoverá a noção de correção, na qual grande ênfase será dada à forma “correta”. Essa concepção será reforçada pela autoridade, e, assim, a forma padrão se difundirá pelos meios e pelas instituições educacionais. De maneira subjetiva, o resultado será a atribuição de prestígio à variante padrão e de estigma às demais variantes, perpassando a ideia de que a forma padrão será a legítima. O encadeamento desses eventos resultará na padronização de uma língua.

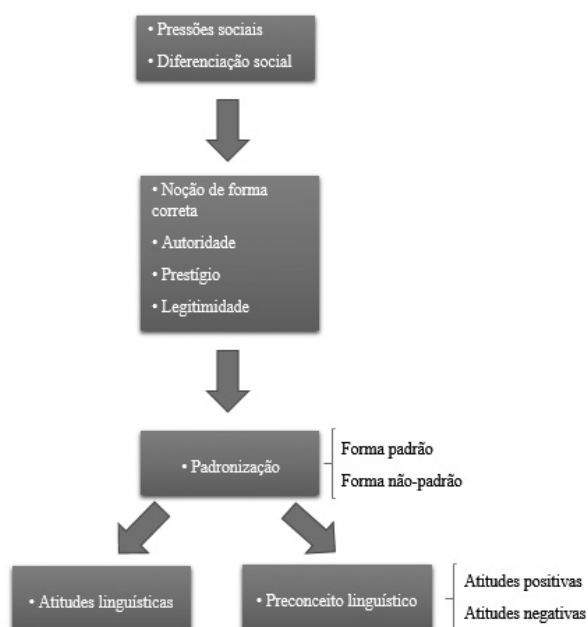
3. AS ATITUDES LINGUÍSTICAS E O PROCESSO DE PADRONIZAÇÃO: CARA OU COROA?

As pesquisas sobre atitudes linguísticas têm como principal objetivo identificar como falantes de um grupo linguístico avaliam características pessoais e sociais de seus pares ou de falantes de outras línguas ou variedades, tendo como base a fala. Desse modo, podemos dizer que o processo de padronização é um dos principais agentes motivadores das atitudes linguísticas.

Conforme Milroy (2007) pontua, as atitudes linguísticas são dominadas por poderosas posições ideológicas, que são largamente baseadas na suposta existência de uma forma padrão. O referido autor complementa que os falantes não têm consciência de que são induzidos por essas posições, ou seja, eles acreditam que suas atitudes são o senso comum, pois creem que são noções comumente admitidas por todos. Assim, as atitudes positivas ou negativas que alguém tem em relação a uma língua são condicionadas pelo processo de padronização.

Portanto, as atitudes linguísticas são uma das consequências da padronização, isto é, a avaliação que um falante-ouvinte faz em relação a uma determinada língua é fruto do processo de padronização. Assim, acrescentando tais elementos, teremos a seguinte redefinição:

Figura 6.3 – O processo de padronização e seus desdobramentos



Fonte: elaborada pela autora.

Analisando a Figura 6.3, podemos pontuar alguns aspectos. Em primeiro lugar, vemos que a padronização pressupõe uma forma não padrão, ou seja, para cada variante padrão haverá variantes não padrão coexistindo simultaneamente. Essa convivência, no entanto, não será harmoniosa, pois haverá pressões para que uma das formas deixe de existir. Quando isso acontece, ocorre a mudança linguística. Todavia, nem sempre a mudança se efetivará e as formas padrão e não-padrão irão coocorrer.

Outro aspecto observado é que a padronização exerce uma influência direta nas atitudes. O resultado de tal ligação, por conseguinte, pode ser a manifestação de atitudes positivas ou negativas. Assim, podemos apreender que as atitudes das pessoas acarretam resultados comportamentais em decorrência da ligação com os demais componentes da padronização, a saber a noção de forma correta, a autoridade, o prestígio e a legitimidade, que por sua vez estão associados às pressões sociais e à diferenciação social.

4. O PRECONCEITO LINGUÍSTICO E O PROCESSO DE PADRONIZAÇÃO: O OUTRO LADO DA MOEDA

Os resultados comportamentais fruto das atitudes poderão refletir na maneira como o falante-ouvinte se portará diante de seu interlocutor, ou seja, ele poderá apresentar um comportamento que demonstre interesse ou desdém. É aqui que nascem, portanto, as condutas de preconceito nas diferentes categorias sociais. Desse modo, o preconceito diz respeito a um conceito prévio e individual que temos sobre alguém ou sobre um determinado grupo. No entanto, apesar de ser individual, ele reflete as posições ideológicas propagadas pela cultura da qual fazemos parte.

Na atual conjuntura social, fala-se muito do preconceito sofrido por mulheres, negros, homossexuais e deficientes físicos, mas ainda é pouco mencionado o julgamento que se faz do outro devido à sua forma de falar. Conforme Milroy (2007) menciona, a língua também é uma categoria social, assim como o gênero, a etnia, a religião etc., e a sua discriminação deve ser igualmente combatida.

O preconceito linguístico, portanto, é mais um reflexo da padronização, conforme observamos na Figura 6.3, pois é o resultado do incoerente paralelo estabelecido entre a norma padrão e as variedades linguísticas. Ressaltamos que essa comparação se estabelece de maneira inadequada, devido à “língua ideal” ser a propagada pelas gramáticas e à “língua real” ser a que, de fato, as pessoas usam no dia a dia.

Em nossa pesquisa, ao questionarmos nossos participantes sobre acreditarem que as pessoas são julgadas por sua forma de falar, em todas as quatro mesorregiões a maioria dos informantes respondeu afirmativamente. São dignas de nota as respostas de alguns dos participantes:

Informante 1: “Sim. Por questão da região, se você tem uma uma uma forma de falar assim mais nordestina, acho que tem um maior preconceito do que quem é mais do sudeste, essa parte do Brasil.”

Informante 4: “O arrastado, por exemplo, assim, porque eu já morei no Sul e quando eu fui pra lá eu até sofri um certo preconceito (sic) ficava até chato, assim, porque uns achavam bonito a nossa forma de falar, né, mas outros não, achavam engraçado e muitas vezes ficavam imitando... a forma de falar. E isso me incomodava.”

Informante 9: “Assim, a gente percebe que outras pessoas já passaram por isso, né, experiências de outras pessoas quando estão no Sul, aí são criticadas, né, os nordestinos pela maneira de falar, né?”

Informante 19: “Às vezes. Por exemplo. Eu tenho uma amiga que ela morou..., ela nasceu em Brasília, mas mora aqui já faz mais de dez anos, mas ela fala o sotaque dela é do povo de lá. Ela chia muito e todo mundo fica dizendo que ela tá se amostrando, que já tinha dado tempo pra ela se adaptar aqui, mas não é dela mesmo.”

Informante 27: “Sim. Principalmente os paraibanos, né? Essa fama dos “paraíba”. Acho que (sic) dos paraibanos.”

Informante 28: “Com certeza.”

Por que?

“Principalmente o povo do Sul, assim, acha horrível a voz que a gente fala, né? O arrastado, as gírias muito paraibana, nordestina.”

Informante 30: “Acho que sim, principalmente nordestino, né, o povo tem muito preconceito.”

Uma questão pode ser levantada a partir dessas respostas: o preconceito linguístico em relação ao sotaque nordestino. De acordo com os Informantes 1, 4, 9, 27, 28 e 30, o preconceito regional é uma constante na realidade brasileira. Esse tipo de discriminação ocorre pela associação entre determinada região e o seu modo de falar específico. O termo “*a fama dos ‘paraíba’*” (INF. 27) e as atitudes negativas em relação aos termos dialetais e ao arrastado da fala são exemplos desse tipo de preconceito.

A partir da fala do Informante 4, observamos que ele diz ter sofrido “*um certo preconceito*” e isso o incomodou. A percepção que ele teve de seus ouvintes era de um sentimento pejorativo quanto ao seu falar, pois as pessoas “*achavam engraçado e muitas vezes ficavam imitando*”. Nesse sentido, ao discutir sobre o preconceito contra o nordestino, Alves (1979) assevera:

O preconceito contra o nordestino faz parte de um processo social onde as “diferenças linguísticas” apenas fornecem os dados mais evidentes para a discriminação que lhe é feita. As causas do preconceito estariam, então, a nosso ver, mais nas diferenças de ordem social do que linguísticas. (Alves, 1979, p. 166)

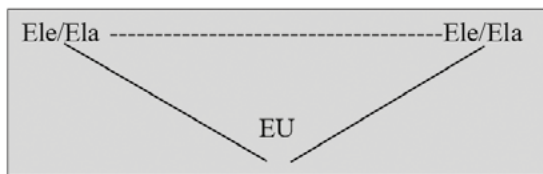
Diante de tais dados, parece que o preconceito que o Informante 4 sofreu dos sulistas em relação ao seu modo de falar nordestino está mais associado a questões de diferenças sociais do que, necessariamente, à variedade linguística em si, corroborando o que propomos anteriormente, a saber o preconceito de cunho linguístico camuflando o social.

No que diz respeito ao Informante 19, ao relatar o caso de preconceito linguístico sofrido por uma colega, notamos um julgamento inverso: os paraibanos avaliando negativamente o falar do outro. É interessante destacarmos que as expressões “*fazia muita piadinha, achavam graça*”/ “*ela tá se amostrando*”/ “*já tinha dado tempo pra ela se adaptar aqui*” só reforçam a ideia de não aceitação da fala do outro. Se analisarmos minuciosamente tais sentenças, o termo “se amostrar” em bom “português nordestino” significa que a pessoa está “querendo ser o que não é” ou “quer ser mais que os demais”. Assim, percebemos um sentimento de inferioridade encoberto. De igual modo, a frase “*já tinha dado tempo pra ela se*

adaptar aqui” reforça esse pensamento, pois é como se o ouvinte paraibano dissesse “você, morando aqui, faz questão de falar diferente para não ser igual a gente”.

Outro dado interessante que constatamos em nossa investigação é que, quando falamos abertamente sobre essa temática, as pessoas parecem não reconhecer que já praticaram ou sofreram esse tipo de preconceito. Com base nessa assertiva, construímos a seguinte representação simbólica:

Figura 6.4 – Representação simbólica do preconceito linguístico



Fonte: elaborada pela autora.

Observando a Figura 6.4, vemos o preconceito linguístico em três vieses: a interação entre os pares representada pelas linhas, sendo a linha pontilhada a representação do preconceito linguístico. Percebemos, então, que para o falante a discriminação só acontece com o outro, isto é, ele próprio não reconhece (ou não acredita) praticar ou sofrer (em sua maioria) preconceito linguístico diretamente. Vejamos a constatação desse fato nas respostas dos participantes da pesquisa:

Informante 2: “Eu creio que não.”

Informante 6: “Não que eu me lembre.”

Informante 21: “Bem, lembro não.”

Informante 23: “Que eu saiba não (risos).”

Informante 32: “Não que eu me lembre.”

Informante 33: “Não, nun.. nunca vivi uma experiência assim, mas eu já ouvi de outras pessoas.”

Informante 35: “Não, comigo não.”

Informante 36: “Não. Que eu saiba, não.”

A partir desses depoimentos, observamos que todos os participantes selecionados seguem a mesma tendência de respostas nas quatro mesorregiões, utilizando, inclusive, os mesmos tipos de construções discursivas. Eles dizem não terem sofrido esse tipo de discriminação, mas, ao mesmo tempo, nenhum deles afirma isso categoricamente. Atribuímos esse tipo de comportamento ao fato de o falante, de maneira consciente ou não, buscar a preservação da própria imagem. Em outras palavras, a maioria das pessoas só reconhece o preconceito linguístico

no contexto conversacional apresentada na Figura 6.4, ou seja, o participante não se inclui na situação. Assim, eles fazem uso de frases como “*não que eu saiba*”/ “*não que eu lembre*” como estratégia de distanciamento da responsabilidade, movidos ou pelo fato de não estarem certos se em algum momento sofreram esse tipo de julgamento ou por não quererem assumir que já foram vítimas.

Olhando por esse lado, os dados apontam para a comprovação da proposição de que o preconceito linguístico ocorre na perspectiva do outro como vítima. Em outras palavras, o falante não acredita (ou não quer acreditar) que ele próprio já tenha sofrido esse tipo de julgamento.

Portanto, vendo o preconceito linguístico como uma resultante do processo de padronização, podemos dizer que por trás do linguístico há um emaranhado de propriedades sociais fomentando tal comportamento, conforme observamos na Figura 6.3. Assim, o que inferimos é o julgamento linguístico mascarando o julgamento social. Ou seja, dizer que o modo de falar de uma determinada pessoa é “feio” ou “bonito” serve apenas como um subterfúgio para julgar o outro por fazer parte de uma determinada classe social, raça, região geográfica ou nível de escolaridade, por exemplo. Portanto, quando avaliamos uma língua, na verdade estamos avaliando o falante dela, e não a língua em si.

5. PARA FINALIZAR, MAS NÃO CONCLUIR...

O presente capítulo teve como objetivo discorrer sobre os aspectos levados em conta no processo de padronização de uma língua, com base nas discussões de Milroy (2007). Partimos da questão da ideologia da língua padrão que, segundo o autor, tem como características a noção de uma forma “correta”, a importância da autoridade, a relevância do prestígio e a ideia de legitimidade. Complementando a proposição do autor supracitado, fizemos um adendo à noção de padronização das línguas e apresentamos os fatores externos que fomentam esse processo, a saber as pressões sociais e a diferenciação social.

No que diz respeito à noção de uma forma “correta”, observamos, no decorrer das entrevistas, uma constante menção sobre a diferença entre o falar da capital e do interior. A fala interiorana é vista como “errada” tanto por alguns habitantes da Zona da Mata quanto pelos próprios moradores das cidades pesquisadas, que “justificam falar o ‘português incorreto’” devido ao fato de residirem no interior paraibano, conforme pontuamos nas análises. Essa questão foi amplamente mencionada pelos paraibanos sertanejos e da região da Borborema, e apenas um informante do Agreste citou esse dado.

O que inferimos dessa constatação é que, no imaginário desses falantes, quanto mais aproximado da capital, “mais correto” o sujeito falará, ou seja, mais próximo da norma culta ele estará e vice-versa. O resultado é exatamente a manifestação de atitudes, nesse caso negativas, e a discriminação com relação ao modo de falar do interior. Esse dado foi comprovado quando alguns falantes da região da Mata apontaram essa questão, enfatizando que eles possuem um falar diferente. (“*Num tenho tanto sotaque do interior não.*” – INF. 35).

Desse modo, temos o estabelecimento do que chamamos de relação *reverse*, pois alguns moradores da Zona da Mata apresentaram essa dicotomia, destacando que não falam como as pessoas do interior. Assim, vemos que, em vez de os membros pertencentes à mesma comunidade verem as diferenças linguísticas como complementares, optam por realçar essa oposição. Essa mesma relação foi aplicada quando alguns informantes da Borborema relataram casos em que seus concidadãos “fizeram graça” ante o falar deles.

Percebemos com isso que as pessoas possuem uma clara atitude de rechaço contra os membros pertencentes ao mesmo grupo, mas que têm um modo de falar diferente da sua comunidade de fala. Como resultado, poderá surgir a manifestação de atitudes negativas por parte dos “falantes da capital” e um sentimento de inferioridade linguística entre os moradores do interior do Estado.

É interessante nos atentarmos para o fato de que esse aspecto foi amplamente mencionado pelos entrevistados do Sertão e da Borborema, mas por apenas uma informante do Agreste. A explicação para esse dado está exatamente na localização geográfica. O Agreste é a mesorregião fronteira da Mata Paraibana, o que justifica seus moradores não terem apresentado essa questão constantemente.

Esses dados recaem sobre a questão do preconceito linguístico. Os participantes acreditam que há preconceito linguístico com relação à fala local, não apenas por parte de falantes de outras variedades, mas também por membros de sua própria comunidade linguística. Todavia, quando comentavam sobre essa temática, apresentavam-na quase sempre na perspectiva do outro como vítima, isto é, não assumiam (ou não queriam assumir) que eles próprios já teriam sofrido esse tipo de julgamento (salvo alguns casos que relatamos nas análises).

Dessa constatação, surgiu o que preconizamos ser a representação simbólica do preconceito linguístico. O falante, de acordo com essa proposição, acredita que atos de discriminação podem ocorrer com outras pessoas, mas não diretamente consigo. O que nos chamou a atenção foram as construções linguísticas por eles utilizadas para responder às perguntas que tratavam sobre o tema; eles modalizavam

suas respostas (não podemos afirmar se de maneira consciente ou não) de forma a os resguardar de assumir o conteúdo do discurso em sua totalidade.

Nesse sentido, o preconceito linguístico como resultado da correlação de todos os fatores externos ao sistema linguístico serve, na verdade, como um subterfúgio para desviar o foco do real conteúdo da discriminação, a saber a realidade social do falante. Foram os próprios entrevistados que deixaram as pistas para tal propositura. Em todos os casos por eles relatados, havia sempre a associação entre o modo de falar da vítima e sua condição financeira, e/ou sua procedência, e/ou seu grau de escolaridade. Assim, cremos que, quando julgamos o modo de falar do outro, na realidade estamos realizando um julgamento de cunho social “disfarçado” de avaliação linguística.

Nesse sentido, o estereótipo do nordestino, informação vigorosamente citada pelos participantes, vem corroborar essa proposição. A forma como a mídia o retrata na maioria das vezes rechaça a figura do nordestino, pois quase sempre o apresenta como pobre e analfabeto.

Esperamos, que as discussões aqui apresentadas os levem a entender algumas questões sobre atitude, padronização e preconceito linguístico e os incentivem a pesquisar e explorar o vasto universo que as envolvem! Vamos embarcar nessa aventura?

6. REFERÊNCIAS

ALVES, M. I. P. M. *Atitudes Linguísticas de Nordestinos em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1979.

FILGUEIRAS, L. A. *Crianças Ribeirinhas e Quilombolas da Amazônia: Crescimento, Determinantes Sociais de Saúde e Políticas Públicas*. Tese (Doutorado em Bioantropologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Municípios*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. 2010. Acesso em: 1 fev. 2017.

MILROY, J. The ideology of the standard language. In: LLAMAS, C.; MULLANY, L.; SOTOCKWELL, P. *The routledge companion to sociolinguistics*. New York: Routledge, 2007.

MORAIS E LIMA, P. E. *Atitudes Linguísticas de Paraibanos em Relação ao seu Próprio Falar*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.



Esta obra é o resultado de oito anos de pesquisa dedicados ao estudo de fenômenos de contato linguístico e dialetal realizado pelo Grupo de Pesquisa em Contato Linguístico da Universidade Federal da Paraíba, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da mesma universidade. Desde 2014, o grupo vem reunindo mestrandos e doutorandos em torno da aprendizagem de línguas a partir de diferentes perspectivas. Neste volume, o foco é o contato linguístico entre variedades distintas do português, problematizando fenômenos que vão desde a acomodação dialetal, passando por estudos sobre atitudes linguísticas, até uma discussão sobre os processos de padronização de uma língua. Tendo em vista a diversidade de abordagens teóricas enfocadas aqui, o livro se destina não somente àqueles que trabalham com o contato dialetal, mas também a todos aqueles que se interessam por teoria linguística.



openaccess.blucher.com.br

Blucher Open Access